POLITECNICO DI TORINO
Repository ISTITUZIONALE

Anais do II Seminário Nacional: pensando o projeto pensando a cidade

Original
Anais do II Seminário Nacional: pensando o projeto pensando a cidade / de Lima Amaral, C.V., Kallas, L.. - ELETTRONICO. - (2019).

Availability:
This version is available at: 11583/2983498 since: 2023-10-31T19:03:16Z

Publisher:
FAV/UFG

Published
DOI:

Terms of use:

This article is made available under terms and conditions as specified in the corresponding bibliographic description in the repository

Publisher copyright

(Article begins on next page)

28 November 2026

ANAIS



2º seminário nacional

PENSANDO O PROJETO PENSANDO A CIDADE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UFG

S471 Seminário Nacional (2. : 2018 : Goiânia, GO).

Anais do II Seminário Nacional: pensando o projeto pensando a cidade. / coordenadores, Camilo Vladimir de Lima Amaral, Luana Miranda Esper Kallas. – Goiânia: Faculdade de Artes Visuais (FAV) / UFG, 2019.
109 p.: il.

Programa de Pós – Graduação Projeto e Cidade - FAV/UFG.
ISSN: 2525-9407

1. Arquitetura. 2. Espaço (Arquitetura). 3. Urbanização - Goiânia. I. Universidade Federal de Goiás. II. Faculdade de Artes Visuais (FAV). III. Amaral, Camilo Vladimir de Lima. IV. Kallas, Luana Miranda Esper.

CDU: 711.4(81)

Bibliotecária responsável: Adriana P. Aguiar / CRB1: 3172

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Camilo Vladimir de Lima Amaral
Prof. Drª. Luana Miranda Esper Kallas

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profª. Drª. Adriana Mara Vaz de Oliveira – PPGPC/FAV/UFG
Profª MSc. Ariane Magda Borges – CAU/UAECSA/UFG-RG
Prof. Dr. Braulio Vinícius Ferreira – PPGPC/FAV/UFG
Prof. MSc. Braulio Romeiro – PPGPC/FAV/UFG
Prof. Dr. Camilo Vladimir de Lima Amaral - PPGPC/FAV/UFG
Profª. Drª. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira – IESA/UFG
Prof. Dr. Cristiano Farias Almeida – PPGPC/FAV/UFG e EECA/UFG
Profª. Drª. Christine Ramos Mahler – PPGPC/FAV/UFG
Profª. Drª. Eline Maria Moura Pereira Caixeta – PPGPC/FAV/UFG
Profª. Drª. Erika Cristine Kneib – PPGPC/FAV/UFG
Prof. Dr. Fábio Ferreira de Lima – PPGPC/FAV/UFG
Prof. Dr. Fernando Mello – PPGPC/FAV/UFG
Prof. Dr. Janes Cleiton Alves de Oliveira – PPGPC/FAV/UFG e EECA/UFG
Profª. Drª Karla Emmanuela Ribeiro Hora – PPGPC/FAV/UFG e EECA/UFG
Profª. Drª. Loyde Vieira de Abreu Harbich – PPGPC/FAV/UFG
Profª. Drª. Luana Miranda Esper Kallas – PPGPC/FAV/UFG
Profª. Drª. Márcia Metran de Mello – PPGPC/FAV/UFG
Profº Dr. Neander Furtado Silva – PPG FAU UnB
Prof. Dr. Pedro Dultra Britto – PPGPC/FAV/UFG
Profª. Drª. Rosane Costa Badan – PPGPC/FAV/UFG
Dr. Thiago de Araujo Costa - PPGPC/FAV/UFG

COMISSÃO ORGANIZADORA

Arq. Bárbara Maria Cardoso – FAV/UFG
Arq. Esp. Camila Borgues da Silva – FAV/UFG
Arq. Gabriela Cavalcante Lemos Vieira - FAV/UFG
Arq. Esp. Haroldo Dias Flauzino Neto – FAV/UFG
Arq. Esp. Larissa Rodrigues Araújo – FAV/UFG
Arq. Esp. Lívia Maria Pereira da Silva Moreira – FAV/UFG
Arq. Esp. Mônica Otero de Melo dos Reis – FAV/UFG
Arq. Paulo Arthur Silva Aleixo – FAV/UFG
Arq. Poliana Batista Rodrigues Lins – FAV/UFG
Arq. Esp. Polyana Rodrigues Franco da Silva – FAV/UFG
Arq. Vinícius Antonelli de Souza – FAV/UFG
Arq. Yordana Dias das Neves Naciff – FAV/UFG

SUMÁRIO

ESQUECIMENTOS URBANOS NA AVENIDA GOIÁS EM GOIÂNIA: A Praça do Bandeirante como espaço residual 9

PERICENTRALIDADES URBANAS: o caso dos Setores Central e Jardim Goiás, em Goiânia..... 10

DE UMA OBRA A OUTRA: Uma leitura sobre a Galeria Adriana Varejão em Inhotim 11

A MEMÓRIA COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIO DAS CIDADES: apontamentos teóricos acerca do conceito de memória 12

A CASA COMO ELEMENTO SIMBÓLICO 13

CAMINHOS DE PEDRAS: O uso da pedra portuguesa nas calçadas do Setor Bueno 14

COESÃO SOCIAL E EFICÁCIA COLETIVA: Reflexões sobre Loteamento de Acesso Controlado 16

AS REPRESENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS DA MODERNIDADE EM 1940. Antiga prefeitura e Fórum de Anápolis 17

DO FLÂNEUR AO "CORRÊUR": Uma análise de impermanências sobre a Marginal Botafogo 19

A PINTURA METAFÍSICA EM ALDO ROSSI: As poéticas da memória e da analogia 21

ENTRE POÉTICAS DE APREENSÃO DA CIDADE: O flanêur do século XIX e o delirium ambulatorium de Hélio Oiticica 23

URBANQUENTE: O corpo e o consumo alimentar em poéticas performáticas no espaço urbano 25

CULTURA E INTERVENÇÕES URBANAS EM GOIÂNIA - 2003 a 2016 26

DA DECADÊNCIA: formas espúrias na paisagem urbana 28

MERCADO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Uma obsolescência programada 30

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO: Um estudo de caso do FAVERA 2017 e a promoção da cidadania 32

ARQUITETURA DA DESOBEDIÊNCIA: Espaços e práticas erráticas dos botequins 34

PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO: Reflexões sobre a casa vilaboense 36

PAISAGEM CULTURAL E IMAGEM DA CIDADE: Os galpões industriais e a caracterização da paisagem da Vila Industrial Jundiaí, em Anápolis 38

GOIÂNIA ENTRE FRONTEIRAS 40

OS CAMINHOS DA FÉ: trajetos em homenagem a Nossa Senhora das Graças 41

A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO EM GOIÂNIA E ANÁPOLIS: Metamorfoses territoriais e o efeito genérico 43

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA POPULAR COMO PRÁTICA REFLEXIVA: Interlocuções entre Arquitetura-Urbanismo e Serviço Social 45

INTERFACES ENTRE OS CAMELÔS FIXOS DA FEIRA HIPPIE E OS AMBULANTES NA REGIÃO DA 44 NA CIDADE DE GOIÂNIA: Um estudo etnográfico das interferências na paisagem urbana 47

UMA OUTRA PERSPECTIVA SOBRE O PATRIMÔNIO E OS BENS CULTURAIS DE GOIÂNIA Uma análise a partir dos frequentadores do Setor Central 49

ARQUITETURA, NAVEGAÇÃO E EMOÇÕES: um estudo sobre as respostas emocionais da experiência espacial da capela brennand de Paulo Mendes da Rocha, em Recife-PE, à luz da fenomenologia 50

ESTUDO ETNOGRÁFICO DAS DIFERENTES CATEGORIAS DE ARQUITETURA EFÊMERA (AMBULANTES) NA REGIÃO DA 44 EM GOIÂNIA 51

TERRITORIALIDADE QUEER: Uma ocupação noturna do centro de Goiânia 53

A INSERÇÃO DA COLABORAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DOS ARQUITETOS URBANISTAS 55

ENTRE RUAS E BECOS: a cidade de Goiás na obra de Cora Coralina 57

URBANIDADE NA CIDADE INFORMAL: Uma Contribuição Metodológica 58

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE ANÁPOLIS E A CONSEQUENTE PERDA DE HEGEMONIA DO CENTRO PIONEIRO 60

CONDIÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA: a relação entre cidade e arquitetura nas publicações de Rem Koolhaas 62

ARQUITETURA ESCOLAR E URBANIDADE: O Colégio Lyceu e o Colu Paisagem Urbana de Goiânia 64

CONDIÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA EM GOIÂNIA: Expansão e Fragmentação do Território 65

RESIDENCIAL BUENA VISTA SEIS ANOS APÓS SUA INAUGURAÇÃO 67

O PAPEL DOS SHOPPINGS NAS CIDADES: Um estudo sobre seus impactos na configuração urbana 68

A (NÃO) OCUPAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS COMO REFLEXO DA COLONIALIDADE: uma análise a partir da deriva do bem 69

A ÓTICA AMBIENTAL DOS PLANOS DIRETORES DE APARECIDA DE GOIÂNIA: APPs urbanas – estudo de caso no Ribeirão Santo Antônio 71

DA URBANIZAÇÃO EXTENSIVA AOS SUBÚRBIOS E PERIFERIAS NAS METRÓPOLES.... 73

DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM UBERABA/MG: Os espaços de fluxos e a relação com novos espaços urbanos 75

CICLOVIAS E SUAS INTERAÇÕES: A perspectiva etnográfica em Goiânia 77

AVALIAÇÃO DE CONFORTO TÉRMICO EM AMBIENTES DE ENSINO Estudo de caso em uma sala de aula localizada em Goiânia-GO 78

A INVENÇÃO COTIDIANA NOS PROCESSOS DE PROJETO: sobre Certeau e a arquitetura 80

AVALIAÇÃO DO CONFORTO TÉRMICO DA SALA 21 LOCALIZADA NA FACULDADE DE ARTES VISUAIS - UFG 81

REFLEXÕES SOBRE OS ATUAIS PROCESSOS DE PROJETO..... 83

MUTIRÕES DE BIOCONSTRUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS MTST EM BRASÍLIA: Uma opção de ascensão social pela construção colaborativa de moradias 85

REDE CONECTORA RIBEIRA-ROCAS: Projeto Urbano-Paisagístico Manzuá 87

SETOR PEDRO LUDOVICO: criminalidade e vulnerabilidade espacial e a correlação entre os Parques Areião e Jardim Botânico 89

MOBILIDADE URBANA E EQUIDADE SOCIAL: Uma análise sobre os fluxos, segregação e políticas públicas recém implantadas em Uberaba-MG 91

LABORATÓRIOS DE FABRICAÇÃO DIGITAL COMO DIFUSOR DE RECURSOS TECNOLÓGICOS EM PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE PROJETO: Contributos para o ensino 93

FABRICAÇÃO DIGITAL COMO DIFUSOR DE RECURSOS TECNOLÓGICOS EM PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE PROJETO: contributos para o ensino..... 95

UMA TRAJETÓRIA PROJETUAL PARTINDO DA PAISAGEM..... 97

A CIDADE E O AEROPORTO, A CIDADE-AEROPORTO E A AEROTRÓPOLE: Metamorfoses aeroportuárias em três momentos 98

ASSESSORIA TÉCNICA E COLETIVIDADE: Projeto participativo de ampliação/melhoria habitacional no bairro Tempo Novo na Cidade de Goiás 100

ARQUITETURA COM "A" MAIÚSCULO: o projeto além das formas e funções 102

O CONCEITO DE CUSTOMIZAÇÃO EM MASSA NA ARQUITETURA: uma incumbência em oposição à massificação na construção civil..... 104

URBANO E RURAL, DEBATE CONTEMPORÂNEO NO BRASIL 105

PROJETO RIMA: uma experiência em pedagogia urbana no ambiente escolar..... 107

PLANO DE MOBILIDADE UBANA: Identificação de fontes de investimentos..... 109

Linha de Pesquisa A

TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E CIDADE

ESQUECIMENTOS URBANOS NA AVENIDA GOIÁS EM GOIÂNIA: A Praça do Bandeirante como espaço residual

Irina Alencar de Oliveira

O rápido processo de crescimento de Goiânia e a enraizada cultura política progressista e "descontinuísta" de sua trajetória resultaram nos diversos esquecimentos urbanos observados em seu núcleo pioneiro. Sob o olhar de Lowenthal, Ricoeur e Le Goff sobre esse conceito, entende-se que o esquecimento "designa o caráter despercebido da perseverança da lembrança, sua subtração à vigilância da consciência" (RICOEUR, 2007, p. 456), podendo, portanto, ser objeto de manipulação a partir da memória coletiva, sobretudo, quando a maioria dos indivíduos não vivenciaram os fatos em análise, como é o caso. Assim, pode-se constituir uma visão crítica sobre a suposta identidade art déco goianiense, embasada em processos com pouquíssima participação comunitária, tomando o histórico da Praça do Bandeirante, elemento simbólico fundamental da Avenida Goiás, como importante objeto de análise do processo de apagamento memorialístico de parte desse lugar.

Palavras-chave: Goiânia; Praça do Bandeirante; esquecimentos urbanos; identidade coletiva; apropriação popular.

PERICENTRALIDADES URBANAS: o caso dos Setores Central e Jardim Goiás, em Goiânia

Ivan Oliveira de Grande, Frederico Rosa Borges de Holanda

Ao examinar a cidade contemporânea pelo prisma da arquitetura fica claro que a configuração do espaço urbano é marca da ação dos homens e reflexo da cultura de um povo: é um produto social que expressa através das formas a sucessão do tempo. O espaço urbano contemporâneo se constrói pela articulação entre a permanência de formas antigas – que sobrevivem à imposição do *novo* – e as transformações urbanas que modificam os usos e as funções dos lugares, alteram a configuração e transformam as relações sociais. A busca pelos modos de construção cotidiana dos lugares vem ao encontro às inquietações oriundas das contínuas transformações espaciais ocorridas desde os anos de 1980 nas áreas mais centrais da cidade de Goiânia. Planejada por Attílio Corrêa Lima e inaugurada em 1933 sobre a égide do pensamento moderno, a capital do estado de Goiás em sua condição metropolitana atual muito se distancia da configuração formal proposta inicialmente. O palimpsesto dos novos modelos de configuração urbana e as relações sociais resultantes, por vezes distantes do centro *velho* ou tradicional, configuram uma nova cidade com um novo desempenho (observado nas áreas periféricas de alta visibilidade consideradas *novos* centros). A dicotomia entre o *velho* e o *novo* pode apresentar indícios importantes sobre a fragmentação socioespacial observada em Goiânia. O foco não estará em contrapor toda a história das alterações de configuração urbana da cidade (visto sua condição metropolitana) e sim, na comparação entre a condição do plano inicial e a de uma importante centralidade, na atualidade. Será tomado como *velho* o núcleo pioneiro proposto por Attílio Correa Lima, arquiteto urbanista responsável pelo desenho urbano da cidade, e como *novo* o Setor Jardim Goiás. Seguindo a ótica de Holanda e Medeiros (2012), a opção de investigação não será pelo *processo* (determinações anteriores que explicam a elaboração da conformação urbana ou plano) mas pelo *produto*: como tais configurações impactam as pessoas na realidade. Além disso, e ainda em Holanda (2010, 2015), aspectos *práticos* e e*xpressivos* serão colocados em xeque ao se revelar as divergências entre os aspectos sociológicos e os topoceptivos do desempenho da arquitetura desses dois lugares. Destarte, objetiva-se compreender, através da ótica da Sintaxe Espacial, do Método dos Especialistas para identificação de subcentralidades e das relações topoceptivas dos lugares a relação existente entre o centro velho e uma nova centralidade, o Setor Jardim Goiás, em Goiânia. As comparações entre o mapa axial, o mapa de centralidades e as características de desempenho dos locais públicos de circulação dessas duas áreas podem indicar caminhos para um planejamento urbano mais democrático, compreendendo as manchas de crescimento da metrópole, as tendências e a lógica da expansão urbana já que em Goiânia o processo de (re)estruturação do espaço urbano revela uma sobreposição entre a típica estruturação centro-periferia e a estruturação de uma cidade policentralizada, na periferia do centro urbano tradicional. Há uma relação tempo-espaço singular na metrópole regional atual, o que vai incidir diretamente na construção do vivido, do percebido e do concebido pelos sujeitos que produzem (vivendo) o espaço urbano. Goiânia, dessa maneira, torna-se (poli/multi)centrífuga, constituindo novos componentes na dialética entre o velho e o novo, entre produção coletiva e apropriação individual e entre o direito à cidade e à sua negação.

Palavras-chave: Periferia, Centralidades, Setor Central, Setor Jardim Goiás, Goiânia.

DE UMA OBRA A OUTRA: Uma leitura sobre a Galeria Adriana Varejão em Inhotim

Ana Isabel Oliveira Ferreira, Márcia Metran Mello, Daniele Severino de Souza Godinho

As mudanças sofridas pelo cenário artístico nos anos 1960 e 1970 resultaram em uma arte cada vez mais participativa. A atitude do espectador, antes apenas perceptiva, deu lugar à sensação, permitindo que novos padrões de experiência fossem criados. O retorno à imagem representou a desconstrução de fórmulas tradicionais e consequentes transformações para a arte e seu lugar de exposição. Essa reformulação tanto dos espaços quanto das concepções de montagens expositivas permitiu o surgimento de novas possibilidades de apreciar a arte. O Instituto de Arte Contemporânea do Inhotim é uma delas. Diante desse quadro de transformação, o presente artigo propõe uma leitura da relação edifício e obra, com base na análise de uma das principais galerias do Instituto, a Galeria Adriana Varejão (2008) – um edifício tipicamente moderno que abriga e está intimamente ligado a uma obra contemporânea. Resultado de um alinhamento das linguagens do arquiteto Rodrigo Cerviño Lopez e da artista que nomeia o espaço, a galeria é fruto de um trabalho colaborativo em que se conjugam de forma muito próxima arquitetura e arte, tornando edifício e obra uma peça única. Em uma arquitetura singular, a leitura dos trabalhos da artista se constrói à medida que as experiências são configuradas no espaço edificado. Nesta perspectiva, a arte contemporânea trabalha o espaço como lugar, utilizando questões pertinentes à arquitetura como contraponto para lidar com a relação obra/contexto, retomando o diálogo em que um é confrontado pelo outro. Evidencia-se, portanto neste artigo, o entendimento dos processos de interação e colaboração entre artista, obra e lugar, e seus reflexos na arquitetura do espaço expositivo. A compreensão desse sistema de ordem entre o espaço contentor e conteúdo a fim de assimilar processos e estratégias de projeto, bem como de técnicas construtivas e espacialidades formais e funcionais, dá-se por meio da análise do programa e uso, forma de construção e concepção arquitetônicas e interpretações do lugar. Essa leitura reflexiva e crítica da arquitetura utiliza como instrumentos técnicas de representação na forma de peças gráficas bi e tridimensionais como: desenhos técnicos e analíticos esquemáticos, modelos físicos tridimensionais, fotos, diagramas e esquemas. Sendo assim, ao analisar o projeto da Galeria Adriana Varejão – com base em esboços ou desenhos técnicos feitos sobre suas plantas, cortes e elevações – compreende-se não só a linguagem do projeto, como também a da arquitetura e essa natureza da exposição de arte contemporânea como princípio fundamental na elaboração dos projetos. Em Inhotim, é claro o diálogo entre lugar e espaço expositivo, em que o edifício não se submete a obra e não perde sua expressão própria. É uma relação bilateral de troca de sensações e imagens. O significado criado pela imagem é na verdade a percepção e a experiência vivida no uso dos espaços e lugares. Tal uso é o significado da experiência e sua manifestação é a apropriação do espaço, convertido em lugar específico. A obra de Rodrigo Cerviño Lopez e Adriana Varejão é a perfeita integração entre continente e conteúdo. São peças indissociáveis de uma totalidade artística, em que a arquitetura valida e arte e vice-versa, em um processo de trocas e rebatimentos de experiência de uma obra a outra.

Palavras-chave: Adriana Varejão, Inhotim, Cultura arquitetônica, Arte, Museu.

A MEMÓRIA COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIO DAS CIDADES: apontamentos teóricos acerca do conceito de memória

Daniele Severino de Souza Godinho, Ana Isabel Oliveira Ferreira

O passado de um lugar é importante por ser único. Pode ser materializado em paisagens, ser preservado por meio de documentos em "lugares de memória", lugares esses já institucionalizados, ou ainda estar vivo nos saberes, cotidiano dos lugares e das pessoas. Diante disso, o presente artigo propõe a discussão dos conceitos de memória individual e coletiva e em como as mesmas podem contribuir na construção da identidade das cidades, partindo de uma perspectiva histórica e voltando-se para as narrativas memoriais. Relembrar é muito mais do que trazer o passado à tona, pois, a memória permite a relação do corpo presente com o passado. As memórias individuais e coletivas se complementam e são um instrumento valioso que contribuem na recuperação da memória das cidades. A partir delas, ou de seus registros, pode-se entrar nas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram há tempo e formas espaciais que já desapareceram. Nesse sentido, elas também ajudam a construir a memória urbana e a memória da cidade. A memória urbana e a memória das cidades se apoiam nos princípios da memória individual e coletiva, no sentido de que elas só se arranjam no momento em que se firmam no tempo e no espaço. Além das pessoas e dos acontecimentos, os lugares ou as referências espaciais estão presentes em todas as discussões sobre memória. Todas as referências espaciais, como ruas, calçadas, praças, casas, salas, entre outras, fazem parte das memórias individuais; contudo, elas só conseguem representar um conjunto de pessoas, e criar, dessa forma, uma memória coletiva. A memória urbana é considerada hoje um item essencial na construção da identidade de um lugar e a intenção principal é que ela seja recuperada. Ela é ainda o que diz respeito às lembranças do modo de vida urbano. Já a memória da cidade é o que restou da matéria urbana, se refere aos elementos palpáveis e materiais. É o depósito de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade. Foram realizadas leituras sobre os conceitos de memória, individual e coletiva, e também sobre memória da cidade. Como aporte teórico foram utilizadas as obras de Mauricio de Almeida Abreu, Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Sandra Jatahy Pesavento, Michel Pollak, Aldo Rossi, Jorn Seemann. Os teóricos citados trilham diferentes pensamentos sobre memória, mas convergentes. Halbwachs (2006) e Pollak (1989, 1992) pensam a questão situando a memória em um ponto de vista coletivo, pautados pela afirmação de que a memória individual sofre interferências das memórias coletivas, na medida em que recorre a referentes externos para estruturar-se. Assim, segundo os autores, existe uma memória coletiva e social. Já na concepção de Nora, existem lugares de memória. Esses lugares podem ser espaços ou objetos, nos quais o homem guarda suas memórias, que podem ser despertadas. Pensar a memória, como elemento ativador na troca de experiências e no diálogo entre os conhecimentos, permite o avanço para uma mudança de hábito progressiva da perspectiva tradicional.

Palavras-chave: Memória, Memória Individual, Memória Coletiva, Memória urbana, Memória da Cidade.

A CASA COMO ELEMENTO SIMBÓLICO

Emilly Faria de Meireles, Rosane Badan

Desde os primórdios da Humanidade, o homem busca um lugar para se abrigar e se proteger: a casa. Neste sentido, têm-se muitas representações de uma casa no contexto atual, como afirma Zabalbeascoa (1996), que a casa é para proteger os homens, protegendo o fogo logo que este foi descoberto. Rykwert (2003) coloca ainda que as primeiras habitações eram apoios instáveis sobre uma superfície rochosa que protegiam o próprio homem das intempéries do clima e de seus inimigos. De uma forma ou de outra, é possível perceber, então, que a casa serve como proteção para as pessoas desde a sua origem. No entanto, esta representação material se amplia conduzindo a um contexto mais imaterial, como Pallasmaa (2003) expõe que a casa também é o refúgio do homem, a projeção do corpo físico, da memória e da identidade de cada ser. Diferente da representação que se tem de casa apenas como um edifício destinado à habitação humana (MIGUEL, 2002), ela é apresentada, então, como parte do homem, algo mais profundo e centrado a ele. Com isto, tem-se que "a casa não é apenas uma estrutura, mas uma instituição criada para um complexo conjunto de propósitos" (RAPOPORT, 1972, p.65). Destarte, a casa como habitação pode ser tida como um lugar de memória, pois, como coloca Oliveira (2010), ela tem a competência de espacializar o tempo, renovar o passado e recriar lembranças de determinada época, isto é, através do tempo, podem ser revividas as memórias de quem um dia ali habitou. Sendo a memória tratada como algo repleto de significados subjetivos, aberta à lembrança e ao esquecimento, podendo ser manipulada de todas as formas (NORA, 1993), ela é capaz de revelar uma identidade do morador. Assim, Pallasma (2003, p.120) coloca “a experiência de ‘estar em casa’ condensa nossos sentimentos de identidade própria, de pertencer a um lugar, de ter segurança e significado”. Ademais, com o passar do tempo, nesta habitação foi-se incorporando outras faculdades humanas e obtendo o sentido de lar, que, de acordo com Zabalbeascoa (1996), tal sentido se remonta a associação do núcleo familiar com a arquitetura doméstica. Ela é o “nosso canto” no mundo e o que proporciona no homem uma sensação de estabilidade. (BACHELARD, 2008). Para mais, Pallasma (2003, p.121) afirma que “nossa casa determina o significado definitivo de interioridade e exterioridade, familiaridade e estranheza, estar no lar e estar fora dele.” Assim sendo, o texto investiga como esta casa determina tais significados. Para se chegar a isto, será examinada uma ampla bibliografia que tem a casa como foco principal. Os resultados do trabalho, então, demonstram que é possível perceber a casa atuando como lar, uma acumuladora de memórias e histórias de seus moradores, bem como algo que expressa a identidade de seus habitantes. Observa-se ainda a presença de elementos que representam fronteiras entre interior e exterior, estar no lar e estar fora dele, espaço e lugar, através de suas peculiaridades características.

Palavras-chave: Casa; Lar; Varanda; Cozinha; Interno; Externo.

CAMINHOS DE PEDRAS: O uso da pedra portuguesa nas calçadas do Setor Bueno

Roney Moreira Braz Junior, Márcia Metran de Mello

As calçadas portuguesas obedecem a uma técnica de pavimentação muito particular que extrapolou os limites de sua origem, estendendo-se ao Brasil e outros países que experimentaram grande influência de Portugal. Entendendo tais mosaicos como uma linguagem de arte urbana, seu reconhecimento em âmbito nacional é tímido, em contraposição à sua presença constante em cidades de norte a sul no país. A atribuição deste estudo é promover reflexões sobre tais "tapetes de pedra" enquanto arte urbana, sua linguagem e sua importância, em especial no contexto da cidade de Goiânia.

Para tal, foram combinadas pesquisa bibliográfica com viagens à centros urbanos, como Lisboa e Recife, a fim de averiguar a existência e a qualidade das calçadas portuguesa nesses locais. O intuito era compreender o surgimento da calçada portuguesa, seu uso em Portugal, sua chegada ao Brasil e consequente dispersão pelo território.

Em seguida, um extenso levantamento fotográfico em Goiânia, fazendo um recorte no Setor Bueno e suas imediações, onde há uma pluralidade desse tipo de pavimentação. Do material levantado, foram analisadas suas qualidades plásticas, padrões, reincidências e singularidades. Quando comparadas, a produção goianiense é diversa e interessante perante outros locais, com potencial de ser uma estrutura identitária para a cidade e seus habitantes.

A calçada portuguesa toma emprestado o gentílico da nação que conformou seus moldes para seu nome. Influenciados pela técnica de pavimentação de vias do antigo Império Romano, das artes mediterrâneas em formato de mosaico e dos padrões afigurativos árabes, as cidades portuguesas desenvolveram uma técnica de calçamento própria para seus passeios.

De acordo com Caldeira (2011, pg. 21), as cidades portuguesas emergiram como centros comerciais, produto das conquistas portuguesas no século XV, e a calçada portuguesa serviu de caminho para essa glória. As características da calçada portuguesa, como mosaico, foram conformadas na metade do século XIX, com o projeto da Praça do Rossio e padrão "Mar Largo", uma reinterpretação do oceano. Esse foi o generoso espaço onde Portugal foi mais glorioso ao empregar suas técnicas de navegação e conquistar novos territórios.

A calçada portuguesa se alastrou pela malha urbana lusitana, assumindo traços de identidade para a nação. Quando do final da construção da Avenida Liberdade em Lisboa, em 1909, a calçada portuguesa estava inserida no século XX como indispensável à urbe lusitana. No contexto das Exposições Universais, o mundo conheceu esse atributo, e nações que tiveram sua trajetória influenciada por portugueses reconheceram tais "tapetes de pedra" como dignos para suas próprias cidades

O Brasil empreendeu essa pavimentação em pedras de calcário em suas grandes reformas urbanas, como no Rio de Janeiro e Recife. A calçada portuguesa chegou a outros grandes centros urbanos, e durante a experiência modernista brasileira, foi alçada como alicerce dos arquitetos e paisagistas. "A incorporação das calçadas portuguesas aos projetos dos arquitetos modernistas brasileiros alçou esta velha arte à condição de parceira cultural da época. " (SEVERO, 2011, pg. 58). Manaus, Belo Horizonte, e até mesmo Palmas, a mais nova das capitais brasileiras, utilizaram os mosaicos para suas praças e passeios, criando uma consonância entre as urbes da nação.

Goiânia, capital do Estado de Goiás, também adotou a calçada portuguesa para seus pavimentos. Os bairros da Região Sul da capital, dentre eles o Setor Bueno, a partir da extensiva valorização nos anos 1990 (MARINHO, 2006, pg. 118), se tornaram casa de uma grande parcela da população goianiense. Tal ocupação foi acompanhada pelo uso da calçada portuguesa, quase um século depois da sua entrada no país. A produção goianiense em muitos momentos se aproxima da linguagem universal dos tapetes de pedra, mas resguarda-se em certas oportunidades para criar sua própria particularidade.

Em Goiânia é possível encontrar as classificações que Henrique, Moura e Santos (2009) apontam como os mais comuns em calçadas portuguesas: mosaicos comerciais, mosaicos artísticos e calçamentos simples. Dentro das calçadas portuguesas levantadas na região, nota-se que prevalece o assentamento empedrado, no qual pedras irregulares são emparelhadas. Outras modalidades de assentamento, como em leque ou sextavado, não são encontrados.

De uma forma geral, há um padrão que se repete em várias dessas calçadas: os desenhos são feitos de forma que se destaca a entrada social do prédio, bem como a entrada de automóveis e equipamentos urbanos (caixas de eletricidade, postes, lixeiras). Essa demarcação, que assume um tom funcionalista, pode acontecer de diferentes formas, com o uso de imagens geométricas, molduras ou mesmo símbolos figurativos.

Alguns interessantes exemplos mostram que a calçada portuguesa não se limita somente ao espaço externo do edifício. Por vezes ela adentra o prédio, calçando escada, rampa e hall, no que se cria uma continuidade entre o espaço público e o privado.

Em contramão com o que é visto em outros grandes centros urbanos, pouco se vê Calçada Portuguesa com imagens figurativas. Os exemplos mais recorrentes são a rosa-dos-ventos, que se repete duas vezes no perímetro estudado, e o cedro libanês. Esse acaba por exaltar a contribuição e presença de famílias sírio-libanesas na capital goiana.

Nas palavras de Arantes Neto (2000, p. 119) “Os passos do caminhante atento não costuram simplesmente, uns aos outros, pontos desconexos e aleatórios na paisagem. Ele se arrisca cruzando umbrais e, assim fazendo, ordena diferenças, constrói sentidos, posiciona-se”. A calçada é o espaço urbano do pedestre, e caminhar se torna um ato político, “extensão do caminhar e do olhar, [...] peças chave na garantia do exercício da mobilidade urbana”. A pedra portuguesa é linguagem artística que ressignifica a conformação desses espaços, a materialidade que os constrói.

Sua existência em Goiânia alinha a capital a tantas outras cidades no país e ao universo de cultura lusitana, em que a arte urbana se converte em uma estrutura identitária para os centros urbanos e sua população. As calçadas portuguesas conformam um patrimônio artístico em toda a nação, unindo cidades de todo o mundo. Enquanto arte urbana, embelezam as cidades e as inserem em uma trajetória histórica única. Para Goiânia, que apesar de grande centro urbano ainda é tímida no quesito de identidade urbana, a calçada portuguesa aparece como potencial linguagem artística, calçando passeios, praças, flaneurismos e memórias dos habitantes.

Palavras-chave: Arte Urbana, Calçada Portuguesa, Cidades Brasileiras.

COESÃO SOCIAL E EFICÁCIA COLETIVA: Reflexões sobre Loteamento de Acesso Controlado

Alice de Almeida Barros, Suzann Flavia Cordeiro de Lima

O presente artigo tece considerações sobre a convivência entre moradores de empreendimentos residenciais horizontais delimitados por muros, aqui intitulados de loteamento de acesso controlado (LAC) de acordo com o artigo 78 da lei 13.465/2017, sendo então este o objeto de estudo. Esta forma de morar, comum na cidade contemporânea, transforma o espaço urbano gerando diversos impactos negativos, como a fragmentação do tecido urbano, segregação socioespacial, o esvaziamento do espaço público com a valorização do privado, privilegiando o individual em detrimento do coletivo. Dentre os aspectos positivos há uma tentativa de criar uma comunidade intramuros que aproxime seus moradores através de afinidades e valores comuns em busca de uma vida em harmonia evitando conflitos onde há coesão social e eficácia coletiva. O problema científico se resume na pergunta: com base nos trabalhos desenvolvidos sobre o tema é possível existir coesão social e esta se materializar em eficácia coletiva no loteamento de acesso controlado? A integração entre indivíduos, criando laços afetivos e relações de confiança, é o que se define de coesão social, esta pode se materializar ou não em eficácia coletiva, esta se define como o alcance de benefícios comuns através da mobilização alcançada por um grupo socialmente coeso, se existir a eficácia coletiva ela se apresenta em diferentes intensidades, podendo ser mensurada. Nesta etapa da pesquisa foi realizada uma revisão teórica para definir os principais conceitos presentes no trabalho e reunir informações elaboradas por diversos autores que estudaram sobre o tema para então responder o problema científico. Os autores criadores do conceito de Eficácia Coletiva, Sampson, Raudenbush e Earls (1997), ao definirem o termo não limitam seu uso, deixam aberto para suas diversas aplicações. As aplicações frequentes dos conceitos em espaços urbanos pobres é uma maneira de dar sequência aos trabalhos com o mesmo perfil socioeconômico, o que não impede de ser compreendido a luz de outros lugares. A autora brasileira Alba Zaluar aplica o conceito de eficácia coletiva em condomínios fechados no bairro Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, deixando clara a possibilidade de aplicação do conceito para novas formas de morar. Outros autores brasileiros e estrangeiros foram consultados para aprofundar a reflexão. Ao analisar o objeto de estudo e o referencial teórico adotado apresentam-se duas formas de observar o loteamento de acesso controlado para a população abastada: sua relação com o exterior, com o entorno e a relação no seu interior, os efeitos de vizinhança. Do mesmo modo que o loteamento de acesso controlado materializa a segregação socioespacial no espaço da cidade marcando sua relação com o exterior, também materializa a coesão social e a eficácia coletiva, relação interna ao loteamento resultado dos efeitos de vizinhança. No que se refere aos resultados a coesão social existe no loteamento de acesso controlado, pois os moradores possuem estilo de vida e características semelhantes, tais como a renda familiar mensal, os hábitos, os aspectos culturais, o perfil da família, os lugares onde frequentam na cidade, isto os aproxima e possibilita a identificação de valores comuns criando um elo de confiança e compartilhamento de expectativas de vida. As áreas comuns como o playground, praça, piscina, quadra de esporte, salão de festas, são os espaços onde intensificam a integração entre os moradores. A eficácia coletiva acontece diante da estabilidade residencial, propriedade da residência, baixa densidade populacional e baixa heterogeneidade, assim a vizinhança se organiza de maneira mais ativa para realizar o controle social, evitando conflitos, e alcançando benefícios para toda a comunidade, como a elaboração de regimento interno, com regras a serem obedecidas, proposta de punição, multas, além da realização de eventos comemorativos dentro do loteamento, dentre outros. Cada loteamento de acesso controlado situado em determinado município brasileiro apresenta suas características peculiares e pesquisas específicas para cada espaço pode trazer mais resultados ampliando a discussão da teoria para a prática.

Palavras-chave: Loteamento de acesso controlado, Coesão social, Eficácia coletiva.

AS REPRESENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS DA MODERNIDADE EM 1940. Antiga prefeitura e Fórum de Anápolis

Lucas Gabriel Corrêa Vargas, Matheus Vinícius Pereira Rodrigues

A década de 1940 foi o auge de um momento de grande desenvolvimento e progresso para o estado de Goiás e para Anápolis. Após a chegada da Estrada de Ferro Goiás em 1935 e a construção de Goiânia em 1938 uma forte transformação ocorreu nos modos de se edificar, sendo a arquitetura de inspiração Déco uma das principais formas de representação da modernidade e vanguarda. No período entre as décadas de 1920 e 1940, marcado por transformações pós 1ª Guerra Mundial, foram materializadas inovações tecnológicas à vida urbana, entre elas técnicas construtivas que atendiam às solicitações de uma da sociedade cada vez mais industrializada; o *Art déco* surgiu como ícone de repres entação da modernidade ao ser incorporado em diversos campos de atuação, desde a arquitetura até à indústria naval. A representação do progresso ficou também evidente no número de tipologias arquitetônicas que são projetadas seguindo movimento. No Brasil grande parte dos edifícios públicos do governo de Getúlio Vargas, bem como os cinemas, teatros e sedes de emissoras de rádio, foram edificadas seguindo a composição austera e formal do movimento. A expressão da modernidade trazia nas fachadas das edificações a ausência dos ornamentos e adornos tão característicos da arquitetura neoclássica e eclética do final século XIX e tinha ao mesmo tempo a intenção de alcançar o funcionalismo e a estandartização, atendendo à vários programas distintos. Em Anápolis o estilo Art déco foi surgindo nas fachadas dos edifícios por volta de 1930, sendo que os principais edifícios públicos e institucionais construídos seguiram as linhas geometrizantes, tais como hospitais, cinemas e até a cadeia municipal. A continuidade de soluções arquitetônicas tradicionais estava em evidência nas residências cujo sistema construtivo tradicional e distribuição de ambientes era mantido, no uso de blocos cerâmicos como alvenaria e coberturas com telhas cerâmicas; aos poucos as edificações utilizavam o concreto armado, inovação comum nas grandes cidades. Mesmo dentro das limitações tecnológicas da região na época, os jogos de volumes, os frisos nas fachadas e verticalidade das esquadrias eram as características mais utilizadas do estilo, no entanto, a execução de platibandas para esconder os telhados aparentes era a forma mais utilizada de se aproximar do movimento. Compreendendo essa época de profundas transformações e buscando entender a arquitetura executada em Anápolis este trabalho vista fazer uma análise da modernidade enquanto representação arquitetônica, utilizando como estudo de caso o edifício da antiga prefeitura municipal de Anápolis. A análise se dará através de revisão bibliográfica sobre o tema, além do levantamento da edificação, coleta de informações através da história oral e dos registros existentes nos jornais, fotografias e livros do acervo do Museu Histórico de Anápolis. Em Anápolis, entre os edifícios tombados como patrimônio histórico municipal, a Antiga prefeitura e Fórum localizado na praça Bom Jesus é o que mais representa este momento da modernidade. Construído no final da década de 1930 com apenas dois pavimentos a edificação se destaca pela implantação solitária em uma das extremidades da praça, tendo no jogo de volumes e no ritmo das aberturas a principal representação do estilo. Com a frente voltada para a praça, sua entrada frontal é marcada com uma sacada cuja base é sustentada com colunas levemente decoradas, havendo no resto da edificação pequenos detalhes decorativos, como frisos sobre as esquadrias e portões metálicos com desenhos geométricos. Por volta da década de 1970 ganhou anexos frontais e uma aplicação na platibanda frontal que descaracterizaram a representação dos jogos de volumes da edificação. Após a década de 1990 o fórum deu lugar à órgãos públicos que funcionaram dentro das suas instalações executando reformas pontuais, sem, no entanto, buscar requalificar a edificação e restaurar em suas características originais. Atualmente a edificação abriga a sede da Galeria de Artes Antônio Sibassoly e a Secretaria Municipal de Cultura e apresenta uma série de problemas estruturais, tendo muitos ambientes fechados em decorrência de infiltrações e outros problemas relacionados à falta de manutenção. O prédio carece

também de estudos aprofundados, que possam executar uma pesquisa aprofundada em relação às suas características originais e trazer à tona a representação da modernidade existente à época da sua construção.

Palavras-chave: Modernidade, Arquitetura, Art. Déco, Anápolis.

DO FLÂNEUR AO "CORRÊUR": Uma análise de impermanências sobre a Marginal Botafogo

Matheus Amorim Gomes, Fernando Antônio Oliveira Mello

A Marginal Botafogo em Goiânia por tratar-se de uma via expressa se configura como um problema de aspectos tanto ambientais como sociais. O modelo de construção a qual se deu através canalização do córrego Botafogo ignorou completamente as condições naturais para a sua implementação, além de comporta-se como uma barreira já que a falta de conexões entre os bairros ligados às bordas ocasiona cenários e contextos heterogêneos entre si.
Desde a sua construção, as polêmicas e controvérsias entre especialistas e ambientalistas tornaram-se prática comum que por fim resultou em uma política de planejamento priorizando o uso do veículo automobilístico em relação ao ato corporal de caminhar.

Para Milton Braga (2006), as infraestruturas metropolitanas (ônibus, metrô, BRT's e vias expressas) se diferem das infraestruturas urbanas (serviços públicos, vias públicas, praças e passarelas) por se relacionarem a uma demanda de escala maior e distante daquela percebida e apreendida pelas pessoas em nível local e físico. O que ocorre então é uma confrontação dessas duas escalas não negociadas: uma territorial, referente a visão de cima e geral expressa em mapas e uma outra local, baseada de acordo com a massa edificada e no dia a dia dos moradores.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho busca exatamente investigar a via através das suas diferentes percepções de fluxo: a primeira em relação ao corpo humano e a sua transição a pé e a segunda baseada no deslocar acelerado dentro do veículo automobilístico. Além disso, busca-se observar o dia a dia dos moradores de imediações próximas de maneira a considerar um olhar mais atento à dinâmica local percebida e apreendida em nível físico e cotidiano, buscando assim presenciar em como a via influencia nas suas práticas sociais.

Para isto, a metodologia aqui utilizada se dá essencialmente pela visita, observação e experimentação do lugar situando o objeto de análise não apenas no espaço, mas também no tempo, ou seja, tentando compreender o espirito do lugar. Para melhor entendimento da região, e levando em conta a extensão da via, esta é dividida em quatro sub-regiões e em cada delas é observada a forma como as pessoas transitam e enfrentam a barreira. Quais as suas motivações? Quais as dificuldades enfrentadas? Quais os polos de atração entre um lado a outro? Qual a importância dos diferentes tipos de transições?

Para que essa experimentação ocorra é feito durante determinado período de tempo visitas e entrevistas com os moradores locais para se compreender a forma em que estes enfrentam e atravessam a barreira, incluindo registros em fotos e vídeo sobre as percepções analisadas, tanto em movimento ao caminhar quando ao se deslocar dentro de um veículo.

A análise revelou uma transformação na forma de perceber e sentir a cidade. As ruas que em diferentes contextos se caracterizam pelo espaço do deslocamento, mas também como lugar de trocas e de convivência, dá lugar a um espaço de insegurança e medo. A modificação da rua em nome de um novo padrão estético baseado na lógica do transito retira a percepção corporal do homem ao caminhar sobre o território e o substitui pela apreensão do homem em movimento dentro do veículo automobilístico.

Preconizada pela filosofia de Walter Benjamin (1989), a figura do flâneur, o errante que vivencia a cidade em sua escala lúdica já não existe mais. A errância, cuja prática é capaz de gerar uma corpografia expressa pela síntese da interação do corpo com o ambiente urbano (JACQUES, 2008), dá lugar a figura do "corrêur", o homem-máquina que enxerga a cidade como empecilho a fluidez de deslocamento não se conectando diretamente a ela.

O que se observa é que em relação as vias expressas, onde não há essa percepção direta do corpo em relação ao espaço, ocorre o surgimento de um não-lugar. Os não-lugares, de acordo com a filosofia

de Marc Augé (1994), permitem a circulação de grande número de coisas, pessoas e informações mas impedem a criação de identificação com o lugar, não há tempo para parar ou estar e estamos sempre de passagem minimizando a relação uns com os outros.

No entanto, em contrapartida, em certos locais da via a impressão de deslocamento e impermanência também é capaz de dar continuidade a usos distintos entre as bordas. As vias que se cruzam por sobre a marginal e interligam as parcelas no sentido Leste-Oeste conectam diferentes polos de atração estendendo os usos locais. É sobre essas vias que se dá a "costura" da Marginal Botafogo, ainda que estas se caracterizem igualmente pela priorização do automóvel em relação ao ato de caminhar, não havendo inclusive nenhuma passagem exclusiva para pedestres como passarelas ou pontilhões.

Para essas vias se realça a importância das transições e em como elas podem servir como costuras em cicatrizes urbanas. De acordo com as análises observadas é possível então até mesmo especular catalisadores locais baseados no cotidiano capazes de condensar os principais hábitos de cada sub-região e em cada uma delas propor um projeto especifico de acordo com as suas próprias necessidades.

A criação de um projeto articulador entre as bordas de um território em constante mutação se refere a manifestos como a Nova Babilônia de Constant Nieuwenhyus, onde a inclusão do corpo do indivíduo em se deslocar, adaptar e participar é preponderante para experimentação do tempo e espaço. Seguindo esse princípio, elabora-se um sistema construtivo modular capaz de agregar múltiplas combinações funcionais e indefinidas, mas que se adaptam de acordo as necessidades dos usuários, preservando a escala humana e minimizando assim a sensação de não pertencimento ao lugar.

Palavras-chave: Via Expressa, Flâneur, Cidade, Cotidiano, Transição.

A PINTURA METAFÍSICA EM ALDO ROSSI: As poéticas da memória e da analogia

Carolina Rodrigues Boaventura, Deusa Maria Rodrigues Boaventura

Diversos autores atribuem a passagem dos anos de 1960 para os 1970 como o momento de inflexão nas artes no século XX. Tornou-se uma convenção historiográfica afirmar que nesse período se manifestou uma nova concepção artística, o pós-modernismo, marcado pela ruína das chamadas vanguardas modernas ou heroicas. Ainda que o termo "pós-modernismo" seja controverso, pode-se afirmar claramente a emergência de um "novo cenário" (LYOTARD,1988, p.11) caracterizado pela a heterogeneidade dos temas e conteúdos abordados e pela pluralidade das técnicas artísticas. O campo da arquitetura foi aquele que mais demarcou essa mudança, tal como sustenta Andreas Huyssen (1991, p. 25). No interior da crítica arquitetônica, reivindicou-se uma nova teoria para nortear a práxis da disciplina por constatar que, diante do contexto da pós-segunda guerra mundial, os principais preceitos do modernismo eram problemáticos. Para essa nova sensibilidade, dois eixos de pensamento se destacaram: o neorrealismo e o neorracionalismo (GANDELSONAS, 1976). O primeiro refere-se à perspectiva norte-americana de Robert Venturi (1925-1976) que perquiriu sobre a importância dos símbolos urbanos e edificatórios como mecanismos de comunicação e de retórica. O segundo é representado pelo arquiteto milanês Aldo Rossi (1931-1997) que também abordou a importância da dimensão simbólica na cidade, mas sob um viés de recuperação da história como fundamento para o processo projetual. Esse trabalho discute essa última vertente através da análise de alguns dos conceitos expostos na obra escrita desse arquiteto italiano e da verificação de tais noções em seus projetos arquitetônicos e em suas obras artísticas. Desta forma, dentro do amplo panorama teórico empreendido pelo arquiteto, investiga-se a influência da pintura metafísica nas indagações sobre a forma arquitetônica e as suas temporalidades inseridas no conceito de "cidade analógica".

Em seu *Architettura della Città* (1966), Rossi questionou os preceitos funcionalistas da arquitetura Moderna e defendeu um ambicioso projeto: a refundação da disciplina através do exame das formas históricas da cidade no transcorrer do tempo, considerando a origem, as permanências e as mudanças dos *fatti urbani*. Nessa obra, o seu maior propósito foi o de constituir uma suma teórica transmissível, elaborar procedimentos didáticos e sistemáticos para a fundamentação da *práxis*, ou melhor, uma "teoria de projetação como momento de uma teoria de arquitetura" (ROSSI, 1989, p.323). Alicerçado por um discurso de caráter científico e racional, nesse texto o italiano defendeu as formas da cidade como princípio do processo criativo. A cidade e sua história eram terrenos tão fecundos que poderiam fornecer as tipologias formais necessárias para a criação de novos projetos.

Não obstante, apesar da grande fortuna dessa obra, um dos conceitos mais investigados da *mathesis* teórica rossiana não foi trabalhado nele. A noção de *città análoga*, de fundamental importância para a compreensão do processo projetual proposto pelo arquiteto italiano, só foi apresentada um ano depois, em 1969, na introdução da segunda edição italiana. E, mais tarde, foi amplamente discutido em seu *Autobiografia scientifica* (1981). Neste livro, Rossi demonstrou que, por meio da noção de analogia, as formas históricas da arquitetura e dos traçados urbanos, através de processos de adição, de justaposições e de alternâncias de escala, poderiam assumir novos significados. A forma resinificada no fim de sua "operação lógico-formal", contudo, não era descolada de suas formas originárias, mas antes recebia uma nova camada simbólica, adquiria maior densidade semântica.

Um olhar atento para a produção artística do arquiteto e para a relação dessas com a pintura metafísica, pode colaborar para o melhor entendimento desse conceito. Tais obras rossianas são menos renomadas, se comparados com as suas construções e projetos arquitetônicos, mas correspondem a um extenso conjunto de pinturas, croquis e gravuras que transitam em diversas técnicas como o óleo sobre tela, a colagem, a aquarela, a litografia e o silkscreen. A despeito dessa pluralidade técnica, o arquiteto

italiano retratou, reiteradamente, o mesmo conjunto de forma elementares. Cúpulas, frontões, pirâmides, cilindros, prismas de base triangular e troncos de cone são alguns dos restritos motivos do vocábulo formal empregados em suas representações. Apesar de serem elementos geometricamente simples, eles não remetem ao purismo e ao abstracionismo, mas fazem alusão às tradicionais formas das cidades europeias e aos objetos lembrados e buscados na memória de sua infância, de seus estudos acadêmicos e de suas viagens. As formas operadas por Rossi se referem, portanto, tanto a memória coletiva, quanto a sua memória individual.

Essas temáticas da memória, da ressignificação, do jogo de escalas e da investigação do tempo e das formas eternas são também presentes nas obras de Giorgio de Chirico (1888-1978) e de Giorgio Morandi (1890-1964), artistas que foram especialmente consultados pelo milanês. Ao aproximar a produção artística de Aldo Rossi com a pintura metafísica busca-se ressaltar que, ao contrário do que muitos autores acusam, a obra de Rossi não corresponde ao resultado de uma atitude nostálgica, mas à recuperação da poética e da linguagem metafísica afim de se apropriar das formas históricas visando as suas continuidades e transformações.

Palavras-chave: Aldo Rossi, Analogia, Pintura metafísica, Memória.

ENTRE POÉTICAS DE APREENSÃO DA CIDADE: O flanêur do século XIX e o delirium ambulatorium de Hélio Oiticica

Paulo Arthur Silva Aleixo, Eline Maria Mora Pereira Caixeta

As constantes transformações das cidades, ocorridas com a crescente urbanização a partir do século XVIII, estiveram intrinsecamente associadas à mudanças sociais e culturais. Segundo Simmel (1973, p.23), uma das características desta cultura em desenvolvimento nas metrópoles esteve no predomínio do "espírito objetivo" sobre o "espírito subjetivo". Além disso, tem-se que a metrópole sempre representou a base da economia monetária (SIMMEL, 1973, p.13), o que refletiu-se claramente na divisão dos trabalhos e nas relações humanas cotidianas que foram se estabelecendo. Assim, o ritmo estabelecido na cidade, aliado a franca concorrência entre os indivíduos (BENJAMIN, 1994, p.36), acabou por definir o comportamento das pessoas.

Diante desses aspectos, as metrópoles da contemporaneidade apresentam, como uma de suas características mais inatas, uma crescente espetacularização dos seus espaços (JACQUES, 2006, p.126). Este elemento gerou, dentre outros pontos, uma conduta comum que baseia-se na supremacia da visão sobre os demais sentidos. Desta maneira, a experiência cotidiana dos citadinos acabou por constituir-se basicamente a partir de um tipo específico de apreensão: os registros ópticos. Estes são, em suma, os responsáveis pela orientação na cidade e pela sua legibilidade.

Neste sentido, destaca-se que Guy Débord, em 1967, já apontava para as ameaças desta ampla espetacularização da sociedade, que poderia corresponder a uma "fabricação concreta da alienação" das pessoas (DÉBORD, 1997, p.24). Ainda segundo o autor, "toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos", uma vez que "tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação" (DÉBORD, 1997, p.13). Assim, fica clara a visão crítica sobre a constituição de padrões culturais consolidados como ferramentas de controle social.

A partir de uma postura de resistência à essa cultura presente nas metrópoles, Coelho Netto apontou que "grande parte da tendência político-social de hoje caminha no sentido de tornar os indivíduos meros espectadores passivos seja em que domínio for, da arte (ou 'artes' como a televisão) à decisão política" (COELHO NETTO, 1979, p.78). Neste sentido, Juhani Pallasmaa também apresentou crítica à espetacularização, dentro do campo da produção em arquitetura. O autor defende que esta deveria apresentar função ética, o que consiste em "dar suporte e aprimorar nossa experiência existencial conferindo-lhe uma estrutura de entendimento e significado" (PALLASMAA, 2013, p.123).

Desta forma, fica evidente a perspectiva da experiência associada à vivência existencial, calma e despretensiosa, sobre a cidade. Jacques (2006, p.117) prolongou este tema ao abordar as "errâncias", práticas que, por princípio, são alternativas e descondicionantes do corpo em meio ao espaço urbano. Estas práticas desenvolveram-se a partir do ato de caminhar e apontaram para novas formas de experenciar o espaço da cidade, em oposição aos "espaços desencarnados" característicos do pensamento hegemônico do urbanismo contemporâneo (JACQUES, 2006, p.126-127). Tais experimentações estruturaram-se, sobretudo, com o discurso de reinventar a apropriação das cidades, a partir da liberdade do corpo das pessoas e da ativação de suas consciências sobre o espaço do cotidiano.

Sendo assim, o presente artigo visa compreender os modos alternativos de apreensão da cidade, caracterizados como "errâncias", e as narrativas que eles construíram a partir da crítica à cultura corrente. Para tanto, parte-se de exposição e análise crítica de duas formas de olhar subjetivamente o espaço urbano, em momentos distintos da história das cidades. Assim, a metodologia para análise destes objetos de estudo deve considerar a intenção presente no discurso de seus propositores, como se deram as atividades, a relação enquanto crítica ao momento histórico e também a recepção pela sociedade do período.

O primeiro enfoque do trabalho é a experiência da *flanêrie*, característica de Paris, durante a primeira metade do século XIX – período de consolidação do espaço urbano a partir da profunda reforma desenvolvida pelo prefeito Haussmann. Tendo como um de seus maiores entusiastas o poeta Charles Baudelaire, a *flanêrie* foi uma alternativa crítica ao rápido ritmo diário da vida que estabelecia-se como padrão na cidade. Esta forma de apreensão da cidade foi uma importante base para uma série de produções seguintes, em diferentes contextos, com destaque para a literatura de Walter Benjamin (BENJAMIN, 1994), o movimento artístico do surrealismo e as experiências desenvolvidas com a fotografia de rua, atenta ao cotidiano das cidades.

O segundo enfoque apresentado e analisado no trabalho está na experiência desenvolvida com o *delirium ambulatorium*. A proposição, feita por Hélio Oiticica e apresentada em São Paulo, ao final da década de 1970 (OITICICA, 2011, p.177), trouxe um olhar poético para a experiência das pessoas sobre a cidade. Nome de relevo na produção cultural brasileira, as obras do artista desenvolveram-se em constante crítica ao padrão burguês circunscrito nas galerias de arte, questionando a relação do público com a produção artística. Sendo assim, buscando constantemente a associação entre arte e vida, ocupar os espaços urbanos com projetos e proposições foi uma crescente em sua trajetória.

Palavras-chave: Cidade contemporânea, Cotidiano, Flanêrie, Cultura artística, Hélio Oiticica.

URBANQUENTE: O corpo e o consumo alimentar em poéticas performáticas no espaço urbano

Emilliano Alves de Freitas Nogueira

Buscando discutir as diferentes possibilidades de interpretação, leitura e apropriação do espaço urbano, o grupo de estudos "corpo espaço memória" investigou ações poéticas urbanas, prevendo a interação entre a Universidade e a comunidade da cidade, promovendo em sua concepção sensível e questionadora um ambiente de troca constante entre os saberes. Desse projeto nasceu o Coletivo Des Casca, formado por professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás – Regional Goiás, na busca de uma estreita relação horizontal entre academia, comunidade e artistas, evidenciando a potência da abertura que a arquitetura e urbanismo e a arte contemporânea reserva às interações entre os saberes e percepções do ato criador, compartilhando o universo criativo e ampliando os potenciais imaginativos. A intervenção urbana Urbanquete surge enquanto uma ação performativa que investiga instrumentos para novas perspectivas de convivência na cidade, refletindo sobre as relações entre a utilização do espaço público, o consumo alimentar e as práticas artísticas. Assim, propõe-se elaborar o entendimento da cidade enquanto espaço de vivência, dissente e conflituoso, em que o acontecimento artístico explicita esses conflitos e fomenta micro-resistências, perturbando a imagem tranquilizadora do espaço urbano. O coletivo Des Casca propôs nessa ação um jantar no espaço público no centro histórico da cidade de Goi'ás, em que foram estipuladas regras num jogo onde os participantes buscaram trocar com a cidade suas memórias, afetos e sentidos; criando novas narrativas e leituras urbanas. Para isso, foi montada uma sala de jantar no espaço urbano, onde instalou-se uma situação extra-cotidiana através de comandos que geraram gestos e imagens que quebraram a rotina habitual daquele espaço. A ação foi realizada em fevereiro de 2017, às margens do Rio Vermelho, próximo à ponte de Cora Coralina, um espaço simbólico na cidade. Entendendo que a performance é um ato efêmero, os registros realizados no momento da intervenção serviam como escrituras de um acontecimento. Assim, a ação reverberou em fotografias, vídeo e textos que decodificaram o ato para a possibilidade de diferentes leituras. Fazendo um paralelo com o Banquete de Sócrates onde amigos se reuniram para discutir filosofia, em Urbanquete pretendeu-se fazer da cidade a casa de Agathon, onde performers se reuniram para experienciar o espaço público. Os corpos conversaram com/no espaço, trocando (e construindo) suas memórias, fazendo da cidade material poético, produzindo diferentes oportunidades de análise do acontecimento urbano. Ao propor relações entre arte e cidade, estudantes de arquitetura ampliaram a possibilidade de experiências poéticas, propiciando assim diversas leituras urbanas, explicitando a dissidência do espaço público na contemporaneidade e produzindo aprendizagens. Assim, as ações performáticas urbanas promoveram reflexões sobre o uso das cidades e, sendo atos estéticos significativos para o entendimento do espaço público enquanto organização coletiva, buscaram o desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito da cidade e seu funcionamento, sem a explicitação de um processo pedagógico formal. Ao realizar intervenções urbanas, o coletivo prezou em não entender os processos de produção e experiência simplesmente no âmbito individual, mas demandados pela coletividade, levando em conta a experiência do corpo na cidade. Dessa forma, essa pesquisa buscou tencionar o capital que se torna imagem urbana de marketing de uma cidade com o título da UNESCO de Patrimônio Histórico da Humanidade, em contraponto a uma ação artística que buscou despacificar o espaço urbano através de uma prática que teve como foco o corpo do cidadão que come na rua.

Palavras-chave: Intervenção urbana, Cidade, Corpocidade, Arte contemporânea, Alimentação.

CULTURA E INTERVENÇÕES URBANAS EM GOIÂNIA - 2003 a 2016

FIACCADORI, Fabricio Souza., OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de.

As grandes cidades da contemporaneidade vêm se configurando sob a atuação do capitalismo financeiro e sob os efeitos da globalização e das novas tecnologias e meios de informação e comunicação. Vários são os autores que refletem sobre as inter-relações entre este contexto e as práticas urbanísticas atuais. São relevantes para esse estudo aquelas práticas que elegem a cultura como mecanismo de ativação urbana (JACQUES, 2003). Sem desconsiderar as especificidades do lugar, do seu tempo e sua história, este artigo pretende estudar intervenções urbanas recentes em Goiânia a partir destas reflexões. Nessa perspectiva, Arantes (1996) aponta que a cultura tem sido apropriada pelo capital neoliberal, em associação com os agentes do poder público, como instrumento estimulador do consumo e do turismo. A cidade passa a ser tratada como mercadoria de consumo direto, bem como instrumento atrativo de investimentos. Em consonância com outros autores, Arantes (1996) afirma que atualmente, além do ganho através do mercado imobiliário, o capital neoliberal almeja que a cidade seja também uma fonte de lucro pela venda de serviços que geralmente estão atrelados à cultura (gastronomia, patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, tradições, festividades). É assim que, neste começo de século, as grandes intervenções urbanas se inserem nas premissas deste planejamento estratégico. Estimula-se desde a revalorização de tecidos urbanos históricos e patrimônios arquitetônicos à construção de novos equipamentos e edifícios de grande visibilidade e imagem marcante. Mas, como ressalva Jacques (2003, p. 37), enfatizam-se nestas ações "aspectos puramente imagéticos, tendo em vista a promoção e a venda de uma imagem de marca da cidade de modo global". Neste cenário, "tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas como mercadoria [...] em detrimento das necessidades da própria população local" (JACQUES, 2003, p. 34). São pontuações que levantam, na atualidade, outras questões sobre a cidade, como os usos de espaços públicos e os processos de gentrificação. Também nesse sentido, Arantes (1996) destaca uma mudança de abordagem nos debates sobre a cidade, ocorrida nos últimos tempos. Segundo a autora, anteriormente essa discussão primava por um planejamento urbano que atendesse ao conjunto da sociedade e que, conduzida por profissionais arquitetos, buscava uma resposta técnica para a otimização do espaço urbano. Já hoje parece vigorar um princípio de máxima flexibilização, que abre a discussão do urbano para diversos outros "especialistas". A partir daí o conceito de requalificação suplanta o de planejamento, e à primazia da técnica se sobrepõe agora o conceito amplo e difuso de cultura. O desenho ganha primazia e "as cidades passaram a ser encaradas como um repertório de símbolos" (ARANTES, 1996, p. 232). Em Goiânia, a partir do final da década de 1990, despontaram estudos e debates acerca da identidade e da imagem da cidade, fomentando discussões sobre o patrimônio *art déco* e sua simbologia para a capital goiana. Em paralelo surgiram também estudos e proposições, pelo poder público, de várias intervenções arquitetônicas que parecem refletir algumas das práticas do urbanismo contemporâneo apontadas acima. De modo geral, tais ações podem ser agrupadas em dois grupos que se complementam. De um lado, estão as propostas de requalificação de espaços do centro histórico e a recuperação, valorização e ressignificação do patrimônio edificado ali existente. Do outro, a construção de novas edificações com significativa visibilidade urbana e almejada carga simbólica. A partir de uma pesquisa exploratória foram mapeadas intervenções urbanas realizadas em Goiânia nas duas últimas décadas. Dentre elas identificou-se, entre 2003 e 2016, um considerável conjunto de ações que se prestam ao estudo proposto, delimitadas por terem sido conduzidas pelo poder público e se utilizarem da cultura como elemento ativador urbano. Para melhor compreensão desse universo a ser estudado, e considerando tanto as discussões teóricas sobre práticas urbanísticas contemporâneas quanto as particularidades de Goiânia, as intervenções selecionadas foram reunidas em três grupos. Primeiro têm-se as ações ligadas à requalificação do centro histórico e valorização do acervo arquitetônico. A recomposição paisagística da Av. Goiás (2003) e a

reforma do Teatro Goiânia (2010) identificam as intenções de valorização do patrimônio arquitetônico e urbanístico tombado da cidade planejada, colaborando para o fortalecimento da imagem de "Capital art déco" do país. Também nesse sentido, a construção da Vila Cultural Cora Coralina (2013) e a Requalificação da Praça Cívica (2015) propõem espaços de lazer e convívio em diálogo com a arquitetura do núcleo pioneiro da cidade. Em um segundo grupo estão novas edificações que se destacam pelo potencial de se tornarem imagens referenciais da cidade. O Centro Cultural Oscar Niemeyer (2006) é exemplar da tentativa de uso da arquitetura para a promoção de visibilidade da cidade e fortalecimento de uma "imagem de marca" através de grandes edifícios assinados por arquitetos consagrados. Também os monumentos sobre os viadutos das praças do Ratinho (2007) e do Chafariz (2008) refletem esse desejo de criar imagens-símbolo para a cidade e vêm de fato efetivando-se como cartões-postais locais. E por fim, em um terceiro grupo, são estudados os parques urbanos, equipamentos já muito presentes e incorporados ao imaginário de Goiânia, cuja implantação costuma se dar em peculiar relação com o mercado imobiliário. Também alçado ao status de cartão-postal - como já é recorrente com outros parques da cidade - o Parque Flamboyant (2007) tem se consolidado como ponto atrativo de lazer e forte indutor da ocupação e verticalização no seu entorno. Assim, considerando o contexto regional e mesmo a escala da capital goiana, entende-se que este conjunto de obras se insere na lógica "de projetos estratégicos de revitalização urbana, baseados na tríade cultura-lazer-turismo" (JACQUES, 2003, p. 37).

Palavras-chave: Goiânia, Urbanismo contemporâneo, Cultura.

DA DECADÊNCIA: formas espúrias na paisagem urbana

Fábio Lima

Compenetrar-se nalguns elementos da cidade pode-nos ajudar a localizar questões bastante perturbadoras, em aspectos capazes de ultrapassar os limites formais dos objetos. Se constituem como partes de realidades a serem questionadas, próprias a descolarem-se do inconsciente e do automatismo perceptivo habitual. Escavar parte dalgumas características urbanas revela-nos traços obscurecidos pela imagem que fazemos do lugar ao longo dos anos, proporcionando sensos mais críticos e de maior proximidade ao real. Nesse sentido, há uma quantidade bastante grande de espaços que reverberam efeitos negativos nas pessoas, principalmente por conta das associações ruins que permitem realizar. Um lugar que provoca sensação desagradável não se reduz à impressão negativa na paisagem enquanto um tipo de imagem apenas, mas porque também, muito provavelmente envolve coisas inter-relacionadas ou interdependes. Assim, certas áreas urbanas se apresentam torpes, materializando traços degenerados da sociedade. Constituem partes da cidade a serem esquadrinhadas, também igualmente difíceis de serem compreendidas. É possível listar uma quantidade grande desses espaços, lugares marginais, frequentemente associados a guetos, onde muitas experiências representam o lado abjeto da sociedade: cinemas pornôs, saunas, prostíbulos, becos e vielas usados para práticas sexuais e consumo de drogas, edifícios abandonados, redutos de moradores em situação de rua, dentre outros. A maioria dos lugares observados encontra-se na região central de Goiânia, cidade muitas vezes falseada pela mídia veiculada pelo governo, difundindo uma imagem que pouco condiz com a realidade. Como já mencionara Barthes, convivemos com conjuntos de coisas passíveis de serem ciência dos corpos desejáveis ou detestáveis (1984). O espaço urbano multiplica em variedade seus elementos, estimulando muitos tipos de estudos, em conformações peculiares de interesse, conforme admiração, ou ainda, em sentido contrário, aversão. Nessas circunstâncias, esses lugares são marcados de forma mais obscura, com certa decrepitude. Se os espaços, como elementos descontínuos podem nos dizer algo, se fazem inferências sígnicas por meio dos seus usos e das suas situações, que tipos de significações especiais são possíveis de constatar ao produzir novas relações entre os sujeitos e os objetos investidos de novos valores? Como usuários dos espaços, os seus comportamentos são examinados e relacionados com o uso desses lugares. Além disso, supõe-se que muitos desses significados devam ser identificados com as complexidades vividas nessa contemporaneidade. As abordagens críticas desse artigo foram assentadas na sociologia de SIMMEL (2013, 2014), DURKHEIM (2013), HAUG (1997) e SARLO (2006). Nas questões relativas ao contexto urbano e da paisagem, os argumentos são mediados por PEIXOTO (2003), JACQUES (2006), LYNCH (2011), ZEVI (1994), BRANDÃO (2006) e LEITE (2004). O método de investigação utilizado é baseado na estratégia de leitura do espaço urbano (FERRARA, 2000, 2002), seguido pelas abordagens peculiares do próprio SIMMEL (2014), apontado por ÖELZE (2014) no seu estudo de percepção das essências. Como o estudo contém grandes afinidades ao método interpretativo semiótico, muitos aspectos sígnicos do contexto urbano foram complementados a partir de ECO (1999, 2004, 2007), KRISTEVA (1974) e MOLES (1972). Esses locais possuem uma natureza complexa e, portanto, suas abordagens devem ser entrecortadas, recursivas, dialéticas, nunca redutíveis a apenas um sentido (KRISTEVA, 1974). Esses lugares são significantes e seus sentidos podem ser ostensivamente explorados, desde camadas mais superficiais, auto evidentes, àquelas que subjazem razões mais profundas (que não apenas causais, de origem, mas sobretudo, de analogias e metáforas ao comportamento humano). A crítica aos objetos construídos procura aquilo que vai para além das aparências, pois ora são sinônimos de decadência, ora de abandono e obsolescência e, se revestem de prejuízo à paisagem. Assim como a luz põe clareza e contorno às coisas e os faz resplandecer em vívidos matizes, instaurando o reconhecimento das coisas em si, há também o outro lado, o obscuro. Na contraparte àquilo que se apresenta claramente, como por contraste à essa existência, para que haja

notoriedade da luz deve haver suficiente escuridão. E assim os lugares são atingidos por dessemelhanças acentuadas, como no âmago desse espaço em devir: duo insidioso. Os lugares parecem mesmo pertencer e refletir faces diferentes de uma mesma coisa, essa ambiguidade da natureza humana.

Palavras-chave: Espaço decadente, Paisagem urbana, Significações especiais, Psicologia Ambiental.

MERCADO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Uma obsolescência programada

Lucas Gabriel Corrêa Vargas, Cristiane Carvalho Duarte

O Mercado Municipal Carlos de Pina (MMCP) assim como outros mercados municipais, surgiu devido a demanda populacional que se expandiu de forma exponencial entre a década de 1920 a 1940 influenciada com a chegada da Estrada de Ferro Goyaz ao município de Anápolis, Goiás. O edifício representou grande relevância para expansão do caráter comercial da região central, uma vez que os produtos que até então eram vendidos em atacado nos galpões, poderiam ser vendidos em varejo. Antes da chegada da ferrovia Anápolis funcionava como entreposto comercial, tendo mais destaque do que cidades mais antigas, como Pirenópolis, Corumbá e até a cidade de Goiás, sendo que a distribuição de mercadorias desde a década de 1910 fazia parte da rotina dos armazéns da cidade. A localização do mercado foi importante para o sucesso, visto que foi implantado nas proximidades do pátio de manobras da Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente, de forma a assegurar o escoamento e exportação de materiais na cidade. Inaugurado em 1951, na gestão do então prefeito Sócrates Mardocheu Diniz chegou a atrair cerca de 10 mil pessoas diariamente; considerado um dos maiores do Centro-Oeste, funcionava para Anápolis como um ponto de referência econômica e social, proporcionando aos consumidores uma diversidade de produtos como: temperos, especiarias, queijos, verduras, frutas, conservas, bebidas, pescados, embutidos, carnes, utensílios domésticos, produtos de limpeza, entre outros. Dada a importância desta edificação para a história arquitetônica da cidade e para o resgate de memória, este trabalho visa analisar o estado atual da edificação, buscando compreender quais são os fatores que contribuem para a manutenção do atual estado de precariedade do Mercado Municipal de Anápolis. Tombado em na década de 1980, no âmbito municipal através da Lei nº 25 de 1981, o edifício foi o primeiro patrimônio histórico arquitetônico a ser resguardado por tombamento. O texto da lei era vago, criando um vazio legislativo sobre o que deveria ser protegido ou preservado. Sem direcionar nenhuma providência para restauro ou inventário, a edificação continuou a sofrer alterações ao longo dos anos, sem existirem ações de educação patrimonial, resgate de memória ou inventário. Com quase 70 anos de existência o edifício de cerca de 3.300 m² construído com elementos do repertório Art. Déco nas fachadas foi quase que completamente descaracterizado. Entre a composição das fachadas localizadas nas extremidades de um bloco único, que atravessam um quadra inteira, existia um grande átrio onde eram expostos os produtos, sob uma cobertura única de telhas francesas, além de uma ampla área externa para circulação dos carros.Com o passar dos anos as áreas livres foram ocupadas por ampliações que tornaram o espaço interno insalubre, dificultando a entrada de luz e ar. Foram construídas bancas de alvenaria dentro do grande salão, estreitando as circulações estreitas e aos poucos permitiu-se a instalação de permissionários que ofereciam serviços e produtos diferentes da intenção original do mercado. Dentre as características originais da edificação, restam apenas a alvenaria das fachadas com marquises semicirculares e frisos, cujas aberturas originais foram quase todas alteradas, o madeiramento do telhado e o formato da cobertura de quatro águas e as estruturas originais de alvenaria. A última grande reforma foi em 2006, quando houve a restauração do madeiramento e a substituição das telhas francesas por um modelo de telha ondulada ecológica, instalando-se ainda exaustores eólicos. A demanda por conforto térmico não foi alcançada em sua totalidade e outras questões relacionadas à segurança, higiene, salubridade foram resolvidas por reparos pontuais, mantendo o espaço em condições inadequadas ao funcionamento de um equipamento desta categoria. Não existe projeto de identidade visual, nem tampouco uma setorização hierárquica das bancas, havendo uma nítida desorganização da divisão interna. Por conflitos internos a administração do local não funciona no próprio edifício, visto que na tentativa de corrigir as irregularidades houve conflito de interesses incluindo ameaças à administração. Existem cerca de 70 proprietários que seguem os critérios da Lei n° 106 de 1952 que rege a organização do espaço. Após várias tentativas frustradas nunca foi

aprovado um novo regimento interno. Permissionários que possuem várias bancas não admitem que realizam um controle de preços e uma falsa concorrência. Relatos de permissionários e da própria administração deixam claro que apesar da situação existe um movimento da maioria contrário às modificações necessárias do local, contribuindo para a manutenção da precariedade. A quem interessa esta obsolescência programada, senão à sustentação de uma organização que há décadas foi estabelecida e hoje é mantida por algumas famílias. Dentre as graves irregularidades há a presença de botijões de gás em cozinhas internas, fiações elétricas expostas e ausência quase completa de itens de combate à incêndios fragilizando as condições de trabalho e expondo o consumidor à riscos desnecessários. As modificações exigiriam a redução do número de bancas para regularizar-se áreas de saída de emergência, casa de gás, além do fato de que muitos permissionários não concordam com o aumento de taxas mantidas em valores irrisórios se comparados com os alugueis da mesma região. A perda de vitalidade do Mercado reduzindo-se o público consumidor, deve-se além da ausência de conforto e comodidades que as novas estruturas comerciais atualmente oferecem, também ao processo de desvalorização das áreas centrais da cidade e ao sufocamento efetuado pelo comércio de rua, que nas proximidades da edificação é bastante intenso. É importante ressaltar que essas edificações são cumpridoras de papel social perante sua representação física no espaço temporal, então seria um dever promover condições de se manterem realmente ocupadas de forma saudável por usuários, retornando a vitalidade para seus ambientes, demonstrando a necessidade de sua existência, corroborando para que o MMCP represente de fato um patrimônio e que não seja mantido só na memória, mas sim em sua totalidade estrutural física.

Palavras-chave: Mercado Municipal, Arquitetura, Art. Déco, Anápolis.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO: Um estudo de caso do FAVERA 2017 e a promoção da cidadania

Ana Paula Mendes Alcanfôr Nascimento Magalhães

O processo de urbanização das grandes cidades dá origem às periferias, cuja dificuldade de acesso aos recursos básicos de transporte, saúde educação, etc., não é apenas uma distância física, mas também simbólica. Os indivíduos que se encontram nessas regiões acabam tendo reduzida a sua vivência da cidadania, em uma condição que Jessé Souza (2003) chama de subcidadania. O resgate e valorização dessas comunidades locais é capaz de ressignificar o espaço, promovendo a cidadania.

O objetivo da análise é compreender como a realização do FAVERA, como forma de valorização e fortalecimento da cultura da comunidade, é ferramenta de transformação do espaço em lugar. Para isso, será feita uma breve discussão a respeito do conceito de lugar na antropologia; uma relação entre o processo de subjetivação do espaço e a promoção da cidadania; e por fim uma análise desses conceitos aplicados a realidade encontrada no Festival.

Considerando a realidade sócio-histórica do Brasil, como país que ainda sofre as consequências de um processo colonizador baseado na exploração e exclusão, Jessé Souza (2003) compreende a América Latina como a periferia do mundo globalizado. Em maior ou menor escala, no processo de globalização, comunidades locais são suprimidas por uma cultura hegemônica, tendo sua identidade desvalorizada. Dessa forma, as periferias têm seus direitos minimizados, passando por um processo de subcidadania, em que os cidadãos são categorizados como mais ou menos merecedores de direitos de acordo com o seu nível de acesso a determinado repertório.

Para Ricardo Seiça Salgado (2013), é na relação dialética com o espaço que o sujeito se constitui, sendo este a unidade fundamental da sociedade. Cada sujeito carrega em si a sociedade em que se insere, ao mesmo tempo em que a constrói. Portanto, o habitat é a forma da sua experiência espacial, que difere de indivíduo para indivíduo, podendo ser compartilhada, porém nunca a mesma entre pessoas diferentes. Cada indivíduo, dessa forma, reconhece diferentes espaços como habitats significativos ou não, se acordo com a sua experiência e constituição subjetivas.

Cândido Malta (2004) relaciona a definição de *lugar*, com referência em Marc Augé, ao sentimento de pertença e a vivência da subcidadania no Brasil. A partir de uma análise do uso e da administração dos espaços públicos pelo Estado e pelos cidadãos, o autor discute o sentimento de pertença aplicado ao tratamento e a vivência no ambiente urbano. A utilização das vias, das praças, e dos bairros, e a apropriação desses espaços pelos indivíduos, em compensação ao descaso do poder público, torna-se um ato de resistência, de reinvenção e resgate da cidadania ativa.

O reforço do sentimento de pertencimento, pela valorização das culturas locais, pode ser uma resposta para inverter esse processo de exclusão, na busca pela construção de uma sociedade mais igualitária. Dessa forma, compreende-se a importância da pesquisa e análise de iniciativas como o FAVERA, como prática cidadã de resgate da cultura de bairro, na contramão dos grandes festivais de cinema.

A partir de análise bibliográfica aplicada a experiência da autora, como pesquisadora no Festival, o trabalho será dividido em três partes: compreensão do conceito antropológico de lugar, relação entre a construção do lugar como espaço de subjetividade e a construção da cidadania como processo identitário, e análise das dinâmicas encontradas no FAVERA pela aplicação do conceitos discutidos.

A relação que se estabelece entre o Festival FAVERA como promotor da cidadania, passa pela necessidade de valorização e reconhecimento do lugar, como construído subjetivamente pela comunidade local. Os processos de exclusão da subcidadania são resultado de um processo que se vale da desvalorização das culturas de gueto, como agrupamentos menos merecedores de direitos por estar

afastados de determinados padrões sociais e estéticos impostos por uma cultura hegemônica. O resgate e valorização dessas identidades é revolucionário no exercício de construção da cidadania, a partir da promoção de identidade local e senso de pertença aos indivíduos que compõem a comunidade.

Palavras-chave: Lugar antropológico; Espaço; Cidadania; FAVERA

ARQUITETURA DA DESOBEDIÊNCIA: Espaços e práticas erráticas dos botequins

Lorena Abdala, Laila Loddi

Este artigo propõe uma reflexão acerca da organização arquitetônica e cultural do espaço social dos botequins, tendo como objeto de análise o botequim do Zé Jiló, localizado na região central da cidade de Goiânia. A partir de uma etnografia urbana neste espaço, evidenciaremos os elementos fundantes do que caracterizamos como desobediências da tradicional arquitetura pela orientação conceitual de Michel Foucault (2014) na obra "Vigiar e Punir". Utilizamos também as provocações de um urbanismo incorporado através das experiências dos errantes (JACQUES, 2012) que inventam suas próprias cartografias não sobre o mapa, mas a partir de seus próprios percursos itinerantes. Assim, pretende-se valorizar este tipo de experiência urbana cada vez mais vigiado, capturado, anestesiado, mas que resiste às tentativas de domesticação: a experiência urbana da alteridade. Entendemos o espaço social dos botequins como zonas culturais que desobedecem as normas das espacialidade vigentes e constroem novas significâncias culturais e sociais. Embora, também, imersos em padrões estéticos, os botequins liberam o sujeito do poder disciplinar do posicionamento do corpo na arquitetura do espaço público, agenciando o ser e estar de corpos mais autônomos. Os espaços são projetados a partir da relação sujeito/espaço em lógicas, quase sempre, disciplinares. A dimensão espacial do poder disciplina arquiteturas institucionais como escolas, bancos, galerias, supermercados, etc. que atendem a normas de condutas dentro de um sistema panóptico da subjetividade, onde o sujeito é ao mesmo tempo vigilante e vigiado. Aos sujeitos, uma vez em lógicas coercitivas, imputam-se normas de comportamento nos espaços sociais. Foucault (2014, p.181), ao discutir a noção do panóptico, utiliza-se do exemplo da arquitetura da prisão disciplinar de Jeremy Bentham, mas expande o conceito para qualquer organização social institucionalizada, e portanto regida por códigos, "uma maneira definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens". Nesta perspectiva, podemos considerar que os sujeitos inseridos em algum tipo de organização social agem coagidos, segundo regras e padrões que normatizam seus comportamentos e seu modo de existir. "Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico pode ser utilizado." (FOUCAULT, 2014, p. 181). Quanto às discussões de Foucault (2014) sobre o biopoder e as estéticas da existência, consideram que uma vez dotado de poder sobre seu próprio corpo, os sujeitos criam múltiplas versões de si, que se adaptam conforme a norma imposta. Nesta concepção, as relações das práticas de existência como relações de poder possuem natureza coercitiva, uma vez que, a práxis de si perde sua autonomia devido a padrões simbólicos impostos no espaço social. Desta maneira, a conduta expressiva do sujeito torna-se represada por valores que não somente os dele mesmo, mas de outrem que foram incorporados à cultura. Desta forma, tanto o corpo quanto o espaço podem ser entendidos como superfícies que refletem as características peculiares da vida contemporânea do cotidiano. Corpo e espaço estariam em consonância com os regimes escópicos que produzimos em um dado espaço-tempo. Constrói-se assim, estéticas de existências regidas pelos panópticos da subjetividade. Considerando estes dois conceitos, tomemos como exemplo bares e restaurantes que atendem às normas ocidentais de organização. Podemos considerar alguns pontos recorrentes nestes ambientes: a espacialidade é pensada de modo que o sujeitos estejam sempre sentados em suas mesas, seguindo o rigor da etiqueta a mesa de pratos e talheres; a cozinha quase sempre não é visível a público; os elementos decorativos atendem a rigores assépticos; a composição estética oscila entre o neoclássico e o contemporâneo. A partir destas cinco características podemos estabelecer um comparativo com o espaço do botequim. A espacialidade do botequim não obedece a norma do sentar à mesa, uma vez que além das mesas os usuários podem ficar em pé no balcão de bebidas ou em qualquer parte do botequim. O rigor da tradicional etiqueta à mesa é inexistente. A cozinha muitas vezes mistura-se ao espaço do

botequim, visível e projetada em alguns casos atrás do balcão de bebidas. A estética do botequim envolve as visualidades subjetivas de seus donos, que manifestam suas crenças e valores, dentre outros símbolos como elementos que figuram no espaço. Em relação aos botequeiros e botequeiras - clientes que frequentam estes espaços indisciplinados - há geralmente uma postura mais informal, descontraída. No caso do bar do Zé Jiló, botequim em questão, as mesas e cadeiras espalham-se do interior da edificação para as calçadas e a própria rua, sobre o asfalto, chegando a atravessar para o outro lado da rua estreita e sem saída do Setor Central. Sob o céu aberto os clientes comem, bebem, fumam e cantam sambas que são tocados ao vivo. Reconhece-se ali a cidade como lócus da experiência da vida pública e da alteridade urbana. Alteridade do Outro que resiste à domesticação e cuja simples presença e prática cotidiana "explicita conflitos e provoca dissensos, aqueles que Milton Santos chamou de Homens Lentos, que Ana Clara Torres Ribeiro chama de Sujeitos Corporificados e Michel de Certeau de Praticantes Ordinários das Cidades" (JAQUES, 2012, p. 15). É a presença desse Outro nos espaços dos botequins que provoca uma forma de apreensão da cidade, voltada à escala do corpo, e que impõe um tipo de compreensão urbanística mais incorporada e indisciplinada.

Palavras-chave: Desobediência; Espaço; Práticas; Botequim

PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO: Reflexões sobre a casa vilaboense

Vinícius Antonelli de Souza, Adriana Mara Vaz de Oliveira

Apresentando um estudo do patrimônio cultural da Cidade de Goiás, este artigo parte do casario que compõe o conjunto arquitetônico tombado como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, em 2001, como meio de se discutir o conceito de Paisagem Cultural articulado no Brasil, há alguns anos, por diversos profissionais. Fundada no século XVIII, Vila Boa de Goiás, assim nomeada anteriormente, manteve boa parte de suas edificações preservadas no decorrer do tempo, mesmo com tardias transformações em suas fachadas. Construídas com técnicas variadas, as edificações tiveram seus processos construtivos adaptados às particularidades e circunstâncias existentes na região. O clima e topografia local, a dificuldade de importar materiais de outras regiões e a falta de preocupação estética por parte dos que vieram fizeram com que os conhecimentos técnicos trazidos pelos colonizadores sofressem algumas modificações, resultando na construção de uma arquitetura singular. Além disso, o conjunto arquitetônico vilaboense foi concebido modestamente, de caráter vernacular, em virtude do tímido desempenho econômico que pairava sobre a cidade e da sua distância dos centros mais consolidados. As casas foram recebendo, a partir do século XX, ornamentações de influências europeias, transformando o centro histórico em uma paisagem fachadista de variadas tipologias estilísticas arquitetônicas: colonial, neoclássica, eclética, *art nouveau*, *art déco*, neocolonial e moderna. Dentre essas, nota-se a presença marcante de exemplares que mantiveram características coloniais identificada em suas fachadas, em aspectos como esquadrias, telhados e técnicas construtivas, embora se reconheçam algumas que apresentam detalhes inseridos posteriormente, de outras linguagens arquitetônicas. Construiu-se, assim, um ecletismo sem intenção, em que o objetivo é decorar de modo singelo e não transformar o visual edilício por meio de cânones de uma vertente estilística em específico. Nesse sentido, observa-se que os elementos materiais construídos, seja para apropriação do espaço ou adequação do já existente, estão vinculados aos conteúdo de cada época, mostrando uma relação entre o casario arquitetônico tombado com a realidade morfológica e social local. Com o auxílio de políticas preservacionistas, principalmente com a inserção da cidade no discurso do tombamento patrimonial, iniciado na década de 1950, tais caraterísticas arquitetônicas buscam ser preservadas e é neste recorte espacial que as práticas culturais locais passam a ser executadas. Desse modo, ainda que o tombamento privilegie o conjunto arquitetônico colonial, é inevitável que se reconheça a passagem do tempo através das variadas interferências estilísticas nas fachadas, agregando-as à imagem cultural vilaboense. Mediante seu contexto histórico e por meio de levantamento fotográfico, desbravou-se o centro histórico da Cidade de Goiás com o intuito de compreender as particularidades de sua paisagem urbana, entendendo-a como parte do caráter cultural local, discutindo assim sua construção histórica em conformidade com os reflexos ocasionados pelo seu processo de reconhecimento como patrimônio. Além do que, permite a elucidação de uma reflexão sobre a inserção destes resultados ao conceito de Paisagem Cultural criado pela Unesco em 1992. A categoria está inserida no arcabouço do patrimônio cultural e vinculado diretamente aos princípios de excepcionalidade para o reconhecimento e proteção do bem. No Brasil foi, em 2009, chancelada como categoria do patrimônio nacional sob os desígnios do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, por meio da Portaria nº 127. Composta por elementos materiais em sintonia com a natureza, a Paisagem Cultural define-se dentro de um recorte espacial, de modo a representar o processo de interação do homem com o meio natural. Assim, torna-se um bem vivo, mutável, em que as práticas culturais estão diretamente relacionadas com a materialidade construída e a dinâmica da natureza. A diversidade cultural existente no casario da Cidade de Goiás abriga uma estreita ligação entre aspectos sociais, históricos e morfológicos, que o permeiam. Evidentemente, o processo de adaptação material

diante do ambiente natural e da dinâmica capacidade de transformação física e social da casa vilaboense torna-a em um bem rico de valores culturais.

Palavras-chave: Patrimônio, Paisagem Cultural, Casas, Cidade de Goiás.

PAISAGEM CULTURAL E IMAGEM DA CIDADE: Os galpões industriais e a caracterização da paisagem da Vila Industrial Jundiaí, em Anápolis

Osvaldo Lino Alves Júnior

Segundo Castriota (2009, p 89), "pensar na cidade como um 'patrimônio ambiental' é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando o processo vital que informa a cidade e não apenas monumentos 'excepcionais' isolados", de maneira que a noção de Paisagem Cultural é, cada vez mais, um elemento fundamental no estudo do Patrimônio Cultural. Em 2009 o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) definiu, através da Portaria 127/2009, que "Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (IPHAN, 2009), consolidando no cenário brasileiro esse conceito, que já emergia desde o início do século XX no estudo do Patrimônio, visto que as discussões sobre Paisagem Cultural antecedem a sua categorização oficial proposta pela primeira vez pela Unesco em 1992.

O conceito apresentado por Castriota, assinalando a importância de se pensar a cidade a partir da perspectiva da paisagem, nos leva ao nosso objeto de estudo: a Vila Industrial Jundiaí. O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão a respeito do patrimônio industrial na cidade de Anápolis e como os galpões industriais se tornaram um conjunto relevante, que caracteriza a paisagem da Vila Industrial Jundiaí, e também uma referência da imagem da cidade de Anápolis. Dessa maneira, foram adotados como etapas para realização da pesquisa o levantamento e revisão bibliográfica a respeito da relação entre patrimônio cultural, sítios industriais e paisagem cultural, a fim de aplicar essas discussões na análise da Vila Industrial Jundiaí, em Anápolis, como exemplo de caso concreto dessa discussão.

Os processos de industrialização no século XX foram fundamentais para transformação das paisagens urbanas, a partir da sua influência na expansão das cidades e na sua ocupação e apropriação. De acordo com Rufinoni (2009, p 179), "a questão da preservação do patrimônio industrial adquire indubitavelmente dimensão urbana", pois, de maneira geral, a arquitetura industrial não se manifesta de maneira individual nos edifícios construídos, mas sim na sua composição de conjunto, formando sítios urbanos de grande extensão, como é o caso da Vila Industrial Jundiaí.

As reminiscências dos processos de expansão urbana e econômica de Anápolis se expressam na composição da paisagem da Vila Industrial Jundiaí, que apresenta características típicas dos sítios industriais brasileiros, que, segundo Rufinoni (2009, p 181) "geralmente agrupam diversos edifícios construídos em diferentes épocas, com tipologias construtivas distintas, e cuja composição espacial provém de complexas relações pautadas pelo desenvolvimento das atividades produtivas ali sediadas". Apesar dessa identificação com a característica típica dos sítios industriais brasileiros, a Vila Industrial Jundiaí apresenta alguns elementos muito específicos na sua constituição, por ter sido implantada junto a um novo bairro planejado na cidade (a Vila surgiu junto ao loteamento do Bairro Jundiaí, na década de 1940), localizada muito próxima ao centro, o que lhe garantiu uma localização privilegiada no contexto urbano de Anápolis. Essa aproximação, por sua vez, segundo Castro et al (2008, p 4), fez com que a Vila Industrial se tornasse uma "ilha entre as residências", em decorrência do crescimento da cidade.

Os grandes galpões são um dos tipos mais comuns da Arquitetura Industrial, com características muito específicas em sua construção, em decorrência das suas atividades e usos. Na Vila Industrial Jundiaí esses edifícios abrigaram, originalmente, algumas indústrias da cidade, mas, principalmente, serviram como armazéns, dessa forma, de maneira geral, não apresentavam divisões internas, e foram construídos em alvenaria estrutural no perímetro externo, sendo esta responsável por todo o suporte da

cobertura, feita com estrutura treliçada e telha metálica. Em decorrência da sua funcionalidade, apresentam planta completamente livre, possibilitando a instalação de grandes equipamentos ou estruturas para armazenamento.

Essas características construtivas e arquitetônicas são fundamentais para compreender o conjunto urbano formado pelos galpões, pois são elas que propiciam a imensa semelhança entre os diversos edifícios ali localizados e resultam na formação de uma paisagem bastante uniforme, quebrada apenas pela alteração da forma da cobertura, que em alguns galpões são de duas águas (apresentando semelhança com as edificações do local), em outros casos apresentam platibanda (refletindo aproximação com a arquitetura das edificações comerciais da segunda metade do século XX, período em que foram construídos), e o caso mais recorrente é a cobertura arredondada (que, devido a sua predominância, se tornou uma das imagens características do local).

O Plano Diretor de Anápolis, de 2006, afirmava que "muitos galpões, hoje fechados, funcionam como indutores da deterioração da paisagem urbana" (ANÁPOLIS, 2006), indicando uma preocupação com essa região da cidade e com a sua paisagem, visto que, com o surgimento do DAIA (Distrito Agro-Industrial de Anápolis), houve, em partes, um esvaziamento da Vila Industrial Jundiaí. Atualmente, a maioria desses galpões, que compõem um grande conjunto urbano, encontram-se subutilizados ou fechados, no entanto, é possível perceber, principalmente nas principais vias do local (como a Avenida JK), que estes edifícios vem sendo ocupados com novas atividades (de prestação de serviço, como academias e também serviços de comércio, como distribuidoras de equipamentos industriais), o que tem possibilitado uma integração entre a velha paisagem urbana consolidada à nova dinâmica econômica da cidade.

Nessa perspectiva, o presente trabalho se baseia em estudos da morfologia urbana, conforme apresentado por Lamas (2004, p 38), como "estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores", procurando compreender o "visível", a paisagem construída da Vila Industrial Jundiaí, mas também se preocupa em compreender a "paisagem habitada", conforme apresentado por Carsalade (2014, p 151), como aquela "formada por campos de relações entre as coisas, contextos que recolhem significados e se apresentam a nós como o lugar onde a vida acontece", ou seja, procura estabelecer as relações entre esse lugar físico, construído, marcado pelos grande galpões industriais, e a memória e identidade resultantes dessa paisagem e que constituí uma paisagem cultural e caracteriza a imagem do local.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial, Paisagem Cultural, Anápolis, Galpões Industriais

GOIÂNIA ENTRE FRONTEIRAS

Gabriela Cavalcante Lemos Vieira, Pedro Dultra Britto

Espaços públicos são os ambientes das cidades que pertencem a todos, através dos quais as conhecemos, caminhando e observando; que promovem as culturas urbanas e práticas sociais, valorizando os exercícios da cidadania, diversidade e democracia. No decorrer das transformações das cidades e das relações nelas estabelecidas, os espaços públicos acompanharam e refletiram as mudanças sociais, políticas e econômicas. Atualmente diversos estudos englobam o tema com o objetivo de compreender as funções, significados, importâncias e mutações nos meios urbanos. Segundo *David Harvey (2014)* as cidades se transformaram em lugares para investir e não para viver, o bem-estar da população deixou de ser prioridade, enquanto o lucro se tornou a principal preocupação no desenvolvimento urbano. Propomos neste artigo uma breve reflexão sobre as mutações das cidades contemporâneas, que foram fragmentadas em prol de interesses geopolíticos e econômicos, atrelados à produção flexível, à gestão neoliberal e ao planejamento urbano estratégico. O Estado hoje passa a ter uma posição mais problemática, pois atua na desregulamentação e regulamentação, tendo maior flexibilidade com a privatização das necessidades coletivas e da seguridade social, com negociações locais ou com empresas, com o crescimento da competição interregional, interurbana e intraurbana. O Estado, que trabalhava na regulamentação e controle dos usos e espaços das cidades de forma a combater a especulação imobiliária, agora passa a trabalhar no intuito de desregulamentar e oferecer incentivos ao livre desenvolvimento do mercado especulativo. O novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico por meio da construção especulativa do lugar, em vez da melhoria das condições num território específico. Atualmente a transformação da paisagem da cidade se baseia no jogo de interesses entre os poderes público e privado, o que resulta na intensa especulação imobiliária e segregação. As cidades não têm respondido às demandas por espaços que promovam o encontro, transformando os espaços públicos em simples passagem. A complexidade e intensificação do processo de urbanização trouxeram um crescimento exagerado de novas edificações, um aumento da densidade e os problemas de tráfego de veículos. O processo urbano de privatização, fragmentação e dissolução contribuem para o desaparecimento dos espaços públicos como espaços de cidadania. Ideologicamente a acumulação flexível prega o individualismo, a sociedade como espetáculo, a especificidade, a adaptação a tudo e a todos, como consequência aumenta a aglomeração e agregação espaciais, a formação de contigüidades e nós, que junto à expansão urbana desenfreada, consolidou um mal-estar urbano generalizado. Exploramos as principais formulações críticas de Marc Augé, David Harvey, Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricatto. Discutimos as modificações da paisagem de Goiânia, implementadas pelo poder público para atender interesses estritamente privados, relacionados a uma intensa especulação imobiliária e financeira. Tratamos do processo de expansão desordenada e dispersa da capital, com a criação de um grande volume de bairros, setores, vilas, condomínios e shoppings centers que intensificaram as desigualdades sociais e territoriais. A cultura do medo só faz reafirmar o individualismo, o estilo de vida e o consumismo, sendo capaz de manipular a população e levá-la a caminhos da anti-cidade: condomínios fechados e shopping centers. Enfatiza o declínio das interações sociais e do contato com a natureza, resultando no abandono dos espaços públicos. Por meio do apontamento de questões, problemáticas e deficiências, abrem-se perspectivas para um novo planejamento urbano humanístico e um reestabelecimento do conceito de urbanidade.

Palavras-chave: Mutação, Planejamento urbano, Especulação imobiliária; Goiânia

OS CAMINHOS DA FÉ: trajetos em homenagem a Nossa Senhora das Graças

Mônica Otero de Melo dos Reis, Márcia Metran de Mello

Na história da humanidade a raça humana expressa a sua fé, através de rituais os mais variados que se perpetuam e se alteram ao longo dos tempos. Momentos de profunda inserção e recolhimento interiores que impactam diretamente no comportamento humano e nas relações sociais.

Halbwachs (1990) relata que existe a memória coletiva e a individual e o indivíduo participa das duas espécies, adotando duas atitudes muito diferentes e mesmo contrárias à medida de sua participação em cada uma delas. Relata que é na história vivida que se apoia nossa memória, entendendo por história tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros. Os pais contribuem por atribuir significados, observados através de seus atos no contexto em que estão inseridos e nos transmitem estes conhecimentos pela vivência em comum. Considera que a memória pode ser afetada sobre dois pontos de vista pel**os** fatos únicos ,que marcam uma data, por pertencer ao grupo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais, pelos quais a existência de um grupo é modificada, e para que o indivíduo atinja a realidade histórica, necessita sair de si mesmo, colocando-se do ponto de vista do grupo. O outro olhar é sobre este fato exterior marcante na vida da criança, ao adicionar-se aos pensamentos pessoais, a memória do grupo em um tempo e espaços coletivo e a história coletiva.

Chevalier (1993) comenta que a palavra tem a característica de expressar simbolicamente todas as influências do inconsciente e do consciente, das forças instintivas e espirituais inerentes em cada homem**.** Discorre sobre que as simbologias representativas da água podem reduzir-se a três temas dominantes: fonte de vida, meio de purificação, centro de regenerescência, representando uma infinidade de possibilidades. Considerando sua ambivalência simbólica pode ser vista em dois planos opostos como fonte da vida e fonte da morte, criadora e destruidora.

Na cidade de Itumbiara, no sul do interior do estado de Goiás, permeada em seu perímetro urbano pelo rio Paranaíba, ocorre anualmente a festa em homenagem a Nossa Senhora das Graças, após o dia 15 de agosto. Um processo de expressão de fé, impactando diretamente na vida dos citadinos locais e regionais, reforçada através da perpetuação do ritual da novena, quermesse e procissão fluvial, sendo parte de um processo coletivo de memória.

Este artigo visa descrever como este ritual de fé foi se alterando ao longo dos anos e estabelecendo novas relações entre a população e o Rio Paranaíba, divisa entre os estados de Goiás e Minas Gerais, com impactos diretos na paisagem da cidade de Itumbiara. Abrangendo desde sua origem no ano de 1947 até o ano de 2015, recorte temporal determinado por este trabalho fazer parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado. A festa em homenagem a Nossa Senhora das Graças é um dos elementos do estudo, junto com a avenida Beira Rio e a Ponte Pênsil Affonso Penna, das relações que se estabeleceram entre a população de Itumbiara e o rio Paranaíba com impactos diretos na paisagem de Itumbiara.

Carr-Gomn (2004) expões que a arte figurativa atribui significado ao símbolo como objeto, vivo ou inanimado, que traduzindo um conceito, reitera que majoritariamente os objetos assumem um significado quando inseridos em um determinado contexto podendo ocorrer por razões estéticas ou naturalistas. Para Carr-Gomn uma figura que assume um papel simbólico é conhecida como uma personificação, e é masculina ou feminina conforme o gênero da palavra. E geralmente provém de um episódio na vida da pessoa em questão e frequentemente não tem significado simbólico.

De acordo com Jornal de Itumbiara (1981) a história da devoção iniciou-se numa pequena barraca as margens do rio Paranaíba, perto da Ponte Affonso Penna as margens do Rio Paranaíba, aonde Maria Leopoldina de Carvalho, prometeu construir uma igreja em homenagem a Nossa Senhora das Graças se alcançasse a cura de seu marido de uma sinusite. Após alcançar a graça, o terreno foi doado

por Calixto Jorge e a capela construída em 1947. A procissão nos anos iniciais ocorria com trajetos a pé, pelas ruas da cidade com a imagem sendo carregada nos ombros pelos fiéis entoando cânticos e orações. Em 1959, a Padre José Lima, recém-chegado em Itumbiara teve a ideia de criar a procissão fluvial nas águas do Rio Paranaíba. Em 1960, todos os donos de barcos e os canoeiros da região foram convidados para participarem da primeira procissão fluvial em homenagem a Nossa Senhora das Graças (JORNAL DE ITUMBIARA,1981).

A festa se consolidou e foi-se adequando ao número crescente de fiéis locais e regionais e a igreja foi construída. Os percursos foram se alterando e ao de retorno à pé a Igreja, foi incorporado, a partir de 2012 uma parada para orações junto a uma imagem fixa de Nossa Senhora das Graças, no canteiro central da Avenida JK .A imagem da Santa que apoiava-se sobre uma base enfeitada, passou a ser transportada sobre um barco enfeitado com flores sobre uma base com rodas conduzida pelos fiéis.

Durante o percurso fluvial no Rio Paranaíba, iniciado no embarcadouro, próximo ao Hotel Beira Rio, as dragas de areia enfeitadas pelos devotos conduzem a imagem da Santa por aproximadamente 3 quilômetros, com os devotos dentro das embarcações e os da margem do rio Paranaíba entoando orações e cânticos em homenagem a Nossa Senhora das Graças. Acompanhados por nadadores, canoas, barcos, draga lanchas e jet-skis, até o desembarque na avenida Beira Rio. Retornado em procissão a pé até a Igreja para a missa campal de encerramento das festividades.

O rio Paranaíba desde a formação do povoado de Santa Rita, posteriormente cidade de Itumbiara, estabeleceu diferentes relações com sua população. Durante os longos períodos de chuvas com enchentes que provocaram estragos na cidade, estabeleceu uma relação de medo. A devoção a imagem de Nossa Senhora das Graças e o uso do rio como espaço de celebração, houve uma ressignificação atribuindo outro significado simbólico ao rio, como um espaço sagrado, de vida e de renovação.

Palavras-chave: Percursos, fé, relações, significado simbólico, Nossa Senhora das Graças.

A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO EM GOIÂNIA E ANÁPOLIS: Metamorfoses territoriais e o efeito genérico

Pedro Henrique Máximo Pereira, Ricardo Trevisan

Este trabalho refere-se à metropolização do espaço, em primeira instância, e em segunda, refere-se a Goiânia e Anápolis. Assim, o problema nele enfrentado é duplo: é teórico e é empírico. Teórico porque a metropolização é um campo de investigações que possui uma epistemologia própria, vinculada inteiramente aos *processos* e *dinâmicas* obtidas a partir da leitura do espaço. Também é empírico porque casos e exemplos concretos permitem o confronto com essa episteme, debatendo-a e ampliando-a. No que se refere à análise, o enfoque deste trabalho será em dois aspectos que se encontram nas discussões sobre os processos da metropolização: a metamorfose territorial e o efeito genérico. Quanto aos casos exemplares responsáveis por nos fornecerem os substratos para as análises, neste caso, comparativas, foram selecionados dois pares de áreas-estudo: os viadutos Latif Sebba, em Goiânia, e Nelson Mandela, em Anápolis; e os parques Flamboyant, em Goiânia, e Ipiranga, em Anápolis.

Antes de nos atermos aos debates provocados por tais áreas-estudo, cabe-nos, sinteticamente, a apresentação do que se refere os processos de metropolização e, em específico, à metamorfose territorial e ao efeito genérico. A metropolização é um fenômeno historicamente persistente e sua emergência diz respeito à variação e diferenciação territorial característica da sociedade industrial do século 19, portanto, refere-se a uma profunda metamorfose na forma, na estrutura e no conteúdo do território que se reproduz nas cidades há no mínimo duzentos anos. Na contemporaneidade, este fenômeno é intimamente ligado à globalização econômica que tenciona esta metamorfose a uma direção comum: esgarça-se sua estrutura, compromete-se seu conteúdo e pasteuriza-se sua paisagem. Daí a intensa preocupação de pesquisadores do pós-1960, tais como Jean Gottmann (1961), Melvin Webber (2004 [1968]), Henri Lefebvre (2004 [1970]), até os mais recentes, como Marc Augé (1994), Rem Koolhaas (1995), Zaida Muxí (2004), Francesc Muñoz (2008) e Sandra Lencioni (2013, 2015, 2017). Apesar da diferença de formação destes autores, a questão central, explícita ou implícita, refere-se aos novos desígnios da metropolização do espaço que se mostram cada dia mais convergentes à consolidação de um espaço genérico e abstrato. A este processo de afunilamento nomearemos de *Efeito Genérico*, conceito que revela a dimensão processual da metropolização ao mesmo tempo em que faz referência e ponderações à hipérbole de Rem Koolhaas em seu importante texto, *Generic City* (1995).

Em função da discussão acima apresentada, é importante salientar que há uma particularidade na metropolização contemporânea. Ela não se restringe à metrópole, mas parte dela. Tal concepção nos revela que este fenômeno de certo modo nos dá explicações referentes às metamorfoses regionais que não necessariamente estão nos limites administrativos das Regiões ou Áreas Metropolitanas. Neste sentido, as metrópoles são os lócus de experiências e reprodução avançada da metropolização, e seus resultados, que são momentâneos e sujeitos à obsolescência em curto prazo, tornam-se o vocabulário urbanístico mais atual quando das soluções que passam, quase que imediatamente, a se manifestar fora delas. Apesar de não fazer parte do escopo deste trabalho, cabe-nos salientar: até mesmo o campo está sujeito à metropolização, expediente que supera quase que completamente, de Jean Gottmann (1961) a Sandra Lencioni (2015; 2017), a velha dicotomia entre o campo e a cidade. Tal concepção, muito recente no que se refere às discussões específicas sobre a metropolização, nos permite estender os olhares a partir da metrópole para além dela, e identificarmos processos aparentemente semelhantes e analisa-los, confrontá-los, e direcioná-los a uma contribuição sobre seus processos.

Tal discussão nos permitiu escolher Anápolis e relacionar dois de seus processos recentes a intervenções protagonizados por Goiânia, a capital de Goiás e sede de uma região metropolitana, anos antes. O viaduto Nelson Mandela (2013-2014), em Anápolis, possui a mesma linguagem que o viaduto Latif Sebba (2006-2008), em Goiânia. Ambos separam os fluxos em nível, na plataforma superior há

uma mesma lógica de distribuição de percursos que contam, ainda, com a presença de uma rotatória e, mais enfaticamente, possuem "monumentos" em estrutura metálica revestidas de chapas perfuradas com iluminação noturna, justificadas por seus projetistas como símbolos urbanos que representam os processos históricos de ambas as cidades. O mesmo ocorreu com a implantação do Parque Ambiental Ipiranga (2010) em relação ao Parque Flamboyant (2006-2007). No entanto, seria ingênuo pensar que a metropolização do espaço se restringe ao simples trânsito de referências, mas refere-se, enfaticamente, ao intercâmbio de mercados, cujo solo e a paisagem, são suas moedas de troca. A metropolização, neste sentido, demarca localizações precisamente selecionadas para, a partir de sua implantação inicial, ativar-se numa lógica que culminará na reprodução de referências em áreas mais amplas, mas associadas ao ponto original. Tal lógica se reproduz linearmente nos terrenos lindeiros aos corredores urbanos que são articulados fisicamente pelos viadutos e imageticamente por seus símbolos. No caso dos Parques, o impacto é radial, cujas quadras e lotes mais próximos são substancialmente mais valorizados que aquelas unidades urbanas mais distantes, impondo a tendência do mercado imobiliário ao elevado adensamento. Tais fatos, em ambos os casos, neste curto tempo, já podem ser identificados, analisados e comparados.

Palavras-chave: Metropolização do espaço; Goiânia; Anápolis; Viadutos; Parques Urbanos

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA POPULAR COMO PRÁTICA REFLEXIVA: Interlocuções entre Arquitetura-Urbanismo e Serviço Social

Lucas Felício Costa, Neimy Batista da Silva, Izadora Carvalho Laner, Nayara Cristina Gonçalves Silva, Maria Carolina Batista Silva, Felipe Kaio Martins de Oliveira

A construção deste artigo se pauta em duas premissas:na indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão da prática educativa e na interdisciplinaridade como via da complexidade do pensamento crítico na sociedade contemporânea. Para exposição das relações de ensino e aprendizagem como práticas educacionais apresenta-se a experiência de construção do Laboratório de Projetos (LabProj) da UniversidadeFederal de Goiás (UFG)/ Regional Goiás no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo e o trabalho desenvolvido pelo projeto de extensão Residencial Tempo Novo: Arte, Cultura e Sociabilidade desenvolvidono âmbito do curso de Serviço Social. A aproximação destes dois projetos resultou/resulta em atividades diversas, que visam a aproximação da academia da realidade multifacetada do município de Goiás viabilizado por ações de extensão que se pautam em uma perspectiva freiriana (FREIRE, 1974, 1977, 1996)inspira a construção de uma extensão universitária popular como via de mão dupla que se vinculam à tríade atuação da universidade no processo formativo. Para tanto serão apresentadas as ações desenvolvidas em 2017 e 2018 como relatoria das práticas extensionistas. O LabProjfoi criado em 2017 e se vincula ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFG - Cidade de Goiás como parte integrante do Projeto Político Pedagógico. Foi estruturadoa partir da ação de cincoprofessores do curso de arquitetura (arquitetos e urbanistas e engenheiro civil) e com o apoio de seisdiscentes bolsistas, viabilizado via financiamento do edital do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) e bolsa do Programa de Bolsa de Extensão e Cultura(PROBEC). O LabProj foi contemplado em duas edições pelo edital de apoio institucional do CAU/GO nº 04/2017 e 05/2018. Na primeira edição foi proposto a realização de assistência técnica habitacional de interesse social, com o projeto intitulado: Laboratório de Projetos - experiências com melhoria habitacional na cidade de Goiás. O projeto apresentado consistia na prestação de assessoria técnica para a realização de melhorias habitacionais que contemplou quinzefamílias de diversos bairros do município de Goiás-GO, promovendo reflexões críticas coletivas com grupos em situação de desigualdade impedidas de acessar os direitos habitacionais e urbanos que os envolvem e dotando as famílias de instrumental reflexivo e técnico para a realização de melhorias nas habitações. Ressalta-se que na edição de 2018 as ações propositivas se vincularam a um bairro específico, Residencial Tempo Novo, que foi construído a partir de políticas habitacionais diversas executadas em três etapas, e atualmente conta com aproximadamente 303 (trezentos e três) lotes regulares. A etapa I corresponde à 93 (noventa e três) Unidades Habitacionais (UH's) destinadas aos desabrigados da enchente que ocorreu no Rio Vermelho no ano de 2001 e de ocupações diversas do Setor Aeroporto, sendo portanto uma iniciativa municipal e estadual. As etapas II e III correspondem cada uma a 50 UHs e são empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, denominados respectivamente Sub 50 I (2009) e Sub 50 II (2012), isto é, programa vinculado à municípios com menos de 50 mil habitantes.Nesta segunda edição o trabalho se desenvolve e se fortalece a partir da aproximação de dois grupos de extensão, o LabProj (Laboratório extensionista) e o projeto de extensão Residencial Tempo Novo: Arte Cultura e Sociabilidade, vinculado ao curso de Serviço Social,já citado anteriormente e que atua desde 2012 objetivando conhecer e analisar a realidade social, ambiental e cultural dos residentes no Residencial Tempo Novo. De tal modo, transformar esses conhecimentos em ações que contribuam com a democratização do acesso aos direitos sociais – saúde, educação, trabalho, habitação, cultura, arte, lazer. E ainda, refletir e construir coletivamente estratégias de lutas sociais para enfrentamento dos desafios quanto ao acesso à bens e serviços públicos – iluminação, água, esgoto, acesso à moradia digna e de qualidade enquanto direito, dentre outros – e de acesso ao trabalho e renda.A atualização/levantamento das demandas sociais suscitadas na conjuntura atual, exigiu o desenvolvimento de ações ampliadas com participação de outras áreas do conhecimento para além do Serviço Social, como por exemplo a Arquitetura e Urbanismo, além de representantes da

Associação de Bairro, lideranças comunitárias que significativamente contribuem com saberes, valores, experiências, em cooperação com a UFG/Regional Goiás, no desenvolvimento de ações que contribuam com o fortalecimento político, com a emancipação e autonomia social, econômica, cultural e organizativa dos residentes do Setor Tempo Novo, e dos diferentes sujeitos sociais partícipes desse processo, em especial, no enfrentamento dos desafios cotidianos emergidos das necessidades coletivas.O resultado esperado destes projetos, além de contribuir com o processo de formação acadêmica profissional, a partir dos pilares da educação pública/gratuita e crítico/política, se viabiliza com o estudo da realidade social, econômica e política dos residentes do Tempo Novo com os subsídios teóricos e éticos requeridos no processo de elaboração e efetivação de ações construídas com demais sujeitos envolvidos no projeto.Assim, o trabalho desenvolvido representa um elemento central na constituição da sociabilidade, como categoria ontológica considerada o primeiro dado histórico da humanidade da interação e constructo social.

Palavras-chave: Habitação, Assessoria Técnica, Extensão popular, Sociabilidade, LabProj.

INTERFACES ENTRE OS CAMELÔS FIXOS DA FEIRA HIPPIE E OS AMBULANTES NA REGIÃO DA 44 NA CIDADE DE GOIÂNIA: Um estudo etnográfico das interferências na paisagem urbana

Camila Borges da Silva, Camilo Vladimir de Lima Amaral

Este artigo pretende apresentar a crescente do mercado informal nas metrópoles do Brasil, como alternativa de sustento de várias famílias brasileiras, resultado da realidade econômica, política e social do país, que deve ser estudada cientificamente como fenômeno eminente, presente e não transitório e a forma com que ele interfere nas cidades, nos espaços urbanos e nas paisagens urbanas dos grandes centros urbanos do país. Os ambulantes e camelôs, enquanto mercado informal, utilizam e se apropriam do espaço urbano, na tentativa de exercer o seu direito a cidade, como alternativa criativa que lhes restam de lutar por aquilo que lhes foi negado, o emprego. Eles passam a fazer parte da dinâmica da cidade, do espaço urbano e da paisagem urbana, modificando o espaço planejado, criando e transformando-os, bem como a paisagens urbana local, enquanto agentes ativos. Na cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás e em todas capitais do Brasil, é possível encontrar em diversos espaços públicos o mercado informal atuando como agente modificador, dando novos usos, ocupação e apropriação do mesmo. Eles enquanto agentes, utilizam de diversas técnicas e estratégias de ocupação e apropriação, como barraquinhas, suportes, tabuleiros, mesas, carrinhos de mão, dentre outros métodos, criando e recriando alternativas de venda. Caracterizados como ambulantes e camelôs é possível remeter à memória, diversos lugares que ao percorrermos a cidade, nos deparamos com eles. O Setor Norte Ferroviário II se tornou atrativo a eles, pois, geralmente eles se aproveitam de locais que já possuem o caráter comercial estabelecido, como centralidades comerciais e ele hoje possui o uso predominantemente comercial. Estabelecido incialmente através da Feira Hippie na Praça do Trabalhador a partir do ano de 1995, com a comercialização de produtos de vestuários, aos poucos a região foi atraindo também galerias comerciais e um polo hoteleiro (devido a Rodoviária de Goiânia estar localizada ali), surgindo a Região da 44, compostas por diversos empreendimentos comerciais de vestuário, que se tornou a segunda maior centralidade comercial do país devido a sua infraestrutura, o fácil acesso, sua localização estratégica, o espaço demográfico com alta densidade e curtas distâncias. A Feira Hippie, que no ano de 2018 passou a ter seu funcionamento de sexta a domingo, á caracterizada pelas suas barracas de lona azul, montadas e fixadas durante os seus dias de funcionamento. Em que cada barraca é ponto de um camelô, comerciantes devidamente registrados pelos seus respectivos pontos na prefeitura e organizados através da Associação dos Feirantes da Feira Hippie. A feira, juntamente a Região da 44 se torna bastante atrativa aos ambulantes, que diariamente se fazem presentes na região, fazendo com que os espaços públicos passam a ter ocupações rotineiras, nas calçadas, nas ruas, nas praças, dando a estes, novas atribuições de uso e apropriação, modificando-os. Os ambulantes não possuem registro, nem permissão legal e nem ponto fixado, se tratando de uma apropriação clandestina, a qual geralmente se estabelece em lugares estratégicos para o comércio de seus produtos. Portanto o presente trabalho apresenta duas realidades locais: os camelôs da Feira Hippie e os ambulantes da Região da 44, tecendo interfaces entre as interferências na paisagem urbana realizadas por ambas. Em que as barracas dos camelôs na Feira Hippie pré-fixadas semanalmente, dão novo uso e transformando a paisagem urbana da praça, que nos dias em que a feira não ocorre, se trata de um vazio urbano, degradado, sem uso e sem função, perdendo a função, originalmente estabelecida. E na Região da 44, o espaço urbano projetado, com uso comercial estabelecido tem a sua paisagem urbana modificada, por atrair diariamente diversos ambulantes que se apropriam do espaço urbano. Diante da problemática, têm-se as interrogativas: quais as diferenças entre os camelôs e os ambulantes? Quais as interferências deles no espaço urbano e na paisagem urbana? Com objetivo de identificar se existe diferença entre eles, quais as interferências resultantes da apropriação

deles no espaço urbano e na paisagem urbana e se elas se diferem. Para tanto, toma-se como referência a análise de referencial bibliográfico já existente e a prática do exercício etnográfico, com observações, conversações, anotações e fotografias desenvolvidas in loco. Exercício este que se trata do estudo antropológico realizado através da vivência do e no local, proporcionado por registros pela lente da câmera e análise sensível do pesquisador. Através do método da etnografia de e na rua, foi possível vivenciar e registrar a forma com que é realizada a apropriação tanto por parte dos ambulantes como por parte dos camelôs e conseguinte realizar a análise proposta. Conhecendo através das visitações, conversações e registros fotográficos as duas realidades, além de obter informações importantes sobre os dados da região, como o funcionamento da feira, a valorização dos pontos, informações sobre a associação dos feirantes e a percepção na íntegra da paisagem resultante da feira. Bem como na Região da 44, onde podem ser registrados os diversos tipos de ambulantes e suas categorias, como se dá a apropriação deles no espaço e o registro e análise da paisagem resultante. O que permitiu concluir que há diferença tanto nos tipos de apropriação de um fenômeno para o outro, bem como a diferenciação também na paisagem resultante, abarcando as peculiaridades de cada uma.

Palavras-chave: Etnografia, Paisagem Urbana, Comércio, Ambulantes, Camelôs.

UMA OUTRA PERSPECTIVA SOBRE O PATRIMÔNIO E OS BENS CULTURAIS DE GOIÂNIA Uma análise a partir dos frequentadores do Setor Central

Leandra de Brito Rodrigues

Goiânia é capital do estado de Goiás, no coração do Brasil. Uma cidade planejada e projetada para simbolizar o crescimento e modernização almejados pela Marcha para Oeste - empreendimento ocorrido durante o Estado Novo, sob gestão de Getúlio Vargas, que visava ocupar as regiões a Oeste do país, até então menos urbanizadas que as regiões litorâneas. O estilo arquitetônico escolhido na época, para se construir os principais edifícios em Goiânia, foi o Art Déco. Também no urbanismo se aplicou das tendências mais modernas da época, já que o arquiteto e urbanista Attílio Corrêa Lima, incumbido dos projetos e planejamento da nova cidade, havia acabado de chegar de seus estudos em Paris, onde fez curso em sua área profissional. Assim, a produção arquitetônica em Goiânia foi bastante expressiva, e seu reconhecimento repercute internacionalmente. Embora tamanha relevância, em seu próprio território não recebe o devido valor. E a situação encontrada hoje, ainda é a mesma de décadas atrás: dificuldade de atuação do poder público; série de demolições, sendo muitas sem autorização; abandono das áreas históricas quanto às intervenções eficazes; imóveis sem manutenção; desvalorização da história. Todas essas questões refletem ainda a falta de identificação dos habitantes com a história da própria cidade, tornando mais difícil as tentativas de preservação. Portanto, propõe-se a fazer uma análise da percepção dos cidadãos, considerando a opinião dos frequentadores do Setor Central, em relação aos imóveis históricos e ao patrimônio da cidade. Esse bairro foi escolhido por ser o primeiro a ser projetado, onde foi estabelecido o Marco Zero e implantada toda infraestrutura de funcionamento inicial da cidade, no qual hoje se encontra um melancólico cenário de degradação. Sabe-se que, de forma geral, os imóveis antigos não são bem vistos, até pela condição de abandono em que frequentemente têm sido deixados, degradando a paisagem, trazendo insegurança e desinteresse geral pelas áreas históricas. Essa visão negativa poderia ser considerada superficial, pois em muito representa falta de informação sobre esses bens. Quem seria o culpado dessa situação? A insuficiência das ações da administração pública? A voracidade do mercado imobiliário? A ineficiência do planejamento? O desconhecimento da população? Serão abordadas todas essas questões, pois influenciam diretamente na atual situação do patrimônio, mas justifica-se abordar a população e verificar suas percepções, de forma a compreender sua visão e despertar seu olhar para questões até então não observadas. A partir das análises constatadas, acredita-se que será possível propor estratégias para transformação do cenário de preservação local, de forma mais assertiva. Para tanto, é necessário responder à questão “Qual é a percepção, pelos frequentadores do Setor Central, em relação ao patrimônio local?”. Pretende-se focar no patrimônio construído, a arquitetura local, que marca a paisagem e é tão característica. A questão do imaterial não será analisada, pois é um caso ainda mais complexo, apropriado para outra pesquisa mais específica.A análise se fará através de pesquisa bibliográfica, documental, levantamento de dados, entrevistas e experiências profissionais. O trabalho inicialmente irá trazer a conceituação de patrimônio cultural, para em seguida, delimitar o tempo e o espaço de pesquisa. No que diz respeito à Goiânia, irá resgatar a história do surgimento da cidade, seu processo de crescimento e o abandono gradativo do centro histórico, para melhor compreensão do contexto. Em seguida serão colocados os pontos problemáticos e barreiras encontradas nos dias atuais, sendo que um deles, a falta de reconhecimento de seu patrimônio por parte da população, será o foco principal. Após a análise serão apontadas possíveis soluções ou estratégias que poderiam modificar o cenário. Os resultados poderão subsidiar futuras ações para valorização do patrimônio, que trabalhem mais especificamente com a conscientização das pessoas, que é o maior fator de transformação capaz de viabilizar tais propostas.

Palavras-chave: Patrimônio, História, Art-Déco, Goiânia, Tombamento.

ARQUITETURA, NAVEGAÇÃO E EMOÇÕES: um estudo sobre as respostas emocionais da experiência espacial da capela brennand de Paulo Mendes da Rocha, em Recife-PE, à luz da fenomenologia

Rafaela Paes de Andrade Arcoverde, Fernando Diniz Moreira

A manipulação do espaço pelo arquiteto é capaz de criar potenciais humores e sensibilidades criativas no homem, engendradas pela invocação das chamadas "atmosferas". Segundo Morris (2015) o homem se relaciona com o edifício da mesma forma que ele se relaciona com o próprio corpo, para ele, lugar e memória possuem entre sí uma conexão íntima. Assim sendo, a experiência do edifício é percebida pelo homem através de uma associação com suas lembranças, fortificando ainda mais a relação do homem com a arquitetura. Para Mallgrave (2015), uma das principais funções da arquitetura é a criação de empatia, desta forma, este artigo explora a relação entre luz natural e matéria nos espaços religiosos e suas respostas emocionais humanas. De que maneira a luz natural e a matéria estão inter-relacionadas de modo a criar essas atmosferas arquitetônicas (conscientes ou não)? Notoriamente o arquiteto Paulo Mendes da Rocha desenvolveu uma produção arquitetônica que vai além da relevância estrutural. A dimensão sensorial existente a partir das relações espaciais, materiais e de iluminação, apesar de claramente percebida em suas obras, ainda é pouco discutida na literatura, que dá muito mais ênfase ao ponto de vista técnico, apesar de existirem fortes relações de interação entre luz natural e matéria em sua arquitetura, como pode ser percebido na Capela de Nossa Senhora da Conceição, também conhecida como Capela Brennand, sendo esse um caso exemplar para a análise dessas atmosferas. No projeto, Mendes da Rocha restaurou as ruínas de um antigo prédio existente inserindo novos elementos simbólicos além de explorar novas fontes de luz natural, promovendo um diálogo entre a pedra, o concreto, o vidro e a luz, que provocam sensações aos usuários. A interação entre a dureza da matéria e a leveza da luz é um fator crucial para a experiência arquitetônica do homem, esses aspectos podem ser discutidos com o apoio da fenomenologia e da neurociência, associando os registros de formas e tipos de efeitos luminosos no interior da capela, bem como a captação das emoções suscitadas pela experiência espacial e sensorial do espaço religioso. Norberg-Schulz (1976) reforça essa teoria ao identificar como potencial fenomenológico na arquitetura a capacidade de dar significado ao ambiente, mediante a criação de lugares específicos, revivendo a ideia do *genius loci* – o espírito do lugar. Para isso, foram aplicadas metodologias baseadas em Moustakas (1994), McCarter e Pallasmaa (2012), que sustentam que a experiência é a maneira mais completa de expressar a dimensão sensorial, uma vez que essas sensações só podem ser percebidas em sua integridade quando experimentadas pessoalmente pelo transeunte. Autores como Holl (2006), Plummer (2009) e Millet (1996) também foram instrumentais na compreensão dos efeitos da luz no espaço. Diante o apresentado, conclui-se que, na sua essencialidade arquitetônica, Paulo Mendes da Rocha consegue suscitar na capela sensações provocadas pelos efeitos de interação entre a dureza da matéria e a leveza da luz, fator crucial para a experiência arquitetônica do homem, a poesia da luz definindo a “dimensão do habitar”, de Heidegger (1971), naquela que pode ser a partir de então chamada de “Capela Luz”.

Palavras-chave: Luz Natural, Fenomenologia, Neurociência, Arquitetura, Paulo Mendes da Rocha.

ESTUDO ETNOGRÁFICO DAS DIFERENTES CATEGORIAS DE ARQUITETURA EFÊMERA (AMBULANTES) NA REGIÃO DA 44 EM GOIÂNIA

Camila Borges da Silva, Camilo Vladimir de Lima Amaral

Este artigo apresenta a centralidade comercial da Região da 44 na cidade de Goiânia e o comércio informal de ambulantes e suas diferentes categorias existentes. Conhecida como um dos maiores polos comerciais de vestuário do país, a região da 44 conta com diversas galerias e lojas comerciais em toda sua extensão e também, com milhares de comerciantes informais, os ambulantes que disputam por um lugar no espaço urbano em prol do seu próprio sustento e renda. Estes são atraídos diariamente, vindos de diferentes locais da cidade de Goiânia e sua Região Metropolitana, bem como de todo o estado e até mesmo de outros estados brasileiros, encontrando entre eles, alguns imigrantes angolanos e de outras nacionalidades. Que disputam por um espaço nas calçadas, ruas e ilhas, com os consumidores (pedestres) e automóveis, no intuito de manterem sua sobrevivência, usufruindo e se apropriando do espaço público. Enquanto arquiteturas efêmeras que todo dia se instalam e se desinstalam, transformando assim a paisagem urbana local. Gerando constante dinâmica, atratividade, vitalidade, e movimento, os quais, não só fazem parte do urbano, mas são necessários para que exista vida na cidade. Os ambulantes, vendedores informais passaram a fazer parte da paisagem urbana local, apropriando-se do espaço urbano dia-a-dia. Incorporando-se ao conceito de arquitetura efêmera. Devido à efemeridade em que são instalados e desinstalados, facilmente adaptáveis, transportáveis e constituídas em sua maioria por materiais de baixo custo, democratizando o espaço urbano. Paz (2008) conceitua a arquitetura efêmera, quando somente existe a efemeridade e quando a tecnologia da desconstrução (como ela se torna efêmera) é o que realmente importa, portanto, quando a configuração passa a ser transitória, sendo o objeto provisório ou nômade. Um ambiente se torna efêmero, quando conta com objetos provisórios significativos no espaço, os quais alteram os usos do espaço urbano, tornando um espaço rotineiro, em algo diferente, como por exemplo, uma rua, uma calçada, em um comércio. “Entendendo a arquitetura efêmera como um tipo específico de espaço construído” (PAZ, 2012, p. 4), resultante do estado transitório desta arquitetura. Com uma vasta diversidade de tipos de estruturas e de produtos comercializados, como mesas, sombreiros, tabuleiros, carrinhos, bicicletas, trailers e outros, bem como alimentos variados e alguns de roupas, têm-se a necessidade em classificar os diversos tipos, enquadrando-os assim os similares em uma mesma classificação. Diante da seguinte problemática entre os diferentes tipos de categorias que se apropriam do espaço urbano na Região da 44, têm-se as interrogativas: quais os tipos de categorias existentes na Região da 44? Existem diferenças entre elas? Qual método utilizado para classifica-los? Considerando as características que os diferenciam e os tornam peculiares, tais como os diversos produtos comercializados e os diferentes tipos de estruturas utilizadas por eles, objetiva-se categorizar os diferentes tipos de ambulantes, criando assim categorias para organizar e tipificar os ambulantes com características que se assemelham. Para tanto, toma-se como referência a análise de referencial bibliográfico já existente; além de observações, anotações e fotografias desenvolvidas in loco por meio do exercício etnográfico. Este enquanto estudo antropológico realizado através da vivência do e no local, proporcionado por registros pela lente da câmera e análise sensível do pesquisador. O estudo etnográfico possibilitou o estudo, a percepção, o registro e a análise dos diferentes tipos, enquanto ferramenta imprescindível para a categorização dos ambulantes, através de suas diferenças, semelhanças e peculiaridades percebidas. Resultando na análise de que há diferenças entre os diferentes tipos e essas diferenças possibilitaram a classificação através das estruturas utilizadas e os projetos comercializados, por meio de taxonomia (subdivisões dessas categorias). Foi possível observar ainda, que o comércio informal é um movimento crescente, que se estabelece cada vez mais

como alternativa de trabalho em nosso país, não sendo um movimento transitório, mas sim um uma realidade, que se estabelece e se apresenta em constante crescente. Os ambulantes são um tipo de arquitetura efêmera, que utilizam e se apropriam do espaço urbano, como ação democrática e como forma de exercer o direito de cidadão, podendo assim, considerar que o comércio informal faz parte do urbano, criando e transformando espaços urbanos e paisagens urbanas, modificando o espaço planejado.

Palavras-chave: Centralidade Comercial, Arquitetura Efêmera, Ambulantes, Categorização, Etnografia.

TERRITORIALIDADE QUEER: Uma ocupação noturna do centro de Goiânia

Aureo Rosa da Silva

A cidade contemporânea é objeto constante de estudos e reflexões interdisciplinares no ambiente acadêmico e informal no que diz respeito ao fenômeno da decadência dos centros urbanos. Os locais caracterizados como centralidades, são definidos por diversos autores como locais que concentram determinada importância de infraestrutura e serviços no traçado urbano. A decadência destes locais é constantemente atribuída ao esgotamento de serviços e avanço pelas novas demandas de serviços e do capital urbano, gerando uma descentralização e criação de novas centralidades em diversos pontos das cidades.

Goiânia viu ascender esse processo de forma rápida e devastadora, por se tratar de uma cidade planejada e nova em relação à outras capitais, seu centro entrou em decadência rapidamente. Parte dos usos originais foram alterados, a arquitetura original foi descartada e sua relevância foi colocada em questão pelos usuários. Hoje, é notório que o centro serve apenas como uma ferramenta de funcionamento da economia da cidade, uma vez que após o horário comercial, é considerado “morto”. Apesar da morte precoce, existem resistências pontuais e espontâneas de alguns usuários que adentram a madrugada no centro goianiense. Os pontos de resistência alavancam um resquício de movimento na região através dos "usos clandestinos", nos quais destacam-se locais em que é identificável uma possível lógica de gênero em suas ocupações e contextos, como os cinemas pornô, bares, casas de shows, "inferninhos" e as rotas de prostituição. Muitos dos cinemas de rua, permaneceram ativos apenas após se converterem ao público exclusivamente adulto, abrindo um questionamento sobre os reais usos subversivos da região na madrugada.

O abandono do espaço físico gera invariavelmente o abandono daqueles que resistem em continuar a explorar o espaço mesmo após o seu esgotamento. Pode-se dizer que a decadência do centro de Goiânia e de outros centros urbanos, contribui e acelera o processo discriminatório e excludente dos usuários noturnos, já que estes são afastados das grandes discussões da cidade e vistos como marginais. O abandono físico culmina no abandono social e cria as características para um novo tipo de usuário da cidade, o usuário rebelde e marginalizado. Podemos compreender uma possível conexão entre o abandono e a ocupação destes espaços por uma prática subversiva de gênero, pois subvertem uma lógica comum de utilização.

Estes corpos dissidentes podem ser a ótica utilizada para compreender a lógica espacial noturna do centro de Goiânia. As mencionadas minorias sexuais, são objeto de estudo constante da Teoria *Queer*, vertente do feminismo criada por Judith Butler, que lida com o gênero como algo cultural. É, sobretudo, uma corrente política de pensamento com o olhar além dos gêneros binários hétero-homo, crítica aos regimes de normatização que caracterizam os gêneros como normal-anormal. *Queer*, seria o modelo de estudo que não se pauta apenas em estudar sexualidades tradicionais, mas pelos "abjetos", aquelas pessoas que não se enquadram em nenhum modelo pré-estabelecido. O tratamento da sexualidade como social e não biológico, modificou o foco de visão, centrando-o nos sujeitos marginalizados, sem categorizá-los em conceitos genéricos.

Ao se criar um conceito de território *queer*, diz-se espaços de pessoas *queer*, ou seja, locais e usuários que não se enquadrariam em conceitos estabelecidos de gênero, locais que transcendem e transgridem, formando territórios de "abjeção" e resistência. Os espaços que resistem neste meio noturno urbano, são aqueles que se colocam como alheios ao capital e a heteronormatividade, e o próprio corpo pode ser um destes espaços. Assim, podemos estar diante de uma nova ocupação no centro, que transpassa os limites físicos e é avesso à qualquer planejamento e ordem de territorialidade já estabelecida urbanisticamente, ainda pouco estudada.

A concepção de territorialidade se daria em um âmbito mais abstrato que a definição de território, ultrapassando qualidades físicas e englobando as manifestações presentes em determinado recorte.

Existe uma nova ordem de leitura, na qual a apropriação de um grupo através de suas manifestações sob determinado espaço, seriam o ponto de partida para a formação de uma territorialidade. Enquanto território se conceitua como espaço físico, territorialidade seriam as manifestações que classificam aquele território como de "alguém", constituindo um aglomerado de práticas e manifestações capazes de gerarem apropriação e permanência de um espaço físico delimitado, por diversos grupos sociais.
Ao falarmos em territorialidade *queer*, nomeamos então aquele limite físico, no caso localizado no centro de Goiânia, que é dominado por uma lógica de gêneros marginalizados, apenas no período noturno. Os locais em que as práticas sexuais, os perfis sociais e o não enquadramento em uma ordem normatizada, são tão proeminentes, que acabam se tornando fatores que legitimam populações *queer* como detentoras de territórios. Surge então a possibilidade de novas vertentes urbanísticas, universais no sentido da territorialidade, englobando possibilidades de utilização e dominação territoriais, mutáveis em relação à horários, usos e usuários, constituindo diversas "layers" sobre o mesmo espaço físico. No centro noturno da cidade de Goiânia, a abordagem no sentido marginalizado de gênero, é um dos caminhos para novas conclusões e compreensões.
Neste contexto, pode ser identificado uma forma de ocupação até então pouco estudada na cidade, aquela que é gerada por usos questionados por estudos de gêneros, marginalizadores de populações *queer*. Espaços que contribuem para um reforço do estereótipo de gênero, ligados à raça, classe social e território, mas que ao mesmo tempo consolidam um movimento noturno contínuo. Considerando a lógica atual, a proposta deste trabalho é pesquisar, catalogar, mapear e contextualizar à questão de gênero a situação atual dos usos noturnos do centro de Goiânia. A análise será realizada tomando como ponto de partida os locais, públicos ou privados, de maior concentração de movimento, levando em consideração o perfil dos transeuntes, prosseguido de uma análise urbanísica multidisciplinar de ocupação do espaço, através de um olhar sensível à questão de gênero.

Palavras-chave: Territorialidade, Centros urbanos, Marginalização, Queer, Goiânia

A INSERÇÃO DA COLABORAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DOS ARQUITETOS URBANISTAS

Izadora Carvalho Laner, Edinardo Rodrigues Lucas, José Rodolfo Pacheco Thiesen, Ivo Carrijo Andrade Neto, Vitor Sousa Freitas, Arthur Henrique Maresca

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a função social na formação do arquiteto e urbanista, baseando-se em processos extensionistas e no contato direto com a população atendida. O Movimento Social pela Reforma Urbana recuperou, na década de 1980, propostas interrompidas durante o Regime Militar, que traziam a participação social e a gestão democráticas como pilares de uma forma de olhar e produzir as cidades brasileiras. Desde a pioneira inserção da política urbana como parte do conteúdo da Constituição de 1988, que assumiu a tarefa de promoção de um urbanismo democrático e integrado às demais políticas estatais de promoção de direitos fundamentais, e da consolidação da função social da propriedade urbana, com o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) e a MP n. 2220/2001, a participação social vem pleiteando cada vez mais espaço como prática legítima na gestão das cidades.

A multiplicidade de agentes sociais urbanos, bem como a diversidade de suas demandas sociais e necessidades básicas de moradia, fruição e permanência no espaço público encaminha o próprio Urbanismo, como campo de conhecimento, a pensar na conciliação destas expectativas sociais a partir da construção de cidades progressivamente inclusivas. Nesse sentido, a gestão participativa evolui para uma concepção de colaboração paralela: o arquiteto urbanista deixa de ocupar o centro do processo de criação projetual para se tornar um facilitador. Integraria, assim, o saber técnico ao saber local horizontalmente, entendendo a importância equitativa dos dois e fornecendo, à comunidade, ferramentas para suscitar a representação de suas demandas.

Paola Jacques, ao tratar do papel do arquiteto e urbanista na intervenção em assentamentos, atribui a função de “interlocutor”. Isso porque, segundo a autora, esse profissional deveria adotar um papel mais voltado à condução dos diferentes atores e no gerenciamento da expressão de seus anseios autonomamente, necessitando distanciar-se da postura demiúrgica de imposição de ideias que ainda está enraizada na profissão, onde a participação social serve apenas como consulta póstuma. Dentro desse pressuposto, esta investigação tem como ponto central analisar a importância de se abordar a prática profissional colaborativa como um dos pilares na formação do arquiteto e urbanista, a fim de tornar os futuros profissionais capacitados para assumirem a postura de “interlocutor”. Para que isso ocorra, vê-se como imprescindível que se trabalhe como base fundamental, junto ao aluno, a ideia de espaço por Roberto Corrêa, onde a produção do espaço urbano dependeria, intrinsecamente, da produção das relações humanas.

Como resultado desse entendimento, o artigo pretende, por fim, responder ao questionamento sobre como é possível incorporar práticas colaborativas de ensino e extensão universitários, apresentando, como estudo de caso, a assessoria técnica desenvolvida por alunos e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás – Câmpus da Regional Goiás – dentro do Laboratório de Projetos, a partir do trabalho de melhorias habitacionais, efetuado junto à comunidade da Cidade de Goiás. O fato de ser um curso consolidado em uma cidade pequena, que foge aos padrões do contexto metropolitano de urbanização, favorece a configuração de um locus privilegiado na discussão sobre a função social do Arquiteto e Urbanista junto à conquista do direito à cidade para a população vulnerável; fator esse que influencia o ascendimento constante do debate não só em sala de aula, mas nas diferentes práticas de extensão e pesquisa que, aos poucos, vão se solidificando junto ao corpo docente e discente.

O Laboratório de Projeto da UFG/Goiás acaba sendo definido como experiência piloto ao utilizar a expressão “assessoria técnica” no lugar de “assistência técnica”, reconhecendo, assim, a

necessidade de mudança no pensamento da arquitetura e urbanismo enquanto um mero serviço a ser prestado. Baltazar e Kapp (2016) colocam que o termo "assistência técnica" se funda em um ideário assistencialista, enquanto a "assessoria técnica" apontaria para uma relação sem dominação (ainda que assimétrica) entre técnicos e população assessorada. Demartini (2016), por sua vez, entende a "assessoria técnica" como uma prática mais ampla, onde a comum ideia de se trabalhar para o outro perde força diante do incentivo à ideia de se trabalhar com o outro.

Palavras-chave: Participação, Colaboração, Ensino, Urbanismo

ENTRE RUAS E BECOS: a cidade de Goiás na obra de Cora Coralina

Jana Cândida Castro dos Santos

Este trabalho analisou como a cidade de Goiás é representada nos escritos poéticos de Cora Coralina, destacando o modo como a memória tem força em sua obra. Discutiu-se como a literatura pode revelar elementos importantes para o estudo da cidade e, mais especificamente, como a obra de Cora Coralina representa a cidade goiana e nos traz dimensões diferentes daquelas da historiografia da arquitetura e do urbanismo. Cora Coralina proporciona uma visão peculiar da cidade de Goiás, que é apresentada em seus versos a partir da descrição de aspectos sociais e da sua paisagem urbana. Aponta as tradições goianas, quando se refere aos costumes e ao modo de viver dessa gente; nos fala das pessoas simples e dos personagens vivos em sua memória. A cidade de Cora Coralina é aquela da Escola da Mestra Silvina, da Rua Direita, do Velho Sobrado, aquela retratada pelas lembranças de seus edifícios, caminhos dos Morros, suas fazendas circundantes, Rio Vermelho, suas histórias e seus vários becos. Os detalhes e vestígios do passado de Goiás em Cora Coralina são revelados a partir da referência a imagens da cidade memorizada. Buscamos explorar as representações da cidade em sua obra, não de maneira exaustiva, mas sensível à riqueza dessa literatura. A partir da seleção de trechos da obra coralineana, tecemos uma análise atenta às características urbanas e à forma como a poetisa entrelaça temas do imaginário social a suas vivências e lembranças. Nesse sentido, nos indagamos como a obra da autora entrelaça a memória individual à social, e como os versos de Coralina são fontes de conhecimento pertinentes ao estudo da cidade de Goiás. Na primeira parte do trabalho, investigamos como a cidade é representada nos versos de Cora Coralina, e que recursos são utilizados para revelar imagens e elementos urbanos dentro desse universo poético. Na segunda parte, analisamos os becos e os edifícios poetizados, entre eles, a escola da Mestra Silvina, o Velho Sobrado e a Casa Velha da Ponte, visto que são espaços sobressalentes no imaginário da poetisa. E por fim, apresentamos um Mapa Afetivo, que tem por objetivo representar os espaços que mais se destacam como portadores de sentido simbólico na poesia de Cora Coralina. Para a análise elegemos o livro O Poema dos Becos de Goiás e Estórias Mais como principal fonte, por reunir poemas que se referem à arquitetura e a configuração da cidade, por vezes dando caráter protagonista a alguns edifícios e espaços. Datado de 1965, o livro marcou a estreia da poetisa e em sua primeira edição, pela Editora José Olympo, reuniu vinte e quatro poemas, cujas publicações são de datas esparsas entre as décadas de 1930 e 1960. E como coloca a própria autora: “Este livro foi escrito/ por uma mulher/ que no mais tarde da Vida/ recria e poetiza sua própria Vida”, de modo “sempre atenta e envelada nas estórias, lendas, tradições, sociologia e folclore dessa terra”. Nesse aspecto, esta análise contou, sobretudo com o apoio de importantes estudos desenvolvidos no campo da Arquitetura e Urbanismo, de autores como Gustavo Neiva e Adriana Mara Vaz de Oliveira. A análise da poesia de Cora Coralina embasou-se também em estudos fundamentais como os de Clóvis de Carvalho Britto e Andréa Ferreira Delgado, provenientes dos campos da Sociologia e História; e provenientes dos campos da Literatura e Letras, os trabalhos de Miliana Mariano da Silva, Goiandira de F. Ortiz de Camargo, Moema de Souza Esmeraldo e Solange Fiuza Cardoso Yokozawa. Esperamos, assim, contribuir para os estudos de Goiás, visto que os estudos desenvolvidos na área de Arquitetura e Urbanismo, sobre os processos de urbanização e formação do território goiano, em geral, se direcionam para a análise de elementos da forma, da estruturação do traçado e malha urbana, assim como de sua arquitetura. Esses trabalhos voltam-se na sua maioria para a definição do desenho das cidades e sua influência no contexto urbano. Buscamos, aqui, outra abordagem possível para o estudo da cidade, que não se restrinja aos aspectos da forma e do planejamento, mas capaz de apreender vivências cotidianas, memórias e perspectivas subjetivas.

Palavras-chave: Cidade, Memória, Representação, Cora Coralina, Goiás.

URBANIDADE NA CIDADE INFORMAL: Uma Contribuição Metodológica

Wagner de Souza Rezende, Angélica A. Tanus Benatti Alvim

Este trabalho pretende contribuir com a crítica sobre a condição urbana, propondo elementos para a estruturação de um método para apreensão, análise e interpretação dos indícios de urbanidade na cidade informal, por meio do uso de observação participante, entrevistas, foto documentação, e mapeamento colaborativo. Espera-se que os atributos da urbanidade – atratividade, legibilidade, identidade, conectividade, densidade , diversidade, acessibilidade, inclusividade, segurança e conservação –, definidos a partir da análise conjunta da realidade concreta de uma favela paulistana e da teoria da boa forma da cidade proposta por Lynch (1981), contribuam para compreender os modos de apropriação de espaços públicos, bem como seus princípios, agentes e contextos urbanos. Desse modo, este artigo tem como premissa a crise contemporânea do espaço público, como apontada por Mongin (2009), e avança na proposta de uma discussão crítica acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos pertinentes ao estudo da apropriação de espaços públicos em favelas, afim de confirmar a existência, ou não, de urbanidade na cidade informal, bem como apresentar possíveis indicadores de qualidade de vida urbana. Como parte de uma pesquisa mais ampla sobre espaços públicos, este texto, especificamente, propõe uma discussão metodológica, fundamentada no conceito de urbanidade, com ênfase nas suas possibilidades operativas, analíticas e prescritivas. Dito de outro modo, interessa refletir em que medida as apropriações cotidianas dos espaços públicos influenciam na configuração espacial da cidade e, consequentemente, na percepção de urbanidade pelos seus habitantes. A nossa hipótese é que, caso seja possível apreender os modos de apropriação dos espaços públicos das favelas, esta apreensão se dá na esfera das práticas cotidianas dos seus moradores, mediante o uso de certos métodos qualitativos e técnicas etnográficas para a percepção, leitura e interpretação do ambiente urbano. Esta construção metodológica se apoia em Certeau (1994), Ferrara (1999), Carmona (2003), Borja (2003), Solà-Morales (2008), Mongin (2009) e Aguiar e Netto (2012). Mongin (2009) elabora uma crítica à condição urbana contemporânea, caracterizada por contextos de urbanização generalizada. Diante do confrontamento de interpretações contraditórias da cidade, o autor parte da premissa de que se vive atualmente "entre dois mundos, entre duas condições urbanas", na qual a cidade encontra-se dividida, de modo irreversível, entre a metrópole global e metrópole do urbano generalizado, entre a urbs (a forma urbana e arquitetônica) e a civitas (as relações políticas). Solà-Morales (2008), em uma crítica sobre a condição urbana contemporânea, questiona sobre a possibilidade da existência de haver urbanidade na cidade informal. Além disso, argumenta que simultaneidade, temporalidade e diversidade são os atributos essenciais da cidade, constatamos que a coexistência, a memória e a diferença são os valores, ou ações correspondentes de seus habitantes na cidade globalizada, fragmentada e, ao mesmo tempo, fortificada contra os fluxos migratórios, financeiros e cibernéticos, fenômenos que apontam para a urgência de se "repensar o papel da experiência urbana e a constituição de lugares que dão ensejo à vita activa, como afirma Mongin (2009, p. 24). Borja (2003), conclui que, na cidade contemporânea os lugares se transformaram em fluxos, dos quais emergem espaços de consumo, em substituição à noção de comunidade. Ferrara (1999) explora a convergência entre a morfologia urbana, as práticas cotidianas e a percepção ambiental na construção de uma teoria do espaço urbano. Finalmente, Certeau (1994) enfatiza a necessidade de se elaborar modelos de análise que correspondam às trajetórias (táticas) da apropriação (ou reapropriação) dos espaços de consumo no cotidiano. Diante desses argumentos, como definir urbanidade? Para Aguiar e Netto (2012), urbanidade, palavra abrangente e ambígua, que pode significar, em um sentido mais amplo, o modo próprio de se viver na cidade. Em um sentido mais estrito, pode contemplar os possíveis agenciamentos entre pessoas, objetos e atividades no espaço urbano, articulando atributos da morfologia urbana no cotidiano. Trata-se de um conceito complexo, onde diversos autores divergem sobre a essência do que seja urbanidade que pode capacitar estudiosos do assunto na compreensão dos principais reflexos do recuo da cidadania diante da transformação acelerada

das cidades contemporâneas. O conceito de urbanidade tem emergido de contextos urbanos europeus, em termos de teoria e prática, e tem assumido nuances multiculturais ao longo do século XX. Inicialmente considerada como o resultado estético de configurações urbanas: Sitte (1889), Cullen (1961); sendo, então, na década de 1960, entendida como síntese da convivência entre estranhos na metrópole (Jacobs (1961), Sennett (1995), Lynch (1981), Alexander (1977), Gehl (1971); e, finalmente, na década de 1990, a inclusão de novos conteúdos "pós-cidade" e "pós-urbano" como expressos em Augé (1991), Gomes (2001), Carmona (2010a , 2010b). Diante do interesse renovado na discussão da urbanidade no início do século XXI, autores de diversos campos científicos têm se dedicado em tecer críticas à experiência urbana na cidade contemporânea. No contexto desta pesquisa, urbanidade é, ao mesmo tempo, a qualidade resultante e a principal componente de um equilíbrio de forças entre agentes (pessoas, objetos e atividades), que interagem entre si segundo parâmetros comportamentais distintos, transformando e sendo transformados por contextos urbanos em um processo dinâmico e aleatório.

Palavras-chave: Urbanidade, Tática, Periferia, Espaço Público, Apropriação.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE ANÁPOLIS E A CONSEQUENTE PERDA DE HEGEMONIA DO CENTRO PIONEIRO

Ana Caroline Caixeta Silva

Sabendo que a explicação da realidade contemporânea tem sua base firmada ao longo do processo histórico, essa pesquisa partirá do estudo dos reflexos da modernização no espaço intraurbano da cidade e para isso tomaremos Anápolis como foco desse debate, tendo em vista que diante do cenário de modernização do Estado de Goiás ela está inserida nos três eventos de maior destaque para o processo: a chegada da ferrovia e a transferência e construção de duas capitais, do estado (Goiânia) e da federação (Brasília).

Nosso objetivo não é apontar minunciosamente como se deu o processo de modernização na cidade desde o início do século XX e os percalços na sua implantação, mas pensar na maneira como o espaço urbano, principalmente no Centro Pioneiro de Anápolis, foram afetados pelos principais eventos promotores da modernização, e em que medida eles contribuem para a perda de hegemonia dessa área da cidade. Uma vez que, apesar de ser uma cidade com uma história recente, Anápolis apresenta uma dinâmica de transformações marcante que tem modificado profundamente sua paisagem e organização sócio espacial, sendo, em grande medida, subordinada aos interesses dos agentes hegemônicos.

A história de Anápolis está impregnada pela lenda em torno da devoção de Sant'Ana e pelo desenvolvimento beneficiado pela localização estratégica no espaço regional goiano, desde seu surgimento se configurou como ponto de articulação regional, rota de passagem de viajantes e entreposto comercial. Frente a esse cenário, nota-se que os discursos produzidos, a partir de 1930, no caso de Anápolis, como afirma Silva (2014), giravam em torno da modernização local e tinham a ideia de modernidade, ruptura com o atraso e progresso como síntese.

A discussão das transformações intraurbanas de Anápolis com destaque para os impactos dessas em seu Centro Pioneiro é essencial, visto que encontramos nele espaços construídos e uma paisagem que expressam os diversos e importantes processos históricos, além de aspectos da identidade e da memória do lugar. O Centro Pioneiro de Anápolis, portanto, para além de ser a parte mais antiga do espaço urbano, se coloca como testemunho de várias épocas e mesmo vítima de tantas transformações e deturpações ainda é um lugar simbólico por excelência, onde a memória coletiva encontra sustentação. De fato, a área central de qualquer cidade se distingue do restante através da concentração comercial, intensidade dos fluxos – de pessoas, automóveis, mercadorias, capitais, decisões – redução de habitações, entre outros, e no caso anapolino esse cenário se instaurou e se intensificou em resposta a cada inovação posta pela modernização, que foram acompanhadas pelo crescimento demográfico, aumento do número de loteamentos, pela expansão que, consequentemente, promoveram uma separação entre o local de trabalho e de moradia.

Diante desse debate, partindo do pressuposto de que o centro da cidade é onde se encontra a história de seus habitantes, como afirma Alarcón e Holanda (2005), deve ser o local onde há um grande intercâmbio e encontro. Para tanto é necessário, segundo Veiga Filho (2010), oxigená-lo e preservá-lo das ações descomprometidas com seu passado e com sua história. Logo é imprescindível repensar o Centro Pioneiro de Anápolis como local capaz de provocar uma retomada histórica, visto que "ao se revisar a memória dos espaços e edificações urbanas, deixa-se de correr o risco de, num futuro próximo, se viver em uma cidade sem história" (Grande e Boaventura, 2015, p. 96).

Assim destacaremos ao longo da pesquisa os benefícios da localização de Anápolis, os principais elementos estruturadores que permitiram-na assumir o caráter de cidade moderna, a reestruturação do espaço intraurbano ao longo do processo de modernização e a consequente perda de hegemonia do Centro Pioneiro. Para isso, a revisão bibliográfica e o levantamento de dados junto ao Museu Histórico de Anápolis serão o ponto de partida para essa reflexão.

A partir do desenvolvimento dessa pesquisa fica claro que Anápolis, beneficiada pela localização geográfica, ocupou importantes funções no contexto regional no decorrer de seu processo de formação e crescimento e que a modernização, acompanhada do ideário de progresso, permitiu que a cidade impulsionasse seu desenvolvimento, se diferenciando no conjunto de municípios goanos, e redefinisse sua paisagem e organização social, econômica, política e cultural. Essa corrida em busca do status de cidade moderna teve consequências significativas, com destaque para a sua área central, seu Centro Pioneiro que diante do acentuado processo de urbanização se apresenta hoje com características comuns as grandes e médias cidades: em decorrência da migração dos moradores para outros bairros e a consequente refuncionalização, sofre com a superlotação no horário comercial e o esvaziamento à noite e nos finais de semana; com o surgimento de novas centralidades padece com a perda de representatividade; e com a dinâmica de renovação constante tem sua paisagem alterada a todo tempo sem que haja reconhecimento da importância dos marcos da história existentes ali, visto que é no centro se concentra grande parte do legado patrimonial edificado.

Nota-se, portanto, que a modernização não está restrita apenas as mudanças tecnológicas e inovações, se refere também a uma mudança de hábitos e costumes, além de rearticular a experiência temporal. Nesse sentido, é notório que a afirmação do novo e do moderno está presente em Anápolis há tempos. A cidade cresce, se refaz, se expande e se edifica sobre ruinas do passado, tendo como palavras de ordem “cidade moderna”, “espírito moderno”, “progresso” e “evolução” o que reflete diretamente em seu espaço arquitetônico e urbano.

Palavras-chave: Modernização, Transformações, Espaço intraurbano, Centro, Anápolis.

CONDIÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA: a relação entre cidade e arquitetura nas publicações de Rem Koolhaas

Sandra Catharinne Pantaleão

Rem Koolhaas (1944)[1][1], arquiteto holandês, é considerado um agitador social e cultural, pensador e figura de destaque nos debates da arquitetura e do urbanismo contemporâneos. Desde sua formação tem se destacado pela intensa atuação profissional por meio de publicações e projetos desenvolvidos por seu escritório Office Metropolitan Architecture (OMA), fundado em 1975, além do *think thank Architecture Media Organization (AMO)*, responsável pelas pesquisas e publicações em parceria com instituições ou editoras especializadas. Observa-se que perpassa de uma atuação individual até a formação de um coletivo, resultando na marca OMA*AMO. Em específico, em suas publicações o arquiteto indica outras possibilidades de análise e leitura das cidades pelo viés das modernizações e reestruturações pelas quais passam, visando compreender a estrutura formal, analisar as questões sócio-tecnológicas e econômicas que incidem sobre a morfologia urbana. Significa que lança outras possibilidades de interpretação das cidades, sem contudo, engajar-se em uma postura ideológica precisa. Aproxima-se de uma visão jornalística ao relatar o impacto de determinados fatos sobre a forma urbana, buscando apreender as contingências históricas. Pode-se dizer, contudo, que escrever sobre as cidades e suas transformações era prática recorrente desde meados da década de 1960 por arquitetos e urbanista, em que visavam apreender as transformações cingidas num cenário pós guerra e imersas num descrédito às pretensões iluministas da cidade ideal endossada na voz de Le Corbusier ou da defesa à cidade história a la Aldo Rossi em função da destruição criativa. Diferente dessas posturas, Koolhaas elabora uma perspectiva particular ao se referir às modernizações que caracterizam-se por uma aceleração das transformações cada vez mais intensas, deixando sobre si um mundo sem forma e cambiante, o que Bauman (2001) denominou modernidade líquida. A esse arquiteto interessa descrever a condição urbana contemporânea em que são retratadas as mudanças de cidades em diferentes partes do globo, fincando, de certo modo, marcos temporais de reordenamento da dinâmica urbana em escala global. Sua visão acerca da cidade contemporânea, conforme aponta Vàzquez (2016), apoia-se na apreensão da lógica socioeconômica do capitalismo tardio para formular respostas técnicas capazes de orientar o desenho urbano e as práticas urbanísticas. Em outras palavras, esmera-se em optar pelas demandas de mercado ao invés da elaboração de manifestos teóricos, como fizeram seus pares outrora. Seus textos buscam descrever e representar a cidade contemporânea por meio da observação do real, verificando novos termos para a compreensão dos fenômenos urbanos. Com isso, seus livros mais conhecidos traçam a contingência histórica e as ideologias presentes na produção da cidade, possibilitando identificar espaços de atuação do arquiteto e urbanista que, em particular, são descritos por Rem Koolhaas por novos termos associados às reestruturações econômicas. No bojo dessas mudanças, Koolhaas tem buscado identificar as relações entre arquitetura e cidade em que ressalta a inversão de escalas, isto é, a preponderância da arquitetura sobre a cidade, uma vez que esteja relacionada aos impulsos econômicos, as dinâmicas dos fluxos informacionais e a intensificação da urbanização em territórios considerados "colonizados" ou periféricos. A partir disso, tem-se a definição de três enunciações: arquitetura metropolitana, presente em *Nova York delirante* e *S, M, L, XL*; urbanização acelerada e globalizada resultante da pesquisa *Harvard Project on the City* (HPC) e Regime ¥€$ para caracterizar um novo território a ser explorado pela arquitetura do espetáculo, presentes em *Content* e em *Al Manakh Dubai guide.* Nessas publicações pode-se afirmar a postura de Rem Koolhaas de um "discurso pragmático crítico", visto que apreende

1[1] Koolhaas formou-se em arquitetura pela Architectural Association of London (AA), em 1972; é sócio majoritário do OMA, coordena a AMO e atua como professor de prática de arquitetura e desenho urbano em Harvard Graduate School of Design (HGSD), onde desenvolve pesquisas sobre as urbanizações na porção leste do planeta, denominadas contemporary urban condition (condição urbana contemporânea).

dados a ser sistematizados e que permitem-lhe mapear áreas de atuação prática além de demonstrar o avanço das políticas neoliberais em áreas menos urbanizadas, desprovidas de densidade histórica ou de regras rígidas de construção ou até mesmo inexistentes. Observa-se, pelas publicações de Rem Koolhaas, uma mudança de escala em que a cidade torna-se insignificante frente à arquitetura, uma vez, que as dimensões dos edifícios, desde os arranha-céus de Nova Iorque, impossibilitam apreender o tecido urbano como conjunto tal como uma cidade europeia tradicional ou, ainda, uma cidade moderna, como Brasília. Essa primeira postura revela um de seus termos *Manhantanism*; num segundo momento, Rem Koolhaas discorre sobre as modernizações necessárias para a Europa se recolocar a nível mundial, por meio de suas cidades históricas e intervenções urbanas, registradas em S, M, L, XL ratificando os termos como *Generic City* e *Bigness*. O termo urbanização acelerada e globalizada traduz suas análises das cidades asiáticas, em especial à formação de uma cidade região no Delta do Rio Pérola, na China, culminando em COED, isto é, cidades com intensas diferenças – desde as relações globais às locais. E, por fim, ao definir o termo Regime ¥E$™, Rem Koolhaas descreve as condições de urbanização do Golfo Pérsico e as relações entre arquitetura e cidade, vinculadas à financeirização do processo de urbanização contemporâneo.

Palavras-chave: Rem Koolhaas, Condição Urbana Contemporânea, Globalização, Regime ¥E$™.

ARQUITETURA ESCOLAR E URBANIDADE: O Colégio Lyceu e o Colu Paisagem Urbana de Goiânia

Bárbara Maria Cardoso, Christine Ramos Mahler

Edifícios escolares, enquanto arquitetura institucional, de um modo geral, constituem pontos de convergência e marcos ou centralidades na paisagem urbana, por suas dimensões e características físicas. Ao longo da história, partiram de espaços adaptados, seguiram em direção a modelos palacianos, austeros, introspectivos e controladores que, paulatinamente, se abriram ao exterior, se despojaram de ornamentos e de elementos simbólicos aplicados. Apesar da busca da simbiose entre escola e cidade, observa-se que, apesar de vários esforços integradores e de atenuação hierárquica (como, por exemplo, a topografia ao rés-do-chão, que desceu o edifício ao nível dos usuários), as escolas foram e continuam a ser muradas. O muro é, talvez, o mais significativo símbolo dessas tipologias no contexto da paisagem urbana contemporânea. Edifícios escolares materializam, enquanto arquitetura, relatos dos contextos histórico, político e social de onde estão inseridos, em função de seu destacado papel institucional, função social, dimensões e especificidades edilícias, entendendo-se por essas tanto o espaço construído em si – escala do edifício – quanto seus espaços negativos – áreas não construídas – além do seu entorno próximo – escala do bairro. No decorrer dos tempos, essa tipologia – e sua relação com a paisagem urbana – foi afetada por transformações, em razão de vários fatores, dentre os quais destacam-se as alternâncias de políticas educacionais, substituições de paradigmas pedagógicos vigentes, as transformações sociais na dinâmica do desenvolvimento urbano e ainda, das reelaborações de correntes do pensamento arquitetônico e urbanístico oficializadas. Assim sendo, emerge a seguinte questão: como identificar nos edifícios escolares alguns parâmetros que permitam aferir seu desempenho de ser um objeto "amigável" na cidade, ou seja, verificar sua urbanidade em meio à paisagem urbana contemporânea e à sua intrínseca complexidade? Busca-se, nesse estudo, compreender o processo de transformação do edifício escolar público na paisagem urbana de Goiânia em dois momentos distintos, confrontando dois objetos distintos (temporal e tipologicamente): os colégios Lyceu e o COLU. O primeiro, por ser um dos primeiros edifícios de Goiânia (década de 1930), localizado em seu núcleo pioneiro e o segundo (década de 1960), por integrar a produção de arquitetura moderna nessa capital, no período de consolidação do seu crescimento. A discussão se dará por meio de conceitos e referências que relacionam os dois objetos às seguintes categorias: contexto histórico, buscando uma leitura de seus objetivos primeiros; legislações educacionais, à luz de vieses ideológicos e institucionais em questão; análise tipo-morfológica, que permite uma compreensão arquitetônica do edifício (ordenação formal – valores da época, elementos simbólicos e linguagens – e organização espacial – articulações entre espaços, setores, fluxos e conteúdos programáticos) e análise urbanística ou de implantação, permeabilidades visual e física e configuração espacial, para buscar entender como as relações com as respectivas paisagens urbanas foram se intensificando intra e extramuros. Em síntese, busca-se, a partir dos critérios elencados, identificar o potencial de urbanidade dos edifícios escolhidos. O estudo dos respectivos contextos contará com o aporte de contribuições teóricas recentes, que relacionam o edifício escolar e território educacional. A contribuição do presente estudo visa trazer elementos para a discussão sobre o lugar da arquitetura escolar no diálogo com a cidade contemporânea.

Palavras-chave: paisagem urbana, arquitetura e educação, território educacional

CONDIÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA EM GOIÂNIA: Expansão e Fragmentação do Território

Sandra Catharinne Pantaleão, Aline Gracino Camargo, Gabriela Emi Kunieda Suzuki, Luana Chaves Vilarinho, Mariana Gonçalves de Sousa, Matheus André Gomes Mota

Goiânia, cidade moderna e planejada na primeira metade do século XX, foi alçada à categoria de metrópole regional, tendo em vista as conurbações com os municípios vizinhos, associadas às dinâmicas urbanas que implicam na formação de uma rede urbana. Verificam-se que essas relações são estabelecidas a partir da expansão urbana presente em seu planejamento urbano nos anos 1960-80, quando definiram-se estratégias para o controle e indução de tal fenômeno. No entanto, assistiu-se à fragmentação do território e à formação de outras dinâmicas não previstas nesse planejamento, ocasionando diversos desafios no cenário atual. Mediante essa questão, o presente artigo aborda as transformações e permanências da forma urbana de Goiânia, tendo em vista a legislação urbanística desde a década de 1960, em que a expansão urbana foi incentivada e, ao mesmo tempo, permitiu o espraiamento do tecido urbano e a formação de partes desconexas entre si. Dessa análise, pretende-se elaborar uma história urbana a partir da cartografia, ou seja, a produção de mapas que contribuam para a leitura dos processos de fragmentação do território, a formação da Região Metropolitana e o papel dos agentes público e privados, visando apreender a dissolução entre centro e periferia, além da fragmentação do território. A partir do levantamento de dados e dos critérios de análise urbana propostos pela escola francesa, busca-se uma abordagem histórico-geográfica para elaboração da cartografia urbana de Goiânia, por meio de mapas temáticos, notadamente aqueles que apontam os elementos reguladores do espaço urbano, seja os que contém a expansão ou aqueles que a induzem (PANERAI, 2006). Com isso, pode-se desenvolver o mapeamento das transformações da cidade desde sua fundação em 1933 até os dias atuais, em que são verificadas a conformação do território e suas mudanças, dentre elas o adensamento populacional e expansão de sua área urbana, modificando o tamanho, a escala e a estrutura urbana de Goiânia, que é caracterizada por um território fragmentado em que múltiplas centralidades se constituíram e são objeto da presente pesquisa. Incluem-se a caracterização de bairros implantados nos anos 1950-60 e sua inserção atual, a implantação de novas centralidades e novas áreas de especulação imobiliária. A origem da fragmentação urbana é notória desde a formação inicial de Goiânia, percebida na análise histórico-geográfica. Foram considerados: o plano geral de urbanização e os condicionantes de crescimento, além da atuação público, por meio da legislação e os investimentos privados – lançamento de novos bairros e investimentos de infraestrutura urbana. As ações do poder público corroboraram com as modificações em sua estrutura urbana, com destaque ao Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 1969 (PDIG), coordenado por Jorge Wilheim. Este plano contribuiu para a fragmentação e dispersão urbanas, deflagrando diversos problemas socioambientais, principalmente ao prever conjuntos habitacionais fora dos limites do perímetro urbano, além de incentivar uma dilatação da área suburbana, a qual ofereceu campo para a especulação imobiliária. O PDIG privilegiou a porção sul e sudoeste da capital com a abertura de novas vias e criação de conexões com a região central, promovendo a ocupação e crescimento das áreas urbanas em baixa densidade. A partir dessa dinâmica, diversos fenômenos são percebidos, que nesta pesquisa permitem a caracterização da condição contemporânea urbana de Goiânia, por meio da cartografia de elementos que a caracterizam, a saber: a ocupação das periferias por condomínios fechados de alto padrão; localização de políticas habitacionais afastadas do centro; diluição dos limites urbanos e a conurbação com municípios do entorno; verticalização, urbanização acelerada, fragmentação e segregação dos espaços públicos; projetos como o “Minha Casa Minha Vida”; especulação imobiliária perceptível no entorno de grandes parques urbanos associados a *shopping centers*, entre outros. São diversos fenômenos que permitem

identificar as alterações do espaço metropolitano intraurbano e interurbano em todas as instâncias: social, histórica e cultural, econômica, espacial e política. O crescimento irregular e espontâneo das cidades ocorre por diversos fatores externos à morfologia urbana tais como a segregação socioespacial e a formação ou dissolução das periferias, em partes devido à especulação imobiliária como forma de valorização de determinada área. Outro aspecto que altera a dimensão da cidade e estabelece novas relações é a metropolização, sendo Goiânia a principal cidade de uma rede de municípios articulados em si, e *lócus* de concentração do capital especulativo, muitas vezes, determinando a estrutura espacial urbana das últimas décadas em que é perceptível intensas e aceleradas mudanças de um sistema configuracional dinâmico, articulado por fixos e fluxos. Mediante esses fenômenos, a pesquisa se desenvolve pela identificação de estruturas urbanas contemporâneas na cidade de Goiânia por meio da análise morfológica, destacando as áreas periféricas que sofreram maiores transformações e que são fragmentos do tecido urbano, em específico a região Sudeste.

Palavras-chave: Condição Urbana Contemporânea, Planos Diretores, Morfologia Urbana, Goiânia.

RESIDENCIAL BUENA VISTA SEIS ANOS APÓS SUA INAUGURAÇÃO

JORDÃO, Haline Moura, BORGES, Pedro Célio A.

O problema habitacional no Brasil surge no momento em que para se ter uma casa para morar, é imperativo que se tenha a propriedade da terra. Assim, a terra é monopolizada por quem tem dinheiro para comprá-la. Quem não tem dinheiro para pagar pela terra é cada vez mais, levado a ocupar lugares mais distantes do "conforto urbano", e assim, a especulação imobiliária assume cada vez mais, lugar de destaque no cenário da urbe. Toda essa lógica de mercado que vem sendo reproduzida ano após ano em todas as grandes cidades, é responsável do mesmo modo, pela produção da cidade irregular, onde a ausência de políticas públicas é suprida pela busca de alternativas da população, através do uso e ocupação irregular do solo urbano, assim como da autoconstrução da própria moradia. O presente artigo aborda o tema da habitação no Brasil, apresentando inicialmente um breve histórico dos problemas urbanos particularmente os associados à questão da moradia, demonstrando como a crise habitacional que atinge a população carente e a especulação imobiliária, vem promovendo o processo de exclusão social e a segregação espacial nas periferias das cidades. Num segundo momento, buscamos entender a formação do Espaço Urbano de Goiânia, cidade pensada e planejada para ser a capital do Estado de Goiás, idealizada como símbolo da modernidade, mas que desde sua fundação, na década de 1930, já apresenta a ausência de espaços destinados às habitações para os mais pobres. Em um curto espaço de tempo, já haviam ocupações irregulares e a proliferação de loteamentos particulares destituídos de qualquer infraestrutura ou serviços urbanos, em torno dos núcleos urbanizados da cidade. Por fim, apontam-se de forma sintética algumas situações de realidades urbanas encontradas na cidade de Goiânia - GO, onde, com o objetivo de atender ao déficit habitacional urbano, surgiram vários programas habitacionais, principalmente na iniciativa pública. Em busca de compreender as adaptações das famílias de baixa renda às habitações de interesse social, produzidas pelos programas habitacionais executados pelo poder público, que seguem a mesma coerência de segregação socioespacial de construção de loteamentos na periferia da cidade, buscou-se a complementação dos dados através da pesquisa de campo, tomando o Residencial Buena Vista como objeto empírico da pesquisa, como modelo de loteamento realizado em área periférica na cidade de Goiânia. Observa-se que nesse loteamento, como em alguns outros loteamentos que surgiram na mesma época, tirou-se partido de uma mesma lógica de construção em massa de modelos idênticos de construções localizadas em uma periferia recém criada, carente de serviços públicos e distante do centro urbano. Percebe-se que passados seis anos após a implantação do loteamento, sua paisagem urbana já não se encontra mais como quando entregue à sua população, e não é necessário nenhum olhar técnico para que se perceba a alteração no uso e na ocupação do solo, assim como na composição de sua paisagem, que se encontra completamente modificada por obra dos próprios moradores, que devido à ausência do poder público, à sua maneira, interferiram e se adaptaram ao espaço que lhes é de direito.

Palavras-chave: Urbanização, Planejamento, Política Habitacional, Segregação socioespacial.

O PAPEL DOS SHOPPINGS NAS CIDADES: Um estudo sobre seus impactos na configuração urbana

Adriel Simões de Mendonça, Fernando Garrefa

O presente artigo visa fazer uma investigação exploratória acerca dos impactos que os shoppings centers tem na configuração urbana das nossas cidades. Os shoppings são equipamentos urbanos que nasceram a partir da evolução do comércio ao longo dos anos, sob uma nova sociedade emergente suburbana e que teve seu auge a partir dos anos de 1950. Nesse sentido Garrefa (2007) é claro em sua definição quando diz que "os shopping centers são empreendimentos comerciais de base imobiliária cuja tipologia voltada à clientela motorizada ganhou corpo ainda na primeira década do século XX nos Estados Unidos. Trata-se de um empreendimento controlado por um único dono ou controlador que estabelece regras aos comerciantes locatários do espaço" (GARREFA, 2007). Esses equipamentos são instalados geralmente em locais bem acessíveis, ao longo das principais vias arteriais e expressas das cidades, facilitando assim o seu acesso; funciona como uma centralidade ou até mesmo um ponto de encontro para a comunidade; possui uma variedade de usos de forma a atender todas as classes e necessidades da população, entre outras características. Entretanto, os shoppings centers, apesar dos seus pontos positivos para as cidades, vão causar grandes mudanças na morfologia urbana e na estruturação do espaço e do entorno imediato de onde ele está inserido. o shopping center causa alterações no perfil social e econômico da cidade e impacto no sistema de circulação viária, além de prejudicar a identidade das áreas do seu entorno. A qualidade de vida urbana em geral sofre mais prejuízos do que pontos positivos, assim como o sistema viário, que é o mais prejudicado. Maraschin (2008) pontua que a implantação desses equipamentos vai gerar diferentes transformações no meio urbano, sendo que os impactos decorrentes da sua implantação são preocupação dos diferentes segmentos da sociedade. Ela ainda vai salientar que a "compreensão dos tipos e da intensidade desses impactos é matéria complexa, que exige o desenvolvimento de instrumentos de análise e avaliação dos sistemas urbanos, que auxiliem a decisão técnica ou política frente a novas implantações desses equipamentos comerciais." (MARASCHIN, 2008). Maraschin (2008) diz que "no centro da discussão sobre as transformações urbanas geradas pelos grandes equipamentos comerciais coloca-se a questão do direcionamento do processo de urbanização de toda uma área da cidade comandado pela iniciativa privada, da mudança de padrões pré-existentes, bem com o papel do planejamento urbano nestes casos." A relação desses empreendimentos com o espaço urbano, se dá em diferentes escalas, a partir do desenvolvimento do entorno com novas implantações e adequações no mais diversos aspectos estruturais da cidade, com novas tipologias de comércio, mudanças em aspectos de mobilidade, novas dinâmicas de deslocamento com novos fluxos de pedestres e carros, além de fluxos de mercadorias. A metodologia usada será através de estudos de casos, que permitem analisar essas mudanças na estrutura urbana da cidade, e compreender como essas transformações ocorreram ao longo do tempo. A análise de fotografias, entrevistas, questionários, entre outros, vão auxiliar a levar informações e dados que vão ajudar na compreensão do estudo sobre as mudanças na configuração urbana mediante a implantação dos shoppings centers nas cidades. Assim, é possível entender como o espaço urbano da cidade se transformou devido a implementação desses equipamentos comerciais nas cidades brasileiras.

Palavras-chave: Shopping Center, Comércio, Espaço urbano, cidade.

A (NÃO) OCUPAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS COMO REFLEXO DA COLONIALIDADE: uma análise a partir da deriva do bem

Bráulio Vinícius Ferreira, Camila Ragonezi Martins, Carlos Barcelos de Lima Jr.

O presente estudo investiga o centro histórico da Cidade de Goiás, tendo como ponto de partida a análise dos registros imagéticos e textuais produzidos pela Deriva do Bem, projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás (UFG). A Deriva do Bem é um projeto cuja proposta é o caminhar pelo espaço urbano, perceber sua ocupação, suas formas, seus sentidos, suas marcas, valorizando sua história e memória. Os participantes se propõem a caminhar e olhar para a cidade, sua arquitetura, seus usos e pessoas, registrando suas percepções por meio da fotografia e de textos. Três edições do projeto foram realizadas na Cidade de Goiás, em 2016, 2017 e 2018. Desta forma, a partir da análise do material produzido na Deriva do Bem, buscou-se refletir, neste trabalho, acerca da organização da Cidade de Goiás e de seu modelo de ocupação, que se pautaram num padrão excludente de desenvolvimento urbano, refletindo uma estrutura de dominação mantida pela colonialidade. Atualmente, o centro histórico da Cidade de Goiás se apresenta como um espaço segregador, que subalterniza as diversas subjetividades, fazendo com que aqueles que majoritariamente vivem e vivenciam a cidade sejam excluídos e marginalizados, tendo suas práticas cotidianas distantes do centro. Nesse sentido, o estudo justifica-se em razão da necessidade de se pensar a construção de uma práxis urbana que seja integradora, indicando caminhos para que haja um usufruto equitativo das cidades, dentro dos princípios da sustentabilidade, democracia, justiça social e cumprimento da função social urbana.

Palavras-chave: Centro histórico; Cidade de Goiás; Urbanismo; Colonialidade; Deriva do Bem.

Linha de pesquisa B

PROCESSOS E TECNOLOGIA DE PROJETOS E PLANEJAMENTO

A ÓTICA AMBIENTAL DOS PLANOS DIRETORES DE APARECIDA DE GOIÂNIA: APPs urbanas – estudo de caso no Ribeirão Santo Antônio

Cláudia Valéria de Lima, Janaina de Holanda Camilo, Carolina Gontijo Guimarães

É objetivo deste artigo avaliar o conteúdo e a efetividade das diretrizes ambientais contidas nos dois planos diretores de Aparecida de Goiânia (PD 2002 e PD 2016), estado de Goiás, elaborados em diferentes momentos do Código Florestal Nacional, com ênfase no tratamento dado às APPs urbanas.

O conceito de ecologia, sua evolução e desdobramentos, até o surgimento da expressão desenvolvimento sustentável, tem influenciado a construção da legislação de impacto territorial no Brasil e no mundo. Assim, a compreensão acerca dessa temática, o seu desenvolvimento, a data de promulgação das leis ambientais e territoriais, como o Código Florestal e o Estatuto da Cidade (EC), são importantes para o entendimento da dinâmica das contradições das políticas ambientais, em especial, de questões relacionadas com as Áreas de Preservação Permanente (APPs) urbanas e seu rebatimento territorial.

Propõe-se, assim, revisitar criticamente as legislações municipal e federal e suas aplicabilidades no território. Para Araujo (2002) a relação entre a questão urbana e a regulamentação das APPs é um dos pontos mais obscuros das normas brasileiras o que colabora para o seu descumprimento.

A política de proteção das APPs é a mais rígida possível, devendo o proprietário manter e preservar intocável a área de proteção, quando não a recuperar frente a alguma degradação ocorrida a qualquer tempo, tendo sido ou não provocada por ele.

Entretanto, é importante observar que, no processo de formação das cidades brasileiras, das litorâneas às do interior do país, os cursos d'água (geradores de APPs) são elementos culturais fortes; dão suporte a serviços essenciais, como abastecimento de água; por outro lado, muitos servem também de destino final de esgoto doméstico e industrial.

Como estudo de caso, analisou-se a ocupação das APPs em um trecho do Ribeirão Santo Antônio, em Aparecida de Goiânia. Entende-se que o município reúne características relevantes e que refletem a realidade de outros da Região Metropolitana, como o processo desordenado de crescimento e parcelamento do solo em território drenado por vários corpos hídricos. Além disso, Aparecida já desenvolveu dois PDs, em dois momentos diferentes do Código Florestal Nacional, após a implantação do EC.

O Ribeirão Santo Antônio está situado na porção Norte e corta o Município no sentido Leste-Oeste. Assim como ocorreu com a Serra das Areias e demais corpos hídricos existentes no território, o Ribeirão sofreu com o processo de extração mineral intenso, além de ter passado por parcelamentos de forma descontrolada e sem restrição ao tipo de utilização.

O trecho analisado reúne loteamentos aprovados no período do auge imobiliário no município, algumas glebas e o Parque Empresarial Goiás. A metodologia de análise baseou-se no mapa urbano digital sobreposto à imagem de satélite de 2002 (Google Earth); para 2016, foi utilizada uma ortofotografia2[1]. Por meio de técnicas de geoprocessamento e análises visuais3[2], foram localizados os imóveis com e sem ocupação na faixa de ZPA I nos dois anos. De acordo com o traçado, existem imóveis que se confrontam com o ribeirão Santo Antônio, e outros atingidos pela faixa de preservação, mesmo sem essa característica.

2[1] Voo em julho de 2016, segundo ART localizada nos arquivos da Secretaria de Planejamento.

3[2] O processamento de dados foi realizado pela tecnóloga em geoprocessamento Pollianna Vieira.

A amostra reuniu 309 imóveis urbanos. Desses, 32% apresentavam algum tipo de construção/ocupação, em 2002. Em 2016, a análise mostrou que esse índice subiu para 50%, o que indica adensamento da região. Com relação à análise ambiental desse índice, apurou-se que, em 2002, dos imóveis atingidos pela faixa de ZPA 1 (50m), 17,1% apresentavam ocupação/construção; enquanto esse índice atingiu 30,03%, em 2016. Isso aponta que a legislação mais restritiva foi incapaz de proteger essas áreas.

Ao aplicar a faixa de preservação ambiental estabelecida no Código Florestal, que, no presente caso, seria de 30 (trinta) metros, constatou-se que, para os 252 lotes atingidos apenas por essa categoria, 5,56% (14 imóveis) apresentavam ocupação nessa zona em 2002; em 2016, esse índice subiu 8,33% (21 imóveis).

A comparação entre as duas faixas de preservação evidenciaram uma pressão maior de ocupação para além da faixa estabelecida pela legislação federal. Na prática, o processo de urbanização ocorreu à revelia das questões ambientais, o que explicita dicotomia entre a cidade legal e a cidade real em contradição ao preconizado no EC. Os Planos Diretores Municipais ainda não se preocuparam em diagnosticar as vulnerabilidades e os cenários ambientais das cidades de forma aprofundada e eficaz.

Em Aparecida de Goiânia, encontra-se o mesmo panorama. As especificidades do território municipal, como o contexto histórico e a situação consolidada, não foram abordadas de modo profundo, a ponto de resultar em intervenção política em prol do desenvolvimento sustentável e ambientalmente eficaz. Observa-se que o estabelecimento de uma legislação ambiental mais restritiva, ignorando a realidade existente no território municipal, e os conflitos com as legislações existentes promoveram resultados divergentes da finalidade proposta.

Uma política urbana séria não pode se resumir à legislação, devendo, desse modo, vir acompanhada de outras ações, como fiscalização, intervenções físicas, entre outras, a fim de atingir o objetivo proposto.

Palavras-chave: Aparecida de Goiânia, Área de Preservação, Legislação Ambiental, Plano Diretor.

DA URBANIZAÇÃO EXTENSIVA AOS SUBÚRBIOS E PERIFERIAS NAS METRÓPOLES

Yordana Dias das Neves Naciff, Erika Cristine Kneib

As cidades, em todo o mundo, têm enfrentado desafios sem precedentes. São muitos os problemas e os impasses relativos à organização dos territórios, expressos em todos os campos que compõem a estrutura espacial das cidades. Nessa perspectiva, Villaça (2001) aponta a segregação socioespacial como um dos processos mais marcantes das metrópoles brasileiras e como um campo essencial para o entendimento da estrutura espacial intraurbana. Conforme o autor, torna-se cada vez mais acentuada a divisão das metrópoles em duas cidades com dois centros distintos: um com a concentração das camadas de mais alta renda e outro com as camadas populares. No entanto, a segregação não consiste somente na separação espacial. Moysés (2005, p. 15) aponta que ela também acarreta a concentração de um segmento da população em territórios bem definidos e ainda implica na "institucionalização da inferioridade e imobilidade social dos seus habitantes". Com isso, a segregação se torna, ao mesmo tempo, um problema a ser solucionado e uma parte integrante da urbanização das cidades. Os processos de expansão das cidades, a partir do século XX, registram um tipo de urbanização extensiva e desordenada que culminou na formação de vários subúrbios e periferias urbanas. Foram se consolidando áreas metropolitanas com casas e empregos descentralizados e, nessa perspectiva, introduziu-se uma excessiva dependência automobilística para garantir o deslocamento dessas famílias das zonas periféricas para o interior das cidades? o que acarretou em consequências sociais, econômicas e ambientais de altos impactos (TCRP, 2002). A importância de se discutir sobre segregação socioespacial no contexto da urbanização é devido à relação dessa temática com a dimensão social e humana da estrutura espacial das cidades. Santos (2017, p. 867) ressalta essa premissa ao discorrer que "a urbanização não pode ser mensurada apenas pelo espraiamento da mancha urbana ou pelo surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores urbanos pela sociedade". Visto a pertinência de abordagem do assunto, o trabalho objetiva compreender como a urbanização extensiva das cidades gera processos de segregação socioespacial e busca caracterizar a diferença entre subúrbios e periferias a fim de identificar os tipos de segregação urbana existentes em um estudo de caso metropolitano. Para tanto, a Região Metropolitana de Goiânia, localizada no Estado de Goiás, se apresenta como o objeto de estudo escolhido para as análises e aplicação teórica. Essa escolha se amparou na premissa de que esse território ilustra, claramente, a formação de uma estrutura espacial urbana fragmentada e desigual, repleta de problemas a serem ainda solucionados – notadamente nos campos da segregação urbana. Visando construir uma linha de percepção coerente com os objetivos e com a estruturação desse estudo,

são discutidas, em um primeiro momento, sobre a urbanização extensiva das cidades nos âmbitos dos panoramas internacional e nacional, relacionando esse tipo de expansão urbana com os processos de segregação socioespacial. De maneira conseguinte, tem-se uma exploração sobre os tipos de segregação socioespacial presentes em regiões metropolitanas para, somente então, diferenciar e caracterizar os subúrbios e as periferias. Por fim, esta investigação é aplicada na Região Metropolitana de Goiânia, permitindo a identificação das periferias e dos subúrbios desse território. Para tal, a metodologia adotada nessa pesquisa consiste no uso de pesquisas bibliográficas, dados em bases oficiais, dados georreferenciados e aplicação em estudo de caso. Caracteriza-se, portanto, em uma pesquisa de natureza básica, exploratória, descritiva e baseada principalmente em análises quali-quantitativas. Como resultado desse estudo, foi possível compreender como a urbanização extensiva das cidades culmina em processos de segregação socioespacial, permitiu elucidar as principais diferenças entre subúrbios e periferias e, além disso, admitiu a identificação desses elementos na Região Metropolitana de Goiânia.

Palavras-chave: Urbanização, Segregação socioespacial, Periferias, Subúrbios, Região Metropolitana de Goiânia.

DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM UBERABA/MG: Os espaços de fluxos e a relação com novos espaços urbanos

Tatiana Matucita Fabiani, Fúlvia Maria Mendes

O presente trabalho tem por objetivo apontar alguns dos agentes influenciadores na dinâmica socioespacial em Uberaba/MG e demonstrar como o Parque Tecnológico de Uberaba pode ser um atrativo potencializador de ocupação do setor norte da cidade. Através de análise das transformações urbanas que ocorreram nas últimas décadas, podemos observar que as transformações econômicas e tecnológicas implicaram em uma reformulação da vida citadina e, consequentemente, em alterações no desenvolvimento e na configuração dos espaços geográficos e urbanos, assim como aconteceu na cidade de Uberaba. A compressão do tempo e do espaço produzidos pelos avanços tecnológicos e a grande interação de práticas econômicas fez surgir um novo conceito de realidade socioespacial. Uberaba, localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, vem apresentando alterações notáveis em sua paisagem devido aos processos mercadológicos e também por influências tecnológicas. Podemos citar a relevante chegada da Ferrovia pela Companhia Mogiana em 1889, que favoreceu deslocamentos de pessoas e produtos. Compreende-se, a partir de então, que o processo de evolução urbana na cidade da Uberaba toma como frente uma dinâmica socioespacial influenciada pelo transporte e deslocamento, que cria, entre os espaços ocupados, glebas livres, destituídas de uso e função. Uberaba obteve, nas últimas décadas, um crescimento e expansão nos seus arredores, criando espaços com lotes vagos e ociosos dentro da malha urbana. De acordo com essas novas sistematizações dos espaços que foram surgindo, produziu-se novos ambientes, nas áreas urbanas da cidade, o que serviu como apoio para este estudo. O tecido urbano uberabense tornou-se remodelado pelas interações sociais e, pelo transporte dos chamados "*bip's*" (bens, informações e pessoas). Temos também, como fator delimitador de ocupação urbana, o quesito financeiro e econômico que pode gerir preenchimento de áreas com características vantajosas perante outras áreas, como: localização, segurança, entre outros. Ao mesmo tempo, a região central da cidade vem sofrendo uma reestruturação espacial, com o isolamento de algumas áreas motivados pela especulação imobiliária, gerando espaços ociosos dentro da malha urbana da cidade. Uma das alternativas de instrumentos de políticas públicas para solucionar o problema de exclusão social, e ocupação de áreas mais centrais, foi a criação das ZEIS (zonas especiais de interesse social), que são espaços urbanos demarcados para construção de moradias populares em suas várias formas. Mesmo com a implantação das ZEIS, nem todas as pessoas de baixa renda conseguem ocupar esses lotes. O setor de habitação de alta renda, participa ativamente e fortemente na organização do espaço da cidade de Uberaba, no entanto, a organização da cidade também é motivada pelo tempo e deslocamentos das pessoas até seus destinos. Os destinos que servem como atrativos de pessoas podem formar fluxos de circulação e indicar setores de valorização espacial. Além do armazenamento e transporte dos *"bip's"*, podemos notar a alteração da estrutura urbana gerada pela segregação e pelo distanciamento socioespacial. Essas segregações formam fronteiras e barreiras urbanas, que podem ser preenchidas através de investimentos que possuam como subsídio elementos influenciadores dos espaços de fluxos (tecnologia, informação e economia). Com a inauguração do Parque Tecnológico na cidade na década de 90, podemos concluir o notável alcance do fluxo de dados e informações na organização e modelagem da paisagem urbana. A reconfiguração espacial altera e modifica a dinâmica do espaço, por meio dos novos usos e deslocamentos. Tais elementos de reconfiguração espacial estão presentes na cidade de Uberaba, principalmente na área destinada ao Parque Tecnológico, que serve como ponto de atração e potencializador de ocupação da área por investidores, estudantes e pesquisadores que utilizam o espaço para gerar conhecimento, empregos e tecnologias. Para a produção deste trabalho foram realizadas pesquisas em *sites*, documentos, bem como análises e comparativos de mapas obtidos na Prefeitura Municipal de Uberaba e de ferramentas como o Google Earth. Assim temos como resultado das análises,

a forte importância do Parque Tecnológico para ocupação do seu entorno, que atraiu moradores e investidores para o local. estudo foi dividido em dois tópicos, a seguir: O espaço de fluxos e a cidade de Uberaba e; O parque tecnológico como potencializador de ocupação urbana.

Palavras-chave: Espaço de Fluxos, Redes, Espaços Livres.

CICLOVIAS E SUAS INTERAÇÕES: A perspectiva etnográfica em Goiânia

Poliana Batista Rodrigues Lins, Karla Emmanuela Ribeiro Hora

O espaço urbano é constituído de várias interações, sejam elas sociais, institucionais ou econômicas. Portanto, o ambiente urbanizado possui relações diferentes entre seu uso e os usuários que se apropriam da cidade de formas distintas. As modificações no espaço urbano para incorporar outros meios de circulação nas cidades, como o sistema cicloviário, dinamizam a mobilidade urbana, ao mesmo tempo que promove a interação entre diferentes usuários do espaço público. Com a efetivação da Lei Federal de Mobilidade Urbana nº 12.587/12, que instituiu a obrigatoriedade na elaboração de planos de mobilidade aos municípios com mais de 20.000 habitantes, estabeleceu-se, dentre suas medidas, a atenção na qualidade da acessibilidade e da mobilidade urbana, na busca pela igualdade na circulação sustentável e na utilização do espaço público (BRASIL, 2012). Portanto, a incorporação da bicicleta no ambiente urbano, por ser um veículo sustentável, de fácil acesso e aquisição, não poluente e com ocupação espacial reduzida, propicia a diversidade na mobilidade urbana. Tornando-se uma alternativa positiva para a locomoção nas áreas centrais da cidade, visto que seus impactos no meio urbano são reduzidos, ao compará-la como o veículo individual. Entretanto, o sistema cicloviário não coexiste de forma isolada, sua interação se torna maior, por permear entre veículos e pedestres. Consequentemente, analisar as relações existentes no sistema cicloviário, auxilia no entendimento do espaço urbano e de como eles se agenciam. Consequentemente, por estarem situados neste espaço urbano, as ciclovias possuem uso e apropriação próprios. A indagação surge da necessidade de saber como identificar as relações atuantes em uma ciclovia urbana. Mediante esta observação, o presente artigo tem por objetivo analisar essas dinâmicas através do estudo etnográfico, favorecendo a compreensão das diferentes formas e ações atuantes no espaço público da cidade. Essa ocupação espacial evidencia as dinâmicas sociais existentes dentro da cidade e, é por meio desta leitura espacial que a etnografia opera, narrando as práticas atuantes nos espaços públicos, sendo possível, assim, conhecer um pouco dos usuários (ROCHA; ECKERT, 2013). Desta forma, é possível realizar uma leitura urbana dos seus distintos usuários e as relações existentes, ao longo da ciclovia da Avenida T-63, na cidade de Goiânia, verificando, também, de que forma ocorre a relação conflituosa entre ciclistas, pedestres e veículos nas centralidades urbanas. As centralidades urbanas revelam as problemáticas nas articulações do seu espaço, determinando seus usos, ocupações e utilizações, indicando a importância de planejamento e implementações que favoreçam a todos (CASTELLS, 1983). A ciclovia da Avenida T-63 possui um elo físico entre três setores da cidade, com relações de uso e apropriação discrepantes para cada trecho urbano que ela percorre. Segundo Serpa (2018), os espaços urbanos são interativos e não estáticos, ora se juntam, ora se separam, dependendo da relação que a população tem com o espaço que habita e vivencia. Sendo assim, as ciclovias urbanas evidenciam os contrastes do ambiente citadino. O estudo utilizou-se do referencial bibliográfico, documental e gráfico para a construção analítica do registro antropológico das relações existente no local, durante o período do ano de 2018. As incomuns imagens registradas ao longo da pesquisa permitiram uma reflexão na qual o espaço urbano destinado aos ciclistas apresentou um compartilhamento espacial dispare entre seus usuários. As interações documentadas pela etnografia de rua revelaram que nesta relação espacial, pedestres, ciclistas e veículos representam signos diferentes para cada uso do espaço viário das ciclovias.

Palavras-chave: Sistema Cicloviário, Etnografia, Dinâmicas Sociais.

AVALIAÇÃO DE CONFORTO TÉRMICO EM AMBIENTES DE ENSINO
Estudo de caso em uma sala de aula localizada em Goiânia-GO

Larissa Rodrigues Araújo, Emilly Faria de Meireles, Mônica Otero de Melo dos Reis, Loyde Vieira de Abreu-Harbich

A sensação de conforto térmico propiciada em uma edificação tem papel importante ao permitir bem-estar e condições adequadas para o desempenho das atividades de um usuário. Nesse contexto, o projeto arquitetônico define, desde sua fase de concepção, o desempenho da edificação em relação ao conforto de quem a habita. Isto é, a qualidade de determinada construção é projetada por seu arquiteto desde que este inicia seu trabalho, pois é função da arquitetura servir o homem e proporcionar conforto (FROTA et al, 2003).

Subtende-se que este conforto é necessário também nos ambientes escolares, que são ocupados grande parte do dia e onde as pessoas passam muito tempo de sua vida escolar. Isto se torna importante porque, como expõe Perillo et al (2017), a qualidade ambiental não depende apenas dos fatores físicos, mas também de fatores psicológicos e fisiológicos do usuário. Então, se muitas pessoas utilizam o lugar por longos períodos, deve atentar-se para a qualidade desses espaços com uma dedicação maior. Tudo isto pode influenciar no rendimento e disciplina do aluno, bem como na absorção do conteúdo ministrado em aula, uma vez que ambientes desagradáveis atuam negativamente no processo de aprendizagem, como afirmam Batiz et al. (2009), ao verificarem o comportamento da atenção e da memória de estudantes perante variações térmicas. Mencionam, ainda, que diversos estudos científicos relatam que o desconforto térmico pode diminuir a performance do aluno.

Desta forma, com o objetivo de avaliar as condições de conforto térmico interno de um ambiente escolar de nível superior, bem como a percepção de seus usuários em relação ao bem-estar sentido em tal espaço, realizou-se uma avaliação de pós-ocupação em uma sala de aula de um edifício escolar na Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia.

A premissa para a escolha da sala foi o fato de haver reclamações frequentes, por parte de diversos usuários do edifício, acerca de desconforto constante ao longo do ano no ambiente. O estudo partiu da aplicação de um questionário relativo à identificação do perfil dos usuários e à sensação térmica no ambiente, com análise de elementos como vestimentas, posição na sala, preferências e sensação térmica. No mesmo período, foi efetuada medição da temperatura do ar, da temperatura de globo e da umidade relativa do ar na sala. Em paralelo, foi realizado o monitoramento do comportamento térmico da sala por meio de datalogger durante um período de oito dias, registrando a temperatura e a umidade do ar a cada hora.

Verificou-se também as características da envoltória da edificação e suas influências sobre o conforto térmico. As paredes do edifício são de alvenaria com acabamento em reboco e pintura branca e a cobertura é em concreto armado, assim como a estrutura. As janelas são amplas, de vidro, voltadas para uma varanda e localizadas para a fachada sudeste. O prolongamento do beiral da varanda e da parede da fachada lateral, bem como a construção vizinha, que se estende para além do prédio da FAV, proporcionam sombreamento na parte frontal da sala. Por este motivo, observou-se como resultado inicial que os usuários se sentem um pouco mais confortáveis, em relação ao conforto térmico, posicionados nos lugares mais a frente, próximos à parede de projeção de imagens, onde não há incidência solar direta excessiva. Em oposição, 78% dos indivíduos que estão distribuídos no fundo da sala sentem-se desconfortáveis.

A umidade relativa do ar detectada foi muito baixa, principalmente nos primeiros dias do período levantado, aumentando um pouco, devido à precipitação, no final do período da semana monitorada. Apesar deste aumento, percebe-se que os períodos em que a temperatura se encontra na

faixa de conforto são mínimos. Verificou-se também no espaço analisado, por meio de observações in loco, uma insatisfação dos usuários devido ao comportamento que demonstravam. Os alunos, durante a aula, manifestavam desconforto, devido ao aumento continuado da carga térmica no local, com saídas frequentes da sala, sonolência e desconcentração. Pode-se considerar, então, que o desempenho térmico da sala é insatisfatório e, desta forma, afeta de maneira negativa o aprendizado dos alunos.

A partir do estudo feito, reforça-se a relevância de um ambiente escolar agradável termicamente e que proporcione bem-estar. Corroborados pelos resultados apresentados na avaliação de pós-ocupação da sala de aula, conclui-se a necessidade de buscar alternativas para a melhoria de suas condições de conforto térmico, que resultem no aumento do rendimento acadêmico dos usuários. Destaca-se também a importância de que seja realizada a análise do entorno imediato desde a etapa de projeto das edificações, concomitantemente com a adoção de estratégias passivas que favoreçam o conforto térmico, condicionando favoravelmente os ambientes internos por meio de qualidades arquitetônicas.

Palavras-chave: Avaliação de pós-ocupação, Conforto térmico, Percepção dos usuários, Ambiente escolar.

A INVENÇÃO COTIDIANA NOS PROCESSOS DE PROJETO: sobre Certeau e a arquitetura

SILVA, Polyana Rodrigues Franco, LIMA, Fábio Ferreira

"A invenção do cotidiano", obra do filósofo e historiador francês Michel de Certeau, revela um estudo das práticas comuns realizadas pelo indivíduo dentro do processo de interação social. Para o autor, pode-se compreender o ser, através de práticas cotidianas como ler, conversar, habitar e cozinhar. Com isso, este artigo discute a relação existente entre algumas das lógicas que movem os fazeres cotidianos, expressas na obra de Certeau e os processos de projeto em arquitetura e urbanismo. Parte-se do pressuposto de que vários dos conceitos utilizados na pesquisa do filósofo, permitem esclarecer aspectos intrínsecos ao ato da projetação e do exercício profissional do arquiteto e urbanista, elucidando-os. Inicialmente apresenta-se uma conceituação dos "processos de projeto" e como estes se estruturam, sem, entretanto, aprofundar nesse debate. A *posteriori*, evidencia-se as relações entre esses processos e os estudos de Certeau. É válido ressaltar que, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, um contexto de busca pela racionalização e pela construção de um método, fomentou o desenvolvimento de estudos acerca dos "processos de projeto" e, consequentemente, sobre metodologias de projeto. No que diz respeito à arquitetura e seus processos, o advento da informática, fortaleceu a ideia de um maior controle dos procedimentos, das etapas de projetos e possibilitaram tanto soluções mais assertivas, quanto um posicionamento mais mecânico/tecnicista. Esse é o primeiro aspecto analisado nesse artigo, visto que pela ótica de Certeau, há uma insuficiência do método. Essa discussão, contudo, não faz com que se desconsidere as potencialidades que a abordagem metodológica pode trazer ao campo da arquitetura, pelo contrário, fomenta um debate sobre o papel do indivíduo, da coletividade e da lógica dos seus saberes cotidianos diante de um contexto que, comumente, o ignora. Fatores como a suposta passividade e disciplina das "operações dos usuários" na sociedade, são questionadas pelo filósofo francês e, podem de igual maneira, ter rebatimento no que concerne aos processos de projeto. Sobre isso, observa-se que, na tentativa "reguladora do espaço", arquitetos e urbanistas, frequentemente, submetem o usuário/cliente às suas imposições, criando uma rigidez no uso do espaço projetado, que desconsidera um cotidiano que, segundo Certeau (1994, p.38) "se inventa com mil maneiras de caça não autorizada". Em outras palavras, os "modos de agir" dos diferentes agentes na sociedade, que para a arquitetura (usuário, projetista, empreiteiro, pedreiro, etc.), interferem na concepção de um projeto ou na materialização do mesmo, estão sempre presentes. E, vão de encontro com a rigidez na qual o projeto é elaborado, enfraquecendo essa ideia de controle. Ao tecer esse paralelo entre o individuo (para a arquitetura, o usuário) e o uso que estes fazem dos "objetos sociais", Certeau disserta ainda sobre a manipulação das representações sociais pela sociedade, e afirma a existência dessa relação quanto ao uso do espaço urbano. Ou melhor dizendo, reforça a importância de uma constante discussão acerca do tema. Esse texto apresenta também outros conceitos de sua pesquisa que, facilmente, são passiveis de analogia, tais como: reapropriação, experimentação, antidisciplina, estratégica e tática. As duas ultimas, ganham maior destaque nesse artigo, porque evidenciam forças distintas que, sob uma nova ótica – a do filósofo francês, representam o constante embate que ocorre na prática do fazer arquitetônico. Nesse interim, a arquitetura e o urbanismo, que se propõe a organizar e pensar espaços, voltado para as necessidades humanas, incorre também em questões paradoxais. Por fim, salienta a ligação entre os processos novos e convencionais com as práticas cotidianas.

Palavras-chave: A invenção do cotidiano, Processos de Projeto, Michel de Certeau.

AVALIAÇÃO DO CONFORTO TÉRMICO DA SALA 21 LOCALIZADA NA FACULDADE DE ARTES VISUAIS - UFG

Marília Guimarães Rodrigues, Renata Guimarães Figuerêdo, Eron Francisco Telka Gonçalves, Eliana Cristine Mueller, Dra. Loyde Vieira de Abreu-Harbich

O uso da energia está estreitamente ligado à adequação do clima, podendo ser evitado ou reduzido o condicionamento artificial do ar para se obter a temperatura de conforto. A avaliação do conforto térmico é um processo que envolve muitos dados, influenciando nos aspectos físicos e fisiológicos. Segundo a norma NBR 16401 (2008), a temperatura de conforto recomendavél é entre 23 a 25 para salas de aula. Adequar a arquitetura ao clima de um determinado local significa construir espaços que provejam ao homem condições de conforto. À arquitetura cabe, tanto amenizar as sensações de desconforto impostas por climas muito rígidos, tais como os de excessivo calor, frio ou ventos, como também propiciar ambientes que sejam, no mínimo, tão confortáveis como os espaços ao ar livre em clima amenos (FROTA, 2003, p.53). A importância desse estudo é a de avaliar as condições térmicas do laboratório de conforto da FAV – Faculdade de Artes Visuais da UFG, sala 21 e sua relação com o conforto dos usuários, visto que todos os seres humanos apresentam respostas comportamentais e fisiológicas às variações térmicas ambientais, para depois apresentar e analisar a situação atual do ambiente e assim propor alternativas arquitetônicas que contribuam para um melhor conforto térmico. Para cumprir com o objetivo proposto na pesquisa, o trabalho foi dividido em seis etapas: Etapa 1 - Foi realizado um estudo a partir de um referêncial teórico sobre os diferentes fatores que influenciam o conforto térmico do ser humano. Etapa 2 - Foram estudados diferentes modelos de avaliação do conforto térmico que existem, levando em consideração as variáveis e fatores examinados para avaliar essa importante condição que afeta, mais especificamente, os estudantes universitários em sala de aula. Para isso, foi aplicado um questionário aos alunos que utilizaram a sala durante o período de estudo e foram utilizados dois equipamentos que avaliam a temperatura do ar, velocidade e umidade relativa, nos dias que foram aplicados os questionários, são eles: termômetro de globo negro e data logger . Etapa 3 - Foi feito o levantamento de dados climáticos internos da sala através da utilização de equipamentos que medem a temperatura do ar durante um período de 9 dias. Posteriormente foi possível analisar os dados apresentados e apontar se a sala responde ao conforto térmico mínimo estipulado pela Norma 16.401. Etapa 4 - Após a coleta dos dados, foram feitos gráficos, por meio dos quais foi possível analisar os dias de maior e menor temperatura dentro da sala de aula devido às condições de clima externas. Etapa 5 - Após a análise de dados, obtiveram-se conclusões sobre o nível de conforto térmico na sala de aula durante o período de funcionamento do edifício. Foi analisado, também, como a mesma reage durante o período noturno, observando que o calor externo influencia o ambiente internamente. Etapa 6 - Nesta etapa, foram pensadas soluções para que a temperatura da sala atenda aos parâmetros pré-definidos por norma. Com isso, foram feitas diretrizes/soluções para que a mesma possa atingir melhor temperatura de conforto, com o mínimo de utilização de ar condicionado. Na segunda etapa foram entrevistados um total de 17 usuários, pertencentes a duas turmas, uma composta por 8 alunos do período matutino, momento em que o ar condicionado não se encontrava ligado e uma outra composta por 9 alunos, no período vespertino, com o ar condicionado em funcionamento. A aplicação do questionário trouxe importantes dados que se relacionam com a questão do conforto térmico, apresentados em gráficos para melhor exposição e compreensão dos dados. No levantamento realizado no período matutino, a temperatura do ar na sala, sem a utilização de ar condicionado, era de 25,9º e a Umidade Relativa de 34,7%. Nestas condições, 67% dos entrevistados consideraram o ambiente pouco confortável e somente 33% classificaram a sala como confortável. No entanto, nenhum usuário considerou essa sala desconfortável. Com relação ao gênero e a vestimenta de cada entrevistado, observa-se que não há um padrão específico, visto que os dois únicos homens entrevistados, os quais se encontravam com um

mesmo fator CLO de 0,57, um se sentia confortável e o outro desconfortável. A mesma discordância é notória nas respostas do sexo feminino. Já no levantamento feito no período vespertino, a temperatura do ar na sala, com o ar condicionado em funcionamento, era de 26,2º e a Umidade Relativa de 25,2%. Nestas condições, 75% dos entrevistados consideraram o ambiente confortável e somente 25% classificaram a sala como desconfortável. Com relação ao gênero e a vestimenta de cada entrevistado, observa-se que apesar da grande variação do fator CLO do público feminino, todas se sentiam confortável e somente o único usuário masculino se sentia desconfortável. Considerando a temperatura de conforto recomendável pela NBR 16401 (2008), entre 23º a 25º para salas de aula, nota-se que o ambiente avaliado permaneceu grande parte do período fora desta faixa de conforto, exceto nos últimos 3 dias, quando a temperatura externa foi mais amena e a umidade relativa ultrapassou os 40%. Observa-se que a temperatura interna do ambiente oscilou consideravelmente durante todo o período diurno e que apesar da maioria (53%) dos usuários ter considerado o ambiente confortável, a sala de aula se manteve, em grande parte do período avaliado, fora da faixa de conforto térmico recomendável pela NBR16401, entre 23º a 25º. Outra importante constatação é que a partir do final da tarde até à meia-noite a sala continua com sua temperatura em situação de elevação. Nota-se assim, que a implantação de um sistema de resfriamento noturno poderia melhorar a qualidade térmica deste espaço, tanto para o período noturno, quanto para o período matutino consecutivamente.

Palavras-chave: Conforto Térmico, Comportamento Térmico, Variáveis de Desempenho.

REFLEXÕES SOBRE OS ATUAIS PROCESSOS DE PROJETO

Fábio Lima

Vivemos um momento de transformações profundas (tecnológicas, estéticas, ontológicas), onde subsiste o enfrentamento de novas demandas trazidas pela sociedade, em paralelo ao uso das novas tecnologias (computadores, mídias digitais, internet). Nesse momento turbulento, presencia-se uma sociedade de rumos pouco previsíveis, alterando frequentemente o modo de compreender e dar significado às coisas, modificando muitas dinâmicas da vida. Não apenas uma crise social e financeira está deflagrada, mas um futuro cada vez mais obscuro que parece não permitir muita assertividade às coisas. Torna-se cada vez mais evidente que certos modos de produção não são nada estáveis e os processos requeridos devem vir com diversas flexibilidades, capazes de serem ajustados no decorrer dessas mudanças. O desenvolvimento que se requer em inovação e pesquisa parece estar aliado às novas tecnologias e que, por outro lado, em certos momentos parecem não dar garantias de algo promissor, já que representam raciocínios humanos equivocados sob o aspecto das linguagens formais (computacionais). A humanização das tecnologias (ou suas aberturas às mais diversas contribuições por um público altamente heterogêneo) pode representar algum avanço, mas não deve ser a única alternativa a ser pensada. Esse momento complexo parece culminar num panorama impreciso de tudo o que pode vir a ser o futuro próximo. E assim, os modos de produção arquitetônica e urbanística se alteram bastante, entremeio às necessidades cada vez mais díspares e complexas. Ao que tudo indica pela extensa literatura existente, a criação dos métodos de projeto desde seus inícios notadamente ocorre pelos mesmos motivos dessa atualidade: a crescente complexidade que os tornam uma experiência única. É consenso na literatura que aquilo que encerra muitos elementos e partes interdependentes e mutuamente influenciáveis com a probabilidade de várias soluções, requer um método de projeto (CROSS, 1984; BROADBENT, 1971; LAWSON, 2011; ALEXANDER, 1971; ASIMOW, 1968). O método não representa a infalibilidade do desenvolvimento do objeto em questão, mas uma determinada condução capaz de lidar com dificuldades antevistas e outras não previstas. Christopher Alexander, um dos pioneiros dos métodos de projeto, menciona o fato de haver em certas ocasiões um número tão extenso de situações conflitantes que resultam assim em níveis impossíveis de serem absorvidos pelo intelecto humano. Por essa mesma razão é que os métodos de projeto, desde seus primórdios, envolveram profissionais de diferentes áreas do conhecimento: matemática, engenharia mecânica e de produção, ciência da informação, psicologia e ergonomia, design industrial, dentre outras. Os métodos de projeto possuem um histórico relativamente recente e, por estarem presentes em diferentes campos e áreas, tomam de empréstimo outras abordagens pertinentes (JONES, 1992). Assim os métodos de projeto podem ser considerados como estratégias que envolvem aspectos da criação, planejamento, gestão, conforme a caracterização da natureza dos problemas a solucionar (KOWALTOWSKI, 2011). Por conta desses tantos fatores a serem ponderados, parece não ser suficiente apenas a utilização de estratégias convencionais e, cada vez mais novas abordagens vem sendo desenvolvidas. Pensados por inúmeros autores ao longo dos anos, por conta da amplitude do tema, esses debates ainda não cessaram e diferentes questões ainda podem ser conduzidas (novas análises, comparações, princípios de caráter experimental, leituras advindas de outras áreas, novas interpretações da realidade, etc.). Assim, dentro dessa perspectiva de contínua transformação propiciada pela contaminação das mídias surgem exemplos muito diversos. Que abordagens, técnicas e experiências singulares tem sido desenvolvidos os atuais processos de projeto e quais ferramentas conceituais e teorias os amparam? Dentro desse cenário em contínua formação surgem exemplos muito diversos, elucidando conceitos muitas vezes possíveis de serem realizados em linguagens computacionais. Os trabalhos foram localizados em websites de arquitetura (*AD Architectural Design*, *Arch Daily, eVolo*, *Dezeen*, *Arch2O*, *Designboom*, *Uncube Magazine*, *Archi Central*, *Architecture News Plus*, *Floornature*, *My Modern Met*, *Inhabitat*), e também nos websites dos seus autores. Essas revistas

apresentam trabalhos ligados às novas tecnologias e referenciam constantemente esse cenário digital, significando assim progressos nas soluções espaciais. Outras discussões complementares serão referenciadas por KOLAREVIC (2003), OXMAN, (2008), PICON (2013), TERZIDIS (2006) e ZELLNER (1999). Além disso, LÉVY (1993, 1997), MOLES (1990) e MACHADO (2000) proporcionam também aberturas a debates multidisciplinares. Tanto as revistas digitais quanto esses autores contribuem indiscutivelmente para questões atuais, problematizando determinadas soluções e criando condições de perceber como uma parte da produção contemporânea se utiliza do computador como parte essencial dos processos de projeto. Vários problemas de construção geométrica são superados, tanto no seu aspecto visual (do ponto de vista exequível e prático), quanto das suas relações algébricas (muitas vezes considerado teórico, por estar associado ao algoritmo em formulação). Nas abordagens da sintaxe, ainda que as unidades elementares do ponto, reta e plano sejam essenciais e reconhecidas nas propriedades descobertas no passado, podem ser reportadas noutras categorias racionais. Os softwares não apenas permitem explorar conjunturas espaciais, mas aprofundar nos processos possíveis de estruturação física, orientando subdivisões de unidades e criação de sistemas interligados. Por outro lado, com o uso dos computadores, a partir das unidades geométricas elementares são lançadas diversas associações reconfigurando seus grupos e conduzindo também a objetos pouco plausíveis. Ao que tudo indica teoricamente confirmado nas teorias da sintaxe, é praticamente impossível esgotar o universo das formas espaciais. E desse modo, há sempre alguma nova possibilidade a ser desenvolvida.

Palavras-chave: Processos de Projeto, Linguagem digital, Tecnologias computacionais.

MUTIRÕES DE BIOCONSTRUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS MTST EM BRASÍLIA: Uma opção de ascensão social pela construção colaborativa de moradias

Alice Maria de Oliveira

Brasília, conhecida mundialmente por ser a capital criada a partir de um planejamento modernista, tem encenado um novo contexto que chama a atenção para suas bordas. Para além do Plano Piloto de Lúcio Costa, estão os bairros periféricos, conhecidos como cidades satélites, onde encontra-se um movimento considerável de luta por moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que tem feito suas casas de forma coletiva e acessível, através de mutirões autogeridos utilizando técnicas de bioconstrução. O projeto deu início à construção de uma das casas das 109 famílias sem teto, que lutavam pelo direito à moradia nos últimos anos. Contudo, a maioria das famílias não detinham de recursos para contratar mão de obra especializada e nem para a compra de materiais para a construção. Partindo desse pressuposto, estas optaram por fazer um mutirão utilizando de materiais locais, a partir de uma campanha de arrecadação de fundos. A primeira casa do assentamento escolhida para dar início ao mutirão foi da trabalhadora sem teto, dona Alzerita, de 54 anos. Este mutirão de bioconstrução foi o primeiro ligado à luta por moradia em Brasília, em 2017, bioconstruída por mais de 100 mãos, em um ato coletivo e voluntário que durou aproximadamente 2 semanas, influenciando outros assentamentos de MTST à articularem mutirões autogeridos de casas ecológicas no entorno de Brasília. A organização dessa primeira ação coletiva de mutirão de bioconstrução em Ceilândia foi efetivada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de Brasília, juntamente à Universidade de Permacultura de Alpestre – RS (UniPermacultura), a Fazenda Bella Agroecologia - DF, Setorial Ecossocialista e Banco de Tempo de Brasília (SENDYK, 2017). Dentre diversos outros voluntários, que, movidos pela solidariedade, se dedicaram por vários dias a erguerem, conjuntamente, a casa de Dona Alzerita.

A bioconstrução, por se utilizar de recursos naturais presentes no próprio local da obra, tem grande potencialidade como alternativa construtiva, econômica e ambientalmente sustentável. No caso do Brasil, de acordo com CJ (2018), com algumas exceções das regiões amazônicas, o recurso local mais abundante e propício para se construir é a terra, que pode ser retirada do solo do próprio terreno ou proximidades. Tendo a construção natural como ponto de partida, os principais materiais construtivos utilizados no mutirão de Ceilândia, foram adquiridos majoritariamente no próprio local, como a terra, retirada da própria fundação e o bambu, doado por moradores de áreas rurais vizinhas. As técnicas utilizadas foram superadobe e pneus reaproveitados para a fundação, taipa (bambu-a-pique) para as vedações, reboco, tinta e piso ecológicos. Estas técnicas se tornam uma boa alternativa para mutirões autogeridos, justamente por serem de fácil aprendizagem, haja vista que, geralmente, os mutirões não são formados apenas por pessoas que detêm de conhecimentos de práticas construtivas, permitindo assim, serem intituladas de técnicas de autoconstrução.

Assim, a partir das práticas autônomas de construção de casas ecológicas por meio da bioconstrução, identifica-se, ainda, a possibilidade de inserção de práticas permaculturais, que estão intrinsicamente ligadas a ideologia de práticas sustentáveis para assentamentos humanos. Contudo, a autora Letícia Prudente (2007), aponta a permacultura como uma prática eco-sócio-ambiental ligada aos Movimentos de Trabalhadores Sem Teto (MST), vejamos:

> O movimento da Permacultura vem crescendo rapidamente, desde os anos 70, através de várias organizações que estão difundindo e aplicando técnicas inovadoras, principalmente, para a recuperação de áreas degradadas, gerando o uso sustentável da terra e o fortalecimento de comunidades socialmente

> marginalizadas. Esse movimento, em alguns países, se articula com movimentos sociais que buscam resolver a demanda de terra para a agricultura e para a moradia. No caso do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) possui uma relação com o movimento da Permacultura através de institutos distribuídos em diversas biorregiões do país. Nessa relação ocorre a troca de informações e a aplicação de técnicas mais ecológicas (PRUDENTE, 2007, p. 1166).

Sendo assim, em seu artigo *Permacultura, uma prática eco-sócio-ambiental: centro de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Rio Grande do Sul,* Prudente (2007), busca o entendimento de que a permacultura surge como uma via de acesso às tecnologias apropriadas e/ou sustentáveis, à disposição dos movimentos sociais, que já possuem diversos saberes populares a serem resgatados e valorizados.

Ademais, a bioconstrução é um instrumento da permacultura, no que diz respeito à construção de moradia e na aplicação de tecnologias para a geração do menor impacto ambiental em comunidades humanas (VIEIRA, 2015). As práticas permaculturais buscam a integração das construções com o seu ambiente, considerando o máximo de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis no local, procurando causar o mínimo de impacto ambiental possível. Assim, a permacultura,

> (...) é o resgate das técnicas ancestrais de sobrevivência, onde os produtores plantam sua comida e constroem não buscando lucro, mas sim suprir suas necessidades básicas, respeitando a natureza e tentando causar o menor impacto possível, passando por conceitos do pensamento ecológico e politicas agroecológicas. E é nesse contexto que entra a Bioconstrução, uma tecnologia ancestral que é usada para tentar garantir um equilíbrio do homem com a natureza (VIEIRA, 2015, p. 16).

No entanto, os conceitos abrangidos pela permacultura (*cultura da permanência*), vão de total encontro a um ideário de comunidade sustentável dentro do contexto urbano. Neste cenário, estas casas bioconstruídas podem contribuir para a conscientização da formação de uma rede de assentamentos humanos sustentáveis pautados em alguns princípios da permacultura urbana como, cuidar da terra, não poluir, cultivar alimentos saudáveis, captar e usar a água de forma responsável, construir se inserindo na paisagem, preferir o uso de energia renovável de fonte limpa, fomentar o comércio justo e solidário, entre outras ações socioambientais resilientes (NEME, 2014).

Conclui-se então, que a simples iniciativa coletiva de construir a casa da dona Alzerita com materiais locais, por meio de mutirão autogerido, foi o pontapé inicial para diversas outras ações ecológicas que ocorrerão e que já estão ocorrendo no entorno de Brasília.

Palavras-chave: Mutirão de bioconstrução, Autogestão, Tecnologias sustentáveis e Permacultura.

REDE CONECTORA RIBEIRA-ROCAS: Projeto Urbano-Paisagístico Manzuá

Bruna Pacini Vieira, Raisa Rodrigues dos Santos

O projeto Manzuá, desenvolvido na disciplina Projeto Integrado 5 no 7º período no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, consiste em uma intervenção urbano-paisagística em uma área linear com cerca de 24ha que tem como eixo principal a Av. Duque de Caxias, abrangendo uma parcela dos bairros Ribeira e Rocas, Natal/RN.

O universo de estudo se localiza no centro histórico da cidade, próximo a poligonal de tombamento, que se apresenta como uma área potencial a intervir, segundo Vargas e Castinho (2006), por seu lugar na identidade e a referência de seus cidadãos e visitantes, e por abrigar atividades e bens e serviços de consumo coletivo diversificados, bem como excelente oferta de infrestrutura. Com intenção de estimular a conexão entre os bairros, de modo a contrapor a homogeneidade e buscar a complementação mútua, potencializa-se o caráter dos bairros limítrofes. A área contida no bairro das Rocas possui um núcleo residencial consolidado, onde é visível a apropriação do espaço público pela população residente, e possui equipamentos básicos (hospitais, padarias), porém é carente de infraestrutura. A Ribeira, por sua vez, reúne grande concentração de atividades institucionais e espaços livres públicos subutilizados, carente da vitalidade urbana. Dessa forma, tem-se como objeto de estudo a promoção da urbanidade e fortalecimento da conexão dos espaços livres públicos no recorte analisado.

Para o desenvolvimento do projeto, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: análise espacial (morfológica) compreendendo os aspectos históricos e da evolução do crescimento dos bairros implicados; análise do traçado e da estrutura fundiária, com ênfase na lógica geométrica e nas articulações dos diferentes territórios; análise das condições ambientais do lugar; análise da qualidade da paisagem; análise da infraestrutura, do sistema socioeconômico e das condições de vulnerabilidade; análise dos estudos, projetos, planos urbanísticos e instrumentos de gestão urbana implantados e/ou previstos vigentes relacionados ao recorte. De forma complementar e transversal destacou-se a articulação dos espaços livres públicos existentes, definido por Magnoli (2006) como "todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso)", identificados pelas Praça Augusto Severo, Praça Capitão José da Penha, Praça Irmã Vitória, Praça Pôr do Sol, Av. Duque de Caixas e seu canteiro central, e o Rio Potengi, além da criação de propostas estimuladoras da vitalidade urbana (GEHL, 2014).

Após a análise, atestou-se a segregação socioespacial dos dois bairros, propondo, assim, reafirmar a avenida Duque de Caxias como eixo de conectividade entre os bairros da Ribeira e Rocas afim de promover uma maior articulação entre as atividades institucionais e residenciais que ali se desenvolvem, por meio de estratégias de caminhabilidade, proteção ambiental e reabilitação do centro histórico.

Tem-se, então, como diretrizes projetuais: 1) Conectar e estimular o uso dos espaços livres públicos por meio da requalificação de praças, ruas, canteiros e do Rio Potengi, tornando-os mais atrativos, reforçando a preservação ambiental; 2) Reestruturar a dinâmica viária, aproveitando a infraestrutura existente, ressignificando-a para as novas necessidades e melhorias no desenho e na funcionalidade do eixo; 3) Articular os usos consolidados nos dois bairros de modo que se complementem, estimulando a inserção de tipologias edilícias com incentivo às com fachadas ativas, promovendo a atração e permanência da população residente; 4) Integrar os modais existentes (ferroviário, rodoviário e peatonal), priorizando aqueles de transporte público, e inserir infraestrutura voltada para o modal cicloviário, bem como melhorar e priorizar a experiência do pedestre.

Essas diretrizes se rebatem no projeto por meio da criação de um eixo formado pelo canteiro central da Av. Duque de Caxias, sendo a "coluna vertebral" das quatro praças, contribuindo juntamente

com a revitalização viária e das praças para a conexão dos espaços livres públicos. Ao canteiro central da via adiciona-se uma linguagem que varia ao longo de sua extensão, considerando a parte arborizada em sua parcela à sul e com uma região árida à norte, que será transformada por meio da reabertura de um canal fluvial, afim de fortalecer os laços da população com a água tão presente em seu entorno, com destaque para o Rio Potengi. As alterações viárias na Av. Duque de Caxias, por sua vez, procuraram intervir o mínimo possível na estrutura já existente, focando na reordenação do fluxo, por meio da criação de um binário e da inserção da faixa semi-exclusiva de ônibus. Além de manter suas dimensões, o canteiro central passa por uma remodelação, contendo, agora, ciclovia, faixas de vegetação com biovaletas e canal fluvial intercaladas com o mobiliário, e um largo passeio, abrigando paradas de ônibus. Ademais, propôs-se, baseado em estudos anteriores – PRAC Ribeira (2008) –, um plano de drenagem para combater as inundações recorrentes na área, tendo como ações a implantação de um reservatório de acumulação das águas pluviais localizado na Praça Augusto Severo, combinados com a instalação de sistemas de bombeamento capazes de promover a transferência das águas pluviais e lançamento no Rio Potengi; serviços de manutenção do sistema, englobando a rede de galerias e as bocas de lobo; implantação de biovaletas no canteiro central da Av. Duque de Caxias; e a desobstrução da rede de galerias.

Como forma de viabilizar o projeto e aproveitar o ensejo do processo de Revisão do Plano Diretor de Natal em andamento, sugere-se a edição de uma Operação Urbana Consorciada nos termos determinados pelo Plano Diretor do município (Natal, 2007) e no Estatuto da Cidade, normatizado pela Lei n° 10.257/2001, a fim de promover a integração entre as esferas pública e privada por meio de distintas ferramentas de gestão, tais como: desonerações fiscais gradativas por tempo de contrato, de modo que o investidor tenha vantagens em cuidar do patrimônio público por um maior período; densidade escalonada a partir da criação de faixas com gradação do potencial construtivo, de modo que ela diminua ao passo em que se aproxima da área de tombamento; estímulos de fachadas ativas; e para fins de mobilização de recursos, propõe-se que, a partir da verticalização em lotes já ocupados na Rua Almino Afonso, o investidor deve converter o valor de 5% da área do lote para melhorias na área de intervenção do instrumento.

Palavras-chave: Conexão, Espaços Livres, Vitalidade Urbana.

SETOR PEDRO LUDOVICO: criminalidade e vulnerabilidade espacial e a correlação entre os Parques Areião e Jardim Botânico

Thiago Barbosa Queiroz, Luiza Amaral Daher, Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Luana Miranda Esper Kallas

O bairro Macambira foi fundado em 1950, logo após recebe o nome de Setor Pedro Ludovico, em homenagem ao fundador de Goiânia. O principal objetivo foi abrigar as pessoas que vinham de outras regiões do país e não tinham condições financeiras de morar em Campinas ou no Centro da cidade (RMTC, 2013). No bairro existem dois parques, Parque Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira, localizado na região mais baixa e próximo as áreas de invasão, o Parque Areião, localizado no ponto mais alto do bairro e faz divisa com bairros nobres da cidade. Nos dias atuais os parques possuem realidades bem distintas, com o público mais carente utilizando o Jardim Botânico e os mais abastados o Parque Areião.

A análise privilegia a criminalidade e a vulnerabilidade espacial, definindo um tema presente nos dois parques, de Goiânia, cidade que se encontra localizada na região Centro Oeste do Brasil. Em 2007 foi instituído o (PRONASCI) Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Lei nº 11530 estabelecida no Brasil, face à necessidade de institucionalização de um novo instrumento capaz de responder de modo mais amplo e contemporâneo à realidade catastrófica de falta de segurança no país.

O artigo tem como objetivo levantar os principais fatores que colaboram para que a criminalidade ocorra nos parques do bairro, quais as soluções podem ser eficazes a curto, médio e longo prazo, buscando anular ou diminuir a sensação de insegurança e o ato de criminalidade nesses locais.
A ocorrência de crimes de roubo no Jardim Botânico vem provocando a evasão dos moradores do local e consequentemente diminuindo a vitalidade urbana. A falta de segurança e as condições espaciais são pontos de análise determinantes para que se tenha a correta compreensão dos delitos que ocorrem no local.

Fundación Paz Ciudadana (2003), por um lado, retrata a segurança, entendida como sinônimo de certeza de estar em um lugar seguro, por outro lado, estar em um local ausente de risco ou ameaça. Alguns usuários decidem usufruir do Jardim Botânico apenas em alguns momentos diurnos, outros que caracterizam o local como totalmente inseguro preferem não utilizar, com isso se faz necessário apresentar objetivos para a construção do espaço público de qualidade, promovendo a vivência; a identidade e o controle; o acesso à oportunidade, imaginação e distração; a autenticidade e significado; a vida pública e comunitária; a autoconfiança urbana; e o bom ambiente para todos (JACOBS, 2001). Portanto para compreender o que agrada e chama atenção dos usuários dos parques foi necessário interpretar o espaço público pela segurança e relacioná-lo com o contexto urbano.

Compilando os dados levantados nas entrevistas realizadas *in loco*, se chegou ao quantitativo elevado de usuários insatisfeitos com as questões de segurança do Jardim Botânico, onde o temor e o índice de roubos são mais intensificados, já no Parque Areião o índice de roubo é expressamente menor e o temor de estar ou passar pelo local é nulo.

Para Michel Foucault (2008), não há um único mecanismo determinante, mas, sim, situações em que os edifícios se comunicam interagindo com o entorno, promovendo assim mecanismos de segurança. Um dos pontos críticos do Jardim Botânico se refere à dificuldade de relação do entorno com o parque, em uma localização centralizada e valorizada, Região Sul, porém com vários muros altos e habitações isoladas como acontecem nos bairros mais periféricos da cidade. Jeff Speck (2016) trata de caminhos que promovem maior comunicação e utilização dos espaços públicos, e apresenta ainda a relação de usos mistos, com diversidade de classes sociais utilizando o mesmo espaço, ponto que torna os lugares mais seguros, nesse sentido o uso de fachadas vivas contribuiria para a vitalidade urbana.

Contudo se faz necessário analisar os espaços urbanos do entorno com a proposta de identificar as condicionantes que promovem insegurança e a evasão da população local. É importante que haja informação sobre como um parque pode ser benéfico para que a população possa cobrar as coisas certas (GEHL, 2015).

No primeiro momento a pesquisa foi dedicada ao levantamento de bibliografias pertinentes aos espaços urbanos dos parques, suas evoluções e transformações. Como consequência se fizeram necessários estudos sobre a criminalidade e como ela reflete no comportamento dos parques. A partir de então foi possível realizar análises do objeto de estudo com devido embasamento. Para tanto, a história do lugar foi devidamente esmiuçada para assimilar os processos e acontecimentos sofridos, buscando esclarecer os motivos e as razões da realidade em que se encontram atualmente. Foram utilizadas ferramentas de desenho, fotografias e pesquisa de campo para se produzir um material esclarecedor. Depois de compreender e vivenciar a real situação em que os espaços se encontram, buscamos em contextos semelhantes estudos de caso para enriquecer o processo de entendimento, criando comparações e repertórios distintos. Com todo o material de pesquisa em mãos, foi produzido um diagnóstico da área onde surgiram propostas de possíveis práticas urbanísticas e de planejamento urbano para o local.

O estudo foi desenvolvido em setembro e outubro de 2018, os dados obtidos a partir das pesquisas realizadas permitiram chegar ao objetivo almejado, identificando que são diversas as causas e os efeitos da violência e da criminalidade no bairro e nos parques, visto que se trata de um tema amplo e complexo, afetando drasticamente a vida dos cidadãos pela imposição de fortes restrições econômicas, sociais e informativas, além de causar uma sensação de temor e insegurança, principalmente no Jardim Botânico. No Parque Areião os problemas sociais são minimizados e a segurança de fato é mais efetiva, isso ocorre principalmente pelo uso e apropriação dos espaços por parte dos cidadãos, estes que também são instrumentos de segurança, fazendo o papel de vigilantes naturais, onde são os olhos e ouvidos das ruas.

Palavras-chave: Setor Pedro Ludovico, Parques urbanos, Violência urbana, Espaços seguros.

MOBILIDADE URBANA E EQUIDADE SOCIAL: Uma análise sobre os fluxos, segregação e políticas públicas recém implantadas em Uberaba-MG

Fúlvia Maria Mendes, Tatiana Matucita Fabiani

A presente análise busca investigar os padrões de mobilidade urbana adotados ao longo dos anos em Uberaba-MG, com enfoque nas últimas políticas públicas implementadas a partir do ano de 2015. O planejamento de mobilidade urbana deste município é espelho da maioria das cidades brasileiras que foram destinadas aos automóveis, perdendo de vista, muitas vezes, a escala humana, propiciando uma cultura local defensora da priorização de vias para os carros. Dentre os conceitos de mobilidade urbana, pode-se citar os deslocamentos diários de pessoas no ambiente urbano, independentemente do tipo de transporte que estas optarem. Teoricamente, deveria haver suporte integrado para tais locomoções com possibilidades de escolha, mas sabe-se que a realidade é distinta. Anteriormente à popularização dos veículos motorizados, a maior parte das pessoas andavam a pé, com exceção da classe alta, que sempre obteve meios para facilitar o deslocamento, como o uso de tração animal. O período atual, reflexo da intensificação do processo evolutivo de urbanização, principalmente após a Revolução Industrial, sofreu diversas mudanças, o que descaracterizou o modelo de se pensar as cidades para suprir o paradigma de alta produção impostas sobre estas. O controle do homem para com o ambiente natural e biológico, interferiu nas transformações urbanas e a mobilidade foi um dos principais fatores que resultou na alteração da paisagem urbana e a percepção humana, perdendo-se o equilíbrio do cenário provenientes das cidades clássicas, que possuíam valores harmoniosos, nas quais reconheciam o ambiente natural, respeitando a proporção da escala humana. O caso de Uberaba, revela através das transformações urbanas, um modelo excludente, donde a questão política se torna também um entrave para o retorno aos conceitos que priorizam a escala do pedestre. Este município possui aproximadamente 322.126 habitantes de acordo com o censo IBGE 2015, observando que a cidade adere ao longo dos anos uma gestão que prioriza os automóveis. Segundo os dados do Denatran (2010), a cidade consta em 2° lugar no Estado de Mi nas Gerais em relação do número de veículos por habitante, sendo na época um veículo para cada 2,02 habitantes, perdendo apenas para Belo Horizonte. Com os dados recentes (Março/2016) do Denatran, esta média aumentou, possuindo o total de 191.026 veículos, onde 137.065 são automóveis (incluso caminhonete e camioneta) e 53.961 para motocicleta e motoneta, resultando em uma média de 1,68 veículos para cada habitante. A pesquisa baseia-se no estudo dos padrões evolutivos adotados ao longo dos anos referente à mobilidade urbana em Uberaba, desde os primeiros processos de transformações relevantes na principal via arterial e região central da cidade, até o recente sistema implantado de trânsito rápido de ônibus (BRT-Vetor). O projeto do BRT contou com a participação da Equipe Jaime Lerner no ano de 2010. A execução da primeira fase, corresponde à Av. Leopoldino de Oliveira, foi iniciada em 2014, sendo finalizada em Janeiro/ 2015, ocasionando a queda de 6% dos usuários de transporte público, conforme informado pela PMU. Ainda é importante observar que um sistema de transporte público de qualidade deverá ser propulsor para alcançar maior número de usuários, desmotivando o uso de veículos particulares. No entanto, quando se propõe implementar um novo sistema deste tipo de transporte, o mesmo deverá ser dimensionado para atender não somente o público existente, mas possuir suporte para atender expectativas de acréscimo no número de usuários. Considerando o sistema BRT, é recomendado um aumento de 10% de passageiros após sua instalação, o caso de Bogotá, segundo o Manual de BRT (2008, p. 94) citado por TransMilenio (2005) as pesquisas indicam uma média de 20% das pessoas que utilizam o TransMilenio usavam veículos particulares antes da implantação do mesmo. Além do mais, um sistema aderido com muita eficiência e qualidade pode motivar o uso não somente da população de baixa renda, como até os de alta renda. A metodologia utilizada no estudo faz parte de uma pesquisa qualitativa/ descritiva, que realizou entrevistas semiestruturadas com os usuários do sistema BRT, na qual seguiram os critérios da amostragem aleatória simples. Já a pesquisa de campo ocorreu através do diagnóstico fotográfico cujo objetivo foi detectar e registrar os impactos provenientes da última intervenção adotada. Segundo os dados

dos entrevistados que representam os passageiros do empreendimento em questão, identifica-se que este sistema atende principalmente à classe de baixa renda, onde 88,15% declararam renda até 2 SM, sendo que destes 73,10% não possuem veículos particulares. Além do mais, o público acima de 4 SM torna-se irrelevante representando apenas 0,74% dos passageiros. Percebe-se neste aspecto, que a população de Uberaba com renda mensal acima de 2 SM optam pela aquisição de automóveis próprios, demonstrando uma cultura clara na priorização de carros em detrimento ao uso do transporte público. Sendo assim, este estudo busca atingir uma inquietação para os modelos que vêm sendo implementados nas cidades brasileiras, em busca de novos conceitos que possam contribuir para maior equidade social e resgate da paisagem urbana.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana; Equidade Social; Acessibilidade; Paisagem Urbana

LABORATÓRIOS DE FABRICAÇÃO DIGITAL COMO DIFUSOR DE RECURSOS TECNOLÓGICOS EM PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE PROJETO: Contributos para o ensino

ÁGABO CARVALHO SILVA, FLÁVIA BALLERINI

Nos últimos anos, tem sido crescente o uso de tecnologias digitais na prática da arquitetura por meio dos laboratórios de fabricação digital, e que historicamente foi base de catalisação em transformações dos métodos de concepção e produção do espaço construído. No entanto, o que antes tinha seu uso aplicado à modelos de representação e comunicação em arquitetura, hoje, tem se concentrado em uma renovação sistêmica no que se refere aos processos de projeto arquitetônico e de fabricação de componentes construtivos, por meio dos softwares de modelagem paramétrica e equipamentos de prototipagem rápida. Essa situação, tem constituído uma difusão de recursos tecnológicos para a implantação de novos métodos de concepção, nos levando a uma reflexão, sobre de que modo essa realidade tem influenciado e/ou contribuído, tanto no que diz respeito ao ensino, quanto nos desdobramentos para a produção do espaço enquanto forma/matéria? A partir de uma metodologia exploratória-bibliográfica, procura-se então abordar neste artigo, autores e pesquisadores que nos últimos anos desenvolveram discussões do assunto, utilizando-se também, o caso do laboratório de fabricação digital, implantado como ferramenta de apoio metodológico em disciplinas de projeto no curso de arquitetura e urbanismo, pela Universidade de São Paulo – Câmpus de São Carlos, evidenciando do mesmo modo, escolas com iniciativas similares, a fim de analisar e compreender, em caráter introdutório, a problemática desta pesquisa. O Fab Lab (Laboratório de Fabricação Digital) dentro deste contexto, configura-se como um ambiente em que sua atmosfera de criação é baseada numa infraestrutura dotada de processos como a fabricação digital, a prototipagem rápida e os softwares de simulação tridimensional, tendo tido seu primeiro laboratório desenvolvido em 2001, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), por meio de um laboratório interdisciplinar chamado Center for Bits and Atoms (CBA), liderado pelo professor e criador dos Fab Labs, Neil Gershenfeld. Esse tipo de espaço, juntamente com suas ferramentas, permite aos seus usuários a possibilidade de experimentações de suas ideias, com maior precisão e em um período de tempo menor, se comparado aos processos de produção que antecediam este período. O referencial deste trabalho, nos mostra que tem crescido de forma exponencial a implantação dessas estruturas nos centros de ensino, com sua concentração de implantação maior, na região sudeste do país, sendo em sua maioria com linhas de ações incorporadas ao desenvolvimento tecnológico da arquitetura, embora os mesmos também desenvolvam atividades interdisciplinares de pequena e grande escala, além de projetos voltados à extensão universitária por meio de cursos, workshops, eventos e exposições. Este cenário, engendra possibilidades de uma inovação na exploração de geometrias, que até então, entre o período da década de 50 e 70, eram geradas pelo descobrimento de novos materiais e técnicas construtivas, mas que pela ausência de ferramentas adequadas de projeto e planejamento, além de fatores como a racionalização das construções e o uso extensivo de materiais como concreto armado e o aço, impossibilitaram a difusão de formas mais complexas, confinando seu uso a estruturas e superfícies regulares. Hoje, além de poder trabalhar mais facilmente com formas não euclidianas, é possível também por meio dos adventos digitais, ter maior consciência daquilo que se propõe enquanto fase do processo de projeto, evitando que a construção seja a última etapa de verificação possível. No Brasil, há pouco mais de 30 anos, escolas de arquitetura têm procurado inserir em suas disciplinas, algumas destas tecnologias. O CAD é um dos pioneiros dentro deste contexto, mas é comum observar que grande parte da inserção dessas ferramentas digitais, tem sido implementada de forma isolada e que seu objetivo maior, tem sido o de fornecer ao aluno, apenas uma base mercadológica para sua futura atuação profissional. Todavia, existem também excelentes

exemplos de laboratórios tecnológicos em escolas de arquitetura do Brasil, que contrapõem a isso, tendo como destaques no contexto abordado: o LAPAC – UNICAMP, o Laboratório de Estudos Computacionais em Projeto (UNB), o Laboratório de Modelos e Ensaios da FAU- USP e o grupo NOMADS.USP, que atualmente integra o laboratório à disciplina de projeto 3 no curso de Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP. Neste último caso, durante o semestre, são propostos aos alunos, exercícios que tem suas premissas oferecidas pela parametrização, com a adequação local de projetos a situações específicas em diferentes partes de uma cidade, através da manipulação de alguns desses parâmetros, onde seus componentes construtivos são produzidos em massa, porém, de forma customizada, visto que os sistemas generativos garantem tal liberdade. Durante esse processo, vários protótipos físicos são produzidos, tanto pela impressão 3D quanto pelo corte a laser, diretamente por meio dos programas paramétricos, e que, com a ajuda de pesquisadores do núcleo da faculdade, mais especificamente do NOMADS.USP, interagem com os alunos discutindo com as equipes, suas escolhas em termos de scripts, auxiliando também no uso das máquinas e dos programas, registrando e observando para avaliações posteriores. Com essa experiência, o IAU-USP tem exercido grande colaboração para o debate teórico e prático dessa discussão, em uma realidade onde poucas escolas têm dado abertura a esse tipo de reflexão. Os dados apresentados na pesquisa deste artigo, nos mostra que não há somente um modo de se fazer uso das tecnologias digitais, constituindo uma gama de ferramentas e possibilidades durante os processos de projeto, desafiando arquitetos e alunos a uma nova postura com relação a prática da arquitetura. Equipar nossas escolas com essas tecnologias deve ser nosso próximo passo, de forma que seu uso não se limite apenas à representação, para que assim, em conjunto com a nova geração de profissionais e educadores, se faça a renovação necessária.

Palavras-chave: Fabricação Digital, Prototipagem rápida, Ensino, Processo de Projeto, Tecnologia.

FABRICAÇÃO DIGITAL COMO DIFUSOR DE RECURSOS TECNOLÓGICOS EM PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE PROJETO: contributos para o ensino

AGABO CARVALHO SILVA, FLÁVIA BALLERINI

Nos últimos anos, tem sido crescente o uso de tecnologias digitais na prática da arquitetura por meio dos laboratórios de fabricação digital, e que historicamente foi base de catalisação em transformações dos métodos de concepção e produção do espaço construído. No entanto, o que antes tinha seu uso aplicado à modelos de representação e comunicação em arquitetura, hoje, tem se concentrado em uma renovação sistêmica no que se refere aos processos de projeto arquitetônico e de fabricação de componentes construtivos, por meio dos softwares de modelagem paramétrica e equipamentos de prototipagem rápida. Essa situação, tem constituído uma difusão de recursos tecnológicos para a implantação de novos métodos de concepção, nos levando a uma reflexão, sobre de que modo essa realidade tem influenciado e/ou contribuído, tanto no que diz respeito ao ensino, quanto nos desdobramentos para a produção do espaço enquanto forma/matéria? A partir de uma metodologia exploratória-bibliográfica, procura-se então abordar neste artigo, autores e pesquisadores que nos últimos anos desenvolveram discussões do assunto, utilizando-se também, o caso do laboratório de fabricação digital, implantado como ferramenta de apoio metodológico em disciplinas de projeto no curso de arquitetura e urbanismo, pela Universidade de São Paulo – Câmpus de São Carlos, evidenciando do mesmo modo, escolas com iniciativas similares, a fim de analisar e compreender, em caráter introdutório, a problemática desta pesquisa. O Fab Lab (Laboratório de Fabricação Digital) dentro deste contexto, configura-se como um ambiente em que sua atmosfera de criação é baseada numa infraestrutura dotada de processos como a fabricação digital, a prototipagem rápida e os softwares de simulação tridimensional, tendo tido seu primeiro laboratório desenvolvido em 2001, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), por meio de um laboratório interdisciplinar chamado Center for Bits and Atoms (CBA), liderado pelo professor e criador dos Fab Labs, Neil Gershenfeld. Esse tipo de espaço, juntamente com suas ferramentas, permite aos seus usuários a possibilidade de experimentações de suas ideias, com maior precisão e em um período de tempo menor, se comparado aos processos de produção que antecediam este período. O referencial deste trabalho, nos mostra que tem crescido de forma exponencial a implantação dessas estruturas nos centros de ensino, com sua concentração de implantação maior, na região sudeste do país, sendo em sua maioria com linhas de ações incorporadas ao desenvolvimento tecnológico da arquitetura, embora os mesmos também desenvolvam atividades interdisciplinares de pequena e grande escala, além de projetos voltados à extensão universitária por meio de cursos, workshops, eventos e exposições. Este cenário, engendra possibilidades de uma inovação na exploração de geometrias, que até então, entre o período da década de 50 e 70, eram geradas pelo descobrimento de novos materiais e técnicas construtivas, mas que pela ausência de ferramentas adequadas de projeto e planejamento, além de fatores como a racionalização das construções e o uso extensivo de materiais como concreto armado e o aço, impossibilitaram a difusão de formas mais complexas, confinando seu uso a estruturas e superfícies regulares. Hoje, além de poder trabalhar mais facilmente com formas não euclidianas, é possível também por meio dos adventos digitais, ter maior consciência daquilo que se propõe enquanto fase do processo de projeto, evitando que a construção seja a última etapa de verificação possível. No Brasil, há pouco mais de 30 anos, escolas de arquitetura têm procurado inserir em suas disciplinas, algumas destas tecnologias. O CAD é um dos pioneiros dentro deste contexto, mas é comum observar que grande parte da inserção dessas ferramentas digitais, tem sido implementada de forma isolada e que seu objetivo maior, tem sido o de fornecer ao aluno, apenas uma base mercadológica para sua futura atuação profissional. Todavia, existem também excelentes

exemplos de laboratórios tecnológicos em escolas de arquitetura do Brasil, que contrapõem a isso, tendo como destaques no contexto abordado: o LAPAC – UNICAMP, o Laboratório de Estudos Computacionais em Projeto (UNB), o Laboratório de Modelos e Ensaios da FAU- USP e o grupo NOMADS.USP, que atualmente integra o laboratório à disciplina de projeto 3 no curso de Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP. Neste último caso, durante o semestre, são propostos aos alunos, exercícios que tem suas premissas oferecidas pela parametrização, com a adequação local de projetos a situações específicas em diferentes partes de uma cidade, através da manipulação de alguns desses parâmetros, onde seus componentes construtivos são produzidos em massa, porém, de forma customizada, visto que os sistemas generativos garantem tal liberdade. Durante esse processo, vários protótipos físicos são produzidos, tanto pela impressão 3D quanto pelo corte a laser, diretamente por meio dos programas paramétricos, e que, com a ajuda de pesquisadores do núcleo da faculdade, mais especificamente do NOMADS.USP, interagem com os alunos discutindo com as equipes, suas escolhas em termos de scripts, auxiliando também no uso das máquinas e dos programas, registrando e observando para avaliações posteriores. Com essa experiência, o IAU-USP tem exercido grande colaboração para o debate teórico e prático dessa discussão, em uma realidade onde poucas escolas têm dado abertura a esse tipo de reflexão. Os dados apresentados na pesquisa deste artigo, nos mostra que não há somente um modo de se fazer uso das tecnologias digitais, constituindo uma gama de ferramentas e possibilidades durante os processos de projeto, desafiando arquitetos e alunos a uma nova postura com relação a prática da arquitetura. Equipar nossas escolas com essas tecnologias deve ser nosso próximo passo, de forma que seu uso não se limite apenas à representação, para que assim, em conjunto com a nova geração de profissionais e educadores, se faça a renovação necessária.

Palavras-chave: Fabricação Digital, Prototipagem rápida, Ensino, Processo de Projeto, Tecnologia.

UMA TRAJETÓRIA PROJETUAL PARTINDO DA PAISAGEM

PAULO JOSÉ LISBOA NOBRE

O presente trabalho objetiva refletir sobre a prática e o ensino de arquitetura e urbanismo, considerando a paisagem como condicionante do projeto, valorizando o diálogo latente entre o novo e o existente, o que dificilmente é posto. Inserir a paisagem no percurso do projeto pressupõe motivar estudantes a considerar valores subjetivos, inserir análises em diversas escalas e dimensões, modos outros de olhar e sentir. Na graduação, a discussão é sempre mais objetiva, respeitando a ansiedade em projetar, embora sempre buscando provocar reflexões. Na pós-graduação, mestrado profissional, o terreno é mais fecundo. Leituras, discussões e reflexões lançam luz e perspectivas projetuais. Estes esforços resultaram em reflexões sobre a paisagem pré-existente e a proposta. Uma vez estabelecidas essas relações, é possível constatar que as análises desenvolvidas têm contribuído para a melhorar a qualidade dos projetos de arquitetura e dos espaços livres no CAU/UFRN. O ponto de partida deste trabalho se dá pela busca de uma compreensão mais abrangente da paisagem, seus atributos físicos e seu conteúdo social, como potencialidades para intervenções urbanas e para novas edificações. Para tanto, se faz necessário, na atividade do ensino, motivar os estudantes a conhecer e experimentar ferramentas diversas que possibilitem analisar a paisagem e entendê-la como um dado projetual. Algumas dificuldades se impõem, uma vez que a inserção da paisagem nesse percurso pressupõe considerá-la como um patrimônio ambiental, do qual emanam valores subjetivos, culturais e afetivos. Enquanto preocupação recente, o reconhecimento da paisagem como um bem coletivo, de dimensões materiais e imateriais, é passo importante para a preservação da memória e das identidades locais. No ensino de arquitetura, comumente se estabelece uma linha do tempo do projeto que inclui o partido, o conceito, o programa de necessidades etc. A raridade é considerar a paisagem e, principalmente, planejar a sua ocupação. Que paisagem conterá os novos edifícios? Como motivar estudantes a voltarem o olhar para o mundo ao redor? O paisagismo, tradicionalmente atrelado à história dos jardins, se define como disciplina complexa, na verdade um campo disciplinar, com análises específicas e novas possibilidades projetuais. Francisco Caldeira Cabral (1993) define a Arquitetura Paisagista como a “arte de ordenar o espaço exterior em relação ao homem”. A produção abrange desde planos territoriais até a pequena escala do jardim residencial. Leticia Hardt (2000) aponta níveis do Planejamento: Microescala, Mesoescala e Macroescala. Um caminho metodológico possível para projetos em microescala foi desenvolvido por Janet Macunovich (1996), que estabelece etapas para criar jardins e paisagens, partindo dos desejos e necessidades dos usuários. Maria Bonbin é referencia para a análise, uma vez que define os componentes da paisagem (BONBIN, 1991). Para conduzir intervenções complexas, Charles Moore, Willian Mitchel e Willian Turnbull (2011) determinam o Lugar do Paisagista na Poética dos Jardins. Tim Waterman (2010) traz valiosa contribuição com os Fundamentos do Paisagismo, especialmente por sua visão do projeto como a ocupação da paisagem. Para o autor, os arquitetos paisagistas não projetam lugares meramente fotogênicos ou escultóricos, eles criam paisagens para serem habitadas e muitas vezes os projetos são muito discretos. Tal entendimento pressupõe o respeito a cultura do lugar, uma vez que a paisagem contém o passado dos sujeitos, suas marcas materiais e imateriais, suas motivações e interesses. Ao ensinar arquitetura com esse enfoque, busca-se inserir o projeto na paisagem, apresentando autores e ideias, modos de olhar e sentir, novas dimensões ao percurso e às análises Este trabalho procura uma compreensão menos genérica da paisagem no processo de projeto, bem como lidar com os desafios da conservação do patrimônio paisagístico e ambiental; discutir a paisagem cultural e o instrumental para sua proteção, considerando sempre os diversos entendimentos sobre a paisagem e as possibilidades para sua interpretação.

Palavras-chave: Paisagem, Arquitetura Paisagística, Ensino de Arquitetura.

A CIDADE E O AEROPORTO, A CIDADE-AEROPORTO E A AEROTRÓPOLE: Metamorfoses aeroportuárias em três momentos

Pedro Henrique Máximo Pereira, Marcos Thadeu Queiroz Magalhães, Ricardo Trevisan, Ludmila Rodrigues de Morais

Neste trabalho apontamos, em três momentos históricos, as metamorfoses aeroportuárias em suas dimensões local e regional: 1) a relação entre a cidade e o aeroporto (1903-1970); 2) a cidade-aeroporto (a partir de 1970); e, 3) a Aerotrópole (a partir de 2006). Trata-se, portanto, de uma análise diacrônica construída a partir de casos exemplares. Nesta análise histórica do impacto da infraestrutura aeroportuária no território há que se considerar contextuais diretamente vinculados às atividades inerentes aos aeroportos. Estes aspectos são: política e economia. Tal análise nos permitirá entender o sentido dos três momentos aqui classificados e apresentados.

Os aeroportos são entendidos, neste trabalho, como infraestruturas e equipamentos urbano-regionais que estabelecem processos multiescalares e dinâmicas territoriais transescalares altamente complexas. No que se refere aos processos multiescalares, eles são infraestruturas atuam diretamente nas escalas local, regional e global. Assim, na organização do próprio complexo aeroportuário, o *landside*, o *airside* e o *interface* possuem uma série de instalações inerentes às suas atividades que possibilitam o controle e os fluxos interescalares e transescalares. Quanto às dinâmicas, eles são equipamentos que articulam o atravessamento das escalas, de produtos e pessoas. Portanto, os aeroportos atuam como nós locais que dinamizam as regiões em que estão implantados, inserindo-as no panorama da competitividade da economia global e da produção fragmentada, características da nova indústria. Por estarem articulados a uma rede flexível e profundamente suscetível às mudanças econômicas, os aeroportos são determinantes na criação, implantação e consolidação de plantas produtivas locais e no estabelecimento de atividades que podem ser, ou não, diretamente vinculadas às atividades aeroportuárias.

A historiografia dos aeroportos é, ainda, fragmentada e difusa. Tal condição se dá pela dificuldade de lidar com estes equipamentos-infraestruturas que são multi e transescalares. Suas interferências nas realidades concretas fazem deles objetos complexos e suscitam dos pesquisadores abordagens variadas. Aqui encontra-se seu desafio teórico e metodológico: como costurar camadas sincrônicas (o próprio objeto e seu contexto) em uma proposição histórica diacrônica? Diante de tal dificuldade, este trabalho não tem o compromisso de construir uma história total dos aeroportos. Trata-se, portanto, de uma proposição, um novo recorte temporal possível para aborda-los.

O recorte proposto por Yoichi Arai (1996) é o que mais se aproxima da proposta deste trabalho. Segundo ele, há três estágios importantes que ajudam a contar a história dos aeroportos: 1) o primeiro estágio (1920-1945), que diz respeito à multiplicidade de usos das aeronaves e as adequações dos Aeroportos a tais demandas; 2) o segundo estágio (1945-1980), que refere-se à internacionalização dos Aeroportos; e, por fim, 3) o terceiro estágio (1980-hoje), refere-se à humanização dos aeroportos. Apesar deste recorte ter sido utilizado em outros momentos para a proposição desta construção (MÁXIMO, 2014), há uma imprecisão latente: 1) as aeronaves, ainda hoje, estão se transformando e têm sido projetadas para adaptar-se aos mais diversos usos e os aeroportos, em sua constante transformação e ampliação, são provas desta imprecisão; 2) voos internacionais transatlânticos datam da década de 1920 e a adequação dos aeroportos, majoritariamente, encontra-se vinculada ao primeiro estágio quando da consolidação de uma força aérea durante o embate da Segunda Grande Guerra; 3) muitos dos aeroportos que serão aqui apresentados foram projetados, nos períodos precedentes ao recorte estabelecido por Arai, para serem humanizados e adequados às demandas dos passageiros e visitantes. Neste sentido propomos um novo recorte para corrigir estas imprecisões, e para tal apoiamo-

nos em Güller e Güller (2003), Brian Edwards (2005), Christopher Blow (2005), Jordi Sort (2006), Karsada e Lindsay (2012) e Wells & Young (2014).

Neste sentido objetivamos a identificação das principais metamorfoses do espaço aeroportuário em uma perspectiva histórica. Para tal, adotamos os seguintes procedimentos de trabalho: 1) revisão da literatura; 2) identificação de casos exemplares; 3) análise urbana dos casos identificados; 4) análise comparativa de casos exemplares; 5) sistematização das informações extraídas dos estudos de caso. Após explorarmos o material resultante desta pesquisa identificamos três grupos de transformações estruturais, em três momentos. Em síntese, estes momentos são:

O primeiro momento: os aeroportos enquanto infraestruturas do transporte aéreo afastadas das áreas urbanas e compostas por redes de transportes que os interligam à região; refere-se às adequações do espaço aeroportuário em relação à exploração das tecnologias das aeronaves e à sua internacionalização (1903-1970). Na escala local, refere-se à criação de hangares, escritórios, depósitos, alfândegas, salas de espera e, por fim, à criação de terminais aeroportuários com tipologia própria. Tal processo se deu em função da utilização do transporte aéreo para transporte de armamentos militares (durante as guerras), correio aéreo, comércio aéreo e transporte de passageiros, e sua crescente complexificação. Na escala regional, nota-se uma complexa relação entre o aeroporto e as cidades, fato que solicitou o estabelecimento de leis específicas, tanto para a operação dos aeroportos quanto para a ocupação de sua região.

O segundo momento: as cidades-aeroporto que se caracterizam pelo intenso processo de urbanização do eixo que os conectam ao centro das cidades. Esta urbanização é específica, surgida em meados de 1970 nos EUA, com atividades vinculadas às atividades aeroportuárias. refere-se à identificação de uma dinâmica em que o aeroporto, em suas múltiplas funções, passa a exercer centralidade urbano-regional e é um expressivo indutor do crescimento da mancha urbana. Refere-se a um aumento significativo na dimensão dos aeroportos e são, juntamente com os portos, infraestruturas fundamentais para a fragmentação da produção e para o estabelecimento da economia crescentemente global. Neste contexto, a presença dos aeroportos internacionalmente conectados passa a ser um importante fator para a criação e implantação de plantas produtivas.

O terceiro momento: refere-se à metropolização do espaço, planejada ou não, tendo como centro irradiador de seus processos, o aeroporto. Trata-se de casos espontâneos, como no caso do Schiphol Airport, em Amsterdã, ou caso planejado, como no caso do Aeroporto Tancredo Neves, em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Aerotrópole é o estágio mais avançado do processo histórico de transformação do espaço aeroportuário. Sua constituição diz respeito aos novos modos de produção do espaço urbano, que têm, como centro irradiador de seus processos, o aeroporto.

Palavras-chave: Aeroporto; Cidade-Aeroporto; Aerotrópole; Metamorfoses territoriais.

ASSESSORIA TÉCNICA E COLETIVIDADE: Projeto participativo de ampliação/melhoria habitacional no bairro Tempo Novo na Cidade de Goiás

José Rodolfo Pacheco Thiesen, Lucas Felício Costa, João Paulo Oliveira Huguenin, Camila Pinheiro Rocha, Joel dos Santos Lima, Lucas Clementino dos Santos

Pretende-se apresentar a experiência de processo participativo de projeto desenvolvida pelo Laboratório de Projetos (Labproj) da UFG Regional Goiás junto às famílias do bairro Tempo Novo, na Cidade de Goiás. O bairro foi construído mormente a partir de políticas habitacionais diversas, executadas em três etapas, e atualmente conta com 303 (trezentos e três) lotes regulares. A etapa I corresponde à 93 (noventa e três) UHs destinadas aos desabrigados da enchente que ocorreu no Rio Vermelho no ano de 2001 e de ocupações diversas do Setor Aeroporto, sendo, portanto, uma iniciativa municipal e estadual. Já as etapas II e III correspondem cada uma a 50 UHs e são empreendimentos do PMCMV, denominados respectivamente Sub 50 I (2009) e Sub 50 II (2012). A proposta inicial era oferecer assessoria técnica para as famílias das etapas II e III, sendo que a conclusão da execução da etapa III (SUB 50 II) estava prevista para julho de 2018. As casas destas duas etapas têm aproximadamente 40m² de área construída e projeto arquitetônico de muito baixa qualidade, sendo extremamente recorrente a demanda e ação das famílias - fato que se pode verificar nas casas da etapa II - no sentido da ampliação das residências, geralmente dentro do sistema de autoconstrução. No campo teórico, há uma discussão acerca da atuação de arquitetos e urbanistas na questão habitacional. Enquanto correntemente as leis, programas e políticas públicas utilizam a terminologia “assistência técnica”, diferentes autores apontam a necessidade de se avançar na proposta da “assessoria técnica”. (DEMARTINI, 2016; BALTAZAR; KAPP, 2016). Baltazar e Kapp (2016) colocam que o termo “assistência técnica” se funda em um ideário assistencialista, enquanto a “assessoria técnica” apontaria para uma relação sem dominação (ainda que assimétrica) entre técnicos e população assessorada. Demartini (2016), coloca a “assessoria técnica” como uma prática mais ampla, onde a assessoria não abrange exclusivamente o espaço físico da casa, abordando questões mais complexas através de uma equipe multidisciplinar, onde se substitui a ideia de trabalhar para o outro pela ideia de trabalhar com o outro. Reconhecendo a complexidade da questão, adotamos o termo “assessoria técnica” por compreendermos a necessidade de mudança no pensamento da arquitetura e urbanismo enquanto um mero serviço a ser prestado. De modo a reforçar esta concepção, planejou-se inicialmente o desenvolvimento de um processo participativo de projetos de caráter coletivo, no qual poderia haver fortalecimento dos laços comunitários, afastando-se da ideia de prestação de serviços individuais para cada família em separado. Contudo, a etapa III, na qual residiria a metade dessa população, não foi entregue no prazo, tendo que ficar de fora do processo. Além disso, percebeu-se, ao longo do processo de mobilização das famílias, que seria impossível não incluir também os moradores da etapa I no processo participativo, uma vez que ali moravam muitas lideranças e famílias com mais alto grau de mobilização. Estes ajustes no escopo do trabalho acabaram gerando uma série de desafios para o planejamento e a execução do processo participativo de projeto. Na prática o coletivo de famílias estava dividido entre aquelas que tinham casas com núcleo inicial semelhante (etapa II) e aquelas cujas casas eram quase todas singulares. Diante disso foram necessários desenvolver dois processos participativos diferentes, porém paralelos, organizados em quatro oficinas que foram desenvolvidas concomitantemente no local destinado a uma praça em uma área central do bairro. Houve forte tendência, portanto, de que o processo participativo se tornasse híbrido entre uma assessoria técnica coletiva e uma assistência individual às famílias. Dadas as limitações de prazos e do tamanho da equipe, foi necessário aplicar um grande esforço no sentido de tornar coletiva também a assessoria ao grupo de famílias cujas casas eram singulares. Deste esforço foi possível extrair uma série de ensinamentos relativos tanto ao processo de projeto, onde alunos e professores aprendem com a população e seu modo

de construir e habitar, quanto ao modo de vida das famílias atendidas, que adquirem outras ferramentas para construir ou dar a adequada manutenção ao espaço de sua casa.

Palavras-chave: Projeto, Participação, Habitação, Assessoria Técnica, LabProj.

ARQUITETURA COM "A" MAIÚSCULO: o projeto além das formas e funções

Haroldo Dias Flauzino Neto, Janes Cleiton Alves de Oliveira

Na atual conjuntura, a arquitetura até então vem sofrendo alguns reflexos negativos desde a Primeira Revolução Industrial e das constantes especulações imobiliárias, construindo um corpo social e arquitetônico sucumbido pelo mercado imobiliário, que se restringem a forma e função, mas quem cabem aqui, algumas inquietudes, sendo: Quem irá habitar esse espaço? A forma e função são fatores limitantes na arquitetura que asseguram a qualidade do ambiente construído? A partir de uma metodologia exploratória-bibliográfica, procura-se então abordar neste artigo, autores e pesquisadores que nos últimos anos desenvolveram discussões do assunto, utilizando-se também, o caso de pós-ocupação do ambiente construído (arquitetura em massa) e de produtos (design de produtos) para representar textualmente e imageticamente os significados da obra arquitetônica e os produtos que a compõem.

A pesquisa é dividida em quatro partes, sendo a primeira sobre arquitetura e suas respectivas transformações, considerando o movimento moderno resultante de constantes transformações econômicas, sociais e tecnológicas, sendo um dos reflexos da Primeira Revolução Industrial. Em linhas gerais, a arte moderna e, por extensão, de arquitetura moderna é um novo viés na construção civil, advindo na necessidade de se enquadrar nas novas experiências culturais e industriais (BRUNA, 1976). Na segunda parte, o posicionamento do projetista, considerando que no âmbito da fase projetual em concomitância com as mudanças socioespaciais, houve (e ainda há) transformações no processo de projeto em razão das transições e variações do mercado industrial, sempre proporcionando novos posicionamentos e ações na construção da estrutura formal da arquitetura.

No terceiro componente teórico, os conceitos de forma e função na arquitetura, elencando as vertentes diante das transições da arquitetura e seu papel como fator integrador social e tecnológico.
Na quarta e última fase do artigo, as respostas sobre a Arquitetura com "A" maiúsculo, compreendendo que além de formas e funções, há a incumbência de buscar os significados das obras arquitetônicas e dos elementos que nela são incorporados. Coelho Netto (1979) afirma que arquitetura é uma representação interior, em outras palavras, espaço de relações e experiências com interioridade e a exterioridade, porém não é fácil certificar que há esse equilíbrio, principalmente na observação do objeto construído e não construído.

''[...] perspectiva tornou os olhos o ponto central do mundo perceptual, bem como do conceito de identidade pessoal. [...] não apenas descreve, mas também condiciona a percepção." (PALLASMAA, 2011, pág.16).

Coelho Netto (1979) declara que todo ambiente construído em que o ser humano é obrigado a se apropriar o espaço é reconhecido como prisão. Não é à toa que é notória a paisagem dinâmica nas cidades, processo de individualização, interesses próprios e consolidação dos espaços. Um exemplo desse fenômeno são as transformações pós-ocupação de construções feitas com base nas premissas da massificação homogênea (habitações de interesse social).

Pallasmaa (2013) sobre paisagem massificada, afirma que o conjunto de construções são frequentemente apresentadas desvinculadas de seus contextos de paisagem, cultura e realidade social, ato de significância restrita à interesses políticos e imobiliários. Diante dessa conjuntura, o significado em arquitetura é corrompido, a sociedade se vê sucumbida ao mercado imobiliário.

Pallasmaa (2011) sobre a função da arquitetura, descreve como um ato intemporal, em busca de representações para o "corpo e a vida" que constituam a razão de viver. Em linhas gerais, todo projeto deve se apropriar de forma e função, mas essa função atinge quem? A função pode ser vista de formas

diferentes por quem habita, simplesmente pode ser a resposta de várias referências cotidianas, sociais e culturais.

Pallasmma (2011) reforça que o significado em arquitetura é verdadeiramente a essência da obra concebida, a representação efetiva de sonhos, sentidos e percepções, mas salienta que não é uma tarefa fácil. Diante desse contexto, os dados apontados na pesquisa deste artigo, apresenta que não somente forma e função, mas o projeto é concebido através dos significados, em linhas gerais, a arquitetura é a extensão do ser. O arquiteto é um dos principais agentes nessa incumbência, porém a tarefa de catalisar com precisão os significados envolve mais que arquitetura, pois não se restringe ao simples *briefing,* pois nem sempre o ser humano é capaz de afirmar, em primeira instância, seus objetivos, sonhos e aquilo que, para ele, tem significado, ou seja, é preciso envolver-se além do projeto e a cidade, mas com quem diretamente o projeto vai atingir.

Palavras-chave: Arquitetura; Construção; Projeto; e Significados.

O CONCEITO DE CUSTOMIZAÇÃO EM MASSA NA ARQUITETURA: uma incumbência em oposição à massificação na construção civil

Haroldo Dias Flauzino Neto, Janes Cleiton Alves de Oliveira

No âmbito da construção civil, a tecnologia tem um espaço, seja para redução de custos, consumo de energia e/ou impactos ambientais. Diante dessa ótica, a pré-fabricação no período moderno passa a ser compreendida como uma metodologia construtiva interessante diante da indústria da construção civil, momento em que a concepção passa a ser concebida do canteiro de obras para a fábrica, proporcionando maior controle sobre os fatores indicados.

O conceito de customização em massa surge no intuito de unir produção em massa, com a redução de custos de produção e a minimização de desperdícios sem a desvantagem da padronização e repetição, uma estratégia que vem sendo encontrada cada vez mais em países de maior desenvolvimento industrial.

A customização em massa passa a ser uma metodologia de projeto interessante para arquitetos, designers e engenheiros, por sua vez, propondo a combinação de tecnologia e arquitetura, de fato, em era de interesses políticos e imobiliários.

A partir da junção destes fatores que mudaram o cenário da arquitetura tangenciando os princípios de customização em massa, o objetivo deste trabalho é, portanto, avaliar o contexto em que se é aplicado o conceito de customização em massa, e suas característica a priori (projeto) e a posteriori (ocupação), apontando limites e potencialidades. A partir de uma metodologia exploratória-bibliográfica, procura-se então abordar neste artigo, autores e pesquisadores que nos últimos anos desenvolveram discussões do assunto, utilizando-se também, o ambiente construído massificado (arquitetura em massa) em contraponto com o método de customização em massa. Quais seriam as contribuições do conceito de customização em massa? É totalmente eficiente? A pesquisa busca contribuir de forma mais efetiva no âmbito da arquitetura, considerando que há pouco acervo científico sobre o método de customização em massa em arquitetura e suas dissimilitudes.

A pesquisa é dividida em duas partes, sendo a primeira desenvolvida sob uma ótica da Indústria e homogeneidade: a paisagem resultante da habitação de interesse social em massa, destacando o período industrial e Pós-Segunda Guerra Mundial, tangenciando as políticas habitacionais.

A segunda e última parte da pesquisa, elenca o conceito de customização em massa, suas contribuições e reflexões sobre a eficiência do método. A customização em massa engloba todo o processo da transformação da matéria prima até a entrega ao cliente. O envolvimento dos clientes é de grande importância para a customização, seja de forma direta (consulta ao cliente), seja de forma indireta (segmentação de mercado). Gropius, arquiteto alemão e fundador da Bauhaus, se posicionava fortemente a favor da industrialização.

À frente de seu tempo, em seu livro, “Scope of Total Architecture”, publicado no Brasil como “Buahaus: Nova Arquitetura”, o arquiteto já compreendia o conceito de customização em massa, ao afirmar que não se deveria produzir a casa inteiramente em uma fábrica, mas sim seus componentes, intercambiáveis, que possam se tornar uma variedade infinita de casas (NOGUCHI, 2014). Ainda, segundo Tillmann (2008), a modularidade é fundamental para a customização em massa; dessa forma se obtém economia de escala (produção de componentes padronizados em grande número com processos repetitivos, de forma a se diminuir custos). Com componentes modulares e independentes, é possível fazer diversas combinações, gerando produtos diversos. Diante desse contexto, cabem algumas reflexões sobre a produção do ambiente construído e as tecnologias a favor da produção da mesma. Nessa atmosfera, a etapa de projeto passa por uma otimização, no que tange a qualidade da produção do ambiente construído, pois o método de customização em massa exige um projeto do projeto, em linhas gerais, projeto das fôrmas que irão compor a obra.

Palavras-chave: Arquitetura; Construção; Projeto; e Customização em Massa.

URBANO E RURAL, DEBATE CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

Lívia Maria Pereira da Silva Moreira, Luana Miranda Esper Kallas

A discussão entre a distinção do meio urbano e rural vem sendo abordada com mais veemência a partir do início do século XX, por diversos autores. Nesse debate, surgem os termos dialéticos campo e cidade. Para Biazzo (2008) os termos campo e cidade são a materialização da paisagem produzida pelo homem e os termos rural e urbano são resultantes das práticas dos agentes da sociedade. O autor faz uma crítica ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), considera que a instituição não discute essas diferenças e conclui que, para uma análise voltada a coleta de dados estatísticos, deveria ser adotado os termos campo e cidade por terem base empírica. Para além do significado dos termos, Monte-Mór (2006) afirma que essa dicotomia não tem clareza nos tempos atuais, pois, os limites entre eles são de difícil percepção em função da influência que um exerce no outro. Dentro da problemática de delimitação territorial no Brasil, o IBGE (2017) retomou esse debate com a finalidade de reestruturar a configuração para o Censo de 2020. Com isso, o presente artigo, tem o objetivo de demonstrar alguns pontos de vista sobre essa delimitação e relacioná-los com a abordagem atual do IBGE, para isso, a metodologia compreende em levantar referencial teórico e comparar com os parâmetros estabelecidos pelo IBGE (2017). Para Lefebvre (2001), a vida urbana penetra à vida no campo, privando-a de seus elementos tradicionais. Wirth (1973), aponta que o meio rural sofre influências de alguns atrativos da cidade, como as linhas de transporte, equipamentos culturais e recreativos, hospitais, instituições educacionais, dentre outros. Sposito (2010, apud IBGE 2017), destaca o papel da Tecnologia da Informação e da Comunicação que permite a integração espacial do rural e urbano sem necessariamente estar próximo a uma mancha urbana. Santos (2013), corrobora essa fusão, ressalta que espaços urbanos, por vezes, abarcam atividades rurais, cita o exemplo de terrenos dentro da cidade, utilizados para atividades agrícolas de abastecimento da própria população. Essas observações revelam que o urbanismo não está restrito a localidades, manifesta-se em graus variáveis e as influências do modo de vida deveriam ser um aspecto considerado na caracterização do território. Endlich (2010, apud IBGE 2017) apresenta alguns critérios para essa classificação: delimitação político-administrativa, patamar demográfico, densidade demográfica, ocupação econômica da população, morfologia e modo de vida. Em classificação anterior a 2017, o IBGE adotou o critério político-administrativo, onde o perímetro urbano é decidido por legislação municipal. A nova classificação, para o Censo de 2020, o IBGE (2017), prevê a utilização do critério de densidade demográfica, sendo esse bem aceito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Wirth (1973) sustenta a densidade populacional como um critério de delimitação positivo, defende a heterogeneidade de pessoas, como uma forma de interação que favorece a cultura e surgimento de novas mentalidades e indica que o grau de heterogeneidade cresce proporcionalmente ao aumento de densidade. Pra delimitação dos municípios brasileiros, o IBGE (2017) aliou ao critério de densidade demográfica, à localização em relação aos principais centros urbanos e tamanho da população. Classificou os municípios em cinco tipologias: urbano, intermediário adjacente, intermediário remoto, rural adjacente e rural remoto. A metodologia considerou as densidades cujas concentrações urbanas possuem mais de 100.000 habitantes, os arranjos populacionais contíguos às manchas urbanizadas e municípios isolados. A localização e acessibilidade aos centros urbanos mais estruturados também foi considerado, tendo em vista que a relação de proximidade influencia no modo de vida e configuração do espaço. Quanto a densidade, o IBGE (2017) definiu uma metodologia que a identificou a partir da sobreposição em mapa, de uma grade de 1km x 1km, sobre áreas legalmente definidas como rurais e urbanas, em todo o Território Nacional. Com isso, áreas estabelecidas como densas, devem possuir mais de 300hab/km² cuja soma de 8 células contíguas (de 1km x 1km) apresente um valor maior ou igual a 3.000 habitantes, caso contrário são consideradas dispersas. Com essa metodologia, o IBGE (2017) obteve também a média nacional de distância entre os

municípios. Àquele que estivesse a uma distância, maior que a média, de uma REGIC (Regiões de Influências das Cidades), foi considerado remoto, àquele que estivesse a uma distância menor ou igual a média, considerado adjacente. A localização, teve o intuito de diferenciar os municípios que tem relação com centros urbanos de maior porte, cuja proximidade pode privilegiar o acesso a economias maiores, centros de informação e comunicação. Segundo o IBGE (2010) o Brasil possui uma população de 190.732.694, e por essa nova metodologia (IBGE 2017), a população predominantemente urbana do Brasil passa de 84,4% para 76%. Essa população urbana está concentrada em apenas 26% dos 5. 565 (IBGE 2010) municípios. A maior parte dos municípios foram identificadas como sendo predominantemente rurais, cerca de 60,4%. Dentro dessa categoria, 54,6% são rurais adjacentes, ou seja, estão próximos a áreas urbanizadas e 5,8% rurais remotos, isoladas. Considerando o objetivo de demonstrar e relacionar os pontos de vista sobre a delimitação do território rural e urbano, conclui-se que o debate do IBGE (2017) para uma nova classificação, caracteriza o reconhecimento do Instituto que as delimitações entre eles não estão congeladas, à medida que as transformações contínuas da sociedade interferem muito nessa relação. As cinco tipologias adotadas, específicas ao Brasil, contemplam parte da diversidade e peculiaridades encontradas nacionalmente. Considera-se positiva a decisão do IBGE (2017) em delimitar o território utilizando o critério de densidade demográfica em detrimento ao político-administrativo, o que, baseado nos autores apresentados, segue um caminho mais aproximado da realidade. Existem ainda, fatores que precisam ser abordados e incluídos no debate com mais intensidade, como é o caso do uso das tecnologias, por ser um marco de transformação da sociedade contemporânea que ultrapassa a barreira da localização espacial.

Palavras-chave: Delimitação rural-urbano, Nova classificação IBGE, Campo-cidade.

PROJETO RIMA: uma experiência em pedagogia urbana no ambiente escolar

Caroline Soares Nogueira, Liza Maria Souza de Andrade, Janaína Coelho

O artigo abordará aspectos do Projeto Rima: fazendo da cidade um grande aprendizado que corresponde a uma experiência em pedagogia urbana no ambiente escolar, a partir da construção e execução de um laboratório participativo realizado entre 2017 e 2018 com estudantes de 14 a 16 anos com dois ou mais anos de defasagem série/ano do Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns da Região Administrativa do Itapoã do Distrito Federal do Brasil. Tal projeto corresponde ao Trabalho Final de Diplomação do Programa de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília defendido em julho de 2018 pela autora.

Itapoã-DF é uma das 28 Regiões Administrativas de Brasília com uma população estimada em 68.587 habitantes localiza-se a 25 km da sua zona central da capital do Brasil. Possui um alto percentual de população com até 18 anos (37,97%) e de jovens de 15 a 18 anos fora da escola (20,30%), bem como baixo valor de renda per capita domiciliar média (R$ 702,00) segundo a Pesquisa Distrital por Amostra Domiciliar (PDAD/2015). A escola pública, em especial aquela localizada na periferia, cumpre um papel desafiador de compensar as deficiências culturais, comportamentais e intelectuais da população por ela atendida, como é o caso da escola onde o projeto foi realizado, a única de ensino fundamental no Itapoã-DF.

O objetivo geral consiste em buscar uma maior interação entre os jovens da Região Administrativa do Itapoã do Distrito Federal do Brasil e o espaço público de seu cotidiano, circunscrito ao entorno da escola onde estudam. O nome Rima faz referência a tentativa de se utilizar uma linguagem mais próxima da realidade local. Para tanto, utilizou-se, como instrumento principal de desenvolvimento da proposta, a efetivação do laboratório participativo de pedagogia urbana com alunos da escola citada. Utilizar o território como um espaço de aprendizagem ajuda a ressignificá-lo. Contextualizar os saberes junto às problemáticas urbanas dá maior sentido ao ato de aprender, já que os jovens vivenciam tais assuntos diariamente e, portanto, se identificam com eles. O espaço urbano é um instrumento educativo que faz com que os jovens compreendam e reconheçam melhor o local onde vivem; assim, podem assumir, coletivamente, maior protagonismo diante do espaço público. Esse fator favorece a construção da identidade local e da mobilização social diante dos problemas urbanos, contribuindo para tornar o ato de engajar-se comunitariamente, um hábito. Essa prática colabora para sensibilizar os jovens quanto à estima: cada um sai do seu posicionamento pessoal e começa a perceber que os outros ao seu redor também enfrentam a mesma situação que ele. Nesse sentido, favorece a formação de uma consciência coletiva esclarecida e atuante o suficiente para entender e mensurar as penalidades que sofrem por aquilo que são e por ondem moram, bem como em relação às faltas de oportunidades que enfrentam.

O campo de atuação da pedagogia urbana se dá na busca pela compreensão do papel exercido, tanto pela escola quanto pela cidade, no desenvolvimento integral de jovens e do local onde está inserida. Parte-se da premissa de que a escola deve ser inclusiva e agregada socialmente à comunidade; afinal, o conhecimento sobre o direito a cidade e a vida pública resulta em agentes catalisadores da mudança. Abrir os muros da escola para que ela possa ter acesso a rua, invadir a cidade e a vida, parece ser ação classificada de “não-pedagógica” pelas frentes que trabalham com a pedagogia tradicional.

A metodologia utilizada integra princípios do Grupo de pesquisa Periférico, trabalhos emergentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília- FAU/UnB, bem como de educadores que teorizam sobre a capacidade transformadora da escola ao ser inclusiva e agregada socialmente à comunidade como Paulo Freire e José Pacheco. Além dos conhecimentos práticos adquiridos pela autora em sua experiência na elaboração e condução de um laboratório do mesmo gênero durante o Master em arquitetura sustentável pela Politécnica de Turim (Itália), defendido

em 2017. Na época, o título utilizado foi CambiaMente: uma experiência do protagonismo juvenil na apropriação e transformação do território. Tal metodologia se enquadra como uma vertente do método action-reserch (pesquisa-ação). Ou seja, um tipo de abordagem continuada, sistemática e empiricamente fundamenta em um ciclo contínuo que prevê o planejamento, a ação, o acompanhamento e a reflexão sobre ação para poder replanejá-la. Assim, foi possível adaptar instrumentos de pedagogia urbana utilizados em outros contextos à realidade do Itapoã, bem como testar novos instrumentos e modalidades de abordagem, buscando facilitar o entendimento da percepção dos jovens sobre as questões sociais e urbanas do local onde vivem, bem como estimulá-los a pensar em soluções aos problemas urbanos que enfrentam.

O projeto desenvolveu a capacidade dos alunos participantes de observar e descrever os problemas, descobrindo as potencialidades das áreas ao redor da escola. O que contribui para que eles adquirissem um novo olhar sobre Itapoã, mais crítico e consciente, possibilitando-os valorizar a cidade onde moram e exigir melhorias como agentes transformadores do território. Outro aspecto levantado foi o papel social do arquiteto. Atuando como condutor do processo, facilitou e esclareceu como funciona uma cidade e provocou questionamentos para estimular os alunos a entender melhor Itapoã e propor soluções baseadas em seus próprios desejos e necessidades. A realização do laboratório de pedagogia urbana demonstrou que práticas como essa são ferramentas de transformação local tanto na elaboração de um futuro projeto para melhorias locais no Itapoã, como no fortalecimento da rede de atores formada a partir do tripé universidade-governo-escola. O que possibilita fomentar a criação de uma comunidade de aprendizagem no Itapoã.

Palavras-chave: Extensão universitária, Pedagogia urbana, Periferia, Jovens.

PLANO DE MOBILIDADE UBANA: Identificação de fontes de investimentos

Artur Basilio Ferreira

A cidade, vista sob a perspectiva de Roberto Correa[1], consiste em um espaço urbano fragmentado, e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de luta. Trata-se da própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada em formas espaciais. Como cita o autor, a interação entre o espaço edificado e as relações humanas moldam a cidade. A lei a mantém com certa coesão. As leis que regem a cidade têm origem na Constituição Federal. Possuem uma abordagem multidisciplinar, sobre aspectos urbanísticos, ambientais, do direito de propriedade, entre outros. O debate contemporâneo do desenvolvimento urbano está pautado em devolver o espaço urbano para as pessoas. Caminhar, pedalar, conectar pessoas e espaços, uso do transporte coletivo, mistura de usos, adensamento e otimização dos espaços urbanos, mudar a perspectiva. Elas refletem uma mudança fundamental do velho paradigma insustentável do urbanismo orientado ao uso do veículo particular, para um novo paradigma em que as formas urbanas e usos do solo se integram intimamente com modos de viagens urbanas mais eficientes, de baixo impacto e orientados às pessoas: a pé, por bicicleta ou transporte público[2]. Alinhado com essas questões em 2012, surgiu a Lei que defini as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Trata-se de um conjunto de ações que visam promover a coordenação dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas no território do Município[3]. A fim de delimitar o objeto de análise no presente trabalho, que tratará mais extensamente da identificação de potenciais fontes alternativas de investimentos para viabilizar a implantação dessa legislação, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, define nesse sentido, as atribuições da União, Estados e Municípios:"... segundo suas possibilidades orçamentárias e financeiras e observados os princípios e diretrizes desta Lei, farão constar dos respectivos projetos de planos plurianuais e de leis de diretrizes orçamentárias as ações programáticas e instrumentos de apoio que serão utilizados, em cada período, para o aprimoramento dos sistemas de mobilidade urbana e melhoria da qualidade dos serviços. " (Lei 12.587,art. 25). No atual cenário da economia do Brasil que aponta para os próximos anos, baixo crescimento econômico e dificuldades na capacidade de endividamento da União e dos Estados, é necessário buscar novas maneiras de viabilizar a Política de Mobilidade Urbana nos Municípios. Outras legislações, já consolidadas no cotidiano dos protagonistas do espaço urbano, como o Estatuto da Cidade (2001), além de contarem com os recursos públicos previstos em lei, possuem ferramentas mitigadoras e tributárias, que permitem a participação da inciativa privada, na implantação de intervenções urbanas que visam o bem comum. Como desdobrar tais ferramentas para a Política de Mobilidade Urbana? Por fim, reacendendo o senso de urgência desse tema, no art. 24 da Política de Mobilidade Urbana, define prazo de 4 anos para Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, integrado a demais Planos vigentes, e em caso de descumprimento, impede que os municípios busquem recursos públicos para tais atividades.

---

[1] CORREA, L. Roberto. *O Espaço Urbano*. 1ª Edição, Editora Ática, 1989.
[2] TOD (Desenvolvimento Orientado ao Transporte)
[3] Descrição do Art. 1º da Lei nº 12.587 de Janeiro de 2012, Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Palavras-chave: Plano de Mobilidade Urbana, Estatuto da Cidade, PLANMOB.